

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO**

RODRIGO MASSATELLI GONZALEZ

**Do Nacionalismo Energético à Guerra não-convencional – Indústria Para-
Petroleira e Imperialismo no Brasil**

‘

FRANCISCO BELTRÃO – PR

2023

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO**

RODRIGO MASSATELLI GONZALEZ

**Do Nacionalismo Energético à Guerra não-convencional – Indústria Para-
Petroleira e Imperialismo no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus de Francisco Beltrão/PR, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais. Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio.

FRANCISCO BELTRÃO – PR

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

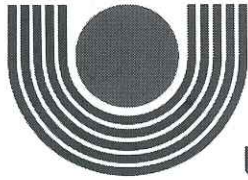
Massatelli Gonzalez, Rodrigo

Do Nacionalismo Energético à Guerra não-convencional ?
Indústria Para-Petroleira e Imperialismo no Brasil / Rodrigo
Massatelli Gonzalez; orientador Fernando Dos Santos Sampaio.
-- Francisco Beltrão, 2023.

157 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Francisco
Beltrão) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2023.

1. Petróleo. 2. Imperialismo. 3. Indústria Para-
Petroleira. 4. Petrobras. I. Dos Santos Sampaio, Fernando,
orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Francisco Beltrão

Rua Maringá, 1200 – Bairro Vila Nova

Fone (0**46) 3520-4845 – CEP.: 85605-010 – Francisco Beltrão – PR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOCTORADO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO MASSATELLI GONZALEZ

TÍTULO DO TRABALHO: DO NACIONALISMO ENERGÉTICO À GUERRA NÃO-CONVENCIONAL – INDÚSTRIA PARA-PETROLEIRA E IMPERIALISMO NO BRASIL

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado, Área de Concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Geografia ao autor.

COMISSÃO EXAMINADORA

Fernando dos Santos Sampaio – Orientador

Marlon Clovis Medeiros – UNIOESTE/FB

Documento assinado digitalmente

gov.br

LISANDRA PEREIRA LAMOSO

Data: 05/10/2023 16:03:26-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Lisandra Pereira Lamoso – UFGD

Documento assinado digitalmente

gov.br

JULIANE DA COSTA FURNO

Data: 10/10/2023 12:14:25-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Juliane da Costa Furno - UERJ

Francisco Beltrão, 05 de outubro de 2023

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar minha companheira de vida e luta, Thais, pelo apoio, paciência e carinho durante o período de conclusão deste trabalho.

Agradeço aos camaradas que de alguma maneira contribuíram para minha formação política, teórica e militante no decorrer dos anos. Seria injusto nomear apenas uma pessoa culpada pelo o que sou hoje. Vocês com certeza sabem quem são.

Agradeço em especial meus camaradas do grupo de estudos sobre a China: Fernando, Armenes, Reginaldo, Adriano, Sidemar e demais companheiros.

Agradeço profundamente ao meu orientador Fernando, novamente, por todo apoio e compreensão.

Agradeço, acima de tudo, aos 60 milhões de brasileiros que ajudaram a colocar um dique de contenção no inferno entreguista e subordinado ao imperialismo que se tornou esse país após o golpe de 2016.

Resumo

O presente trabalho procura compreender as recentes movimentações na cadeia nacional de petróleo e gás, em particular na indústria para-petroleira, após a operação Lava Jato e o golpe de 2016, a partir da teoria do imperialismo. Analisa-se a centralidade da questão nacional dentro da teoria do imperialismo e a relevância desta teoria para a compreensão do recrudescimento da ação estadunidense sobre territórios antes subalternos em um momento de profundas mudanças geopolíticas, em que a Lava Jato e outras iniciativas não convencionais de intervenção externa na América Latina beneficiaram interesses americanos. Analisa-se a importância geopolítica da indústria petroleira e para-petroleira no mundo, bem como sua evolução no Brasil como parte de um esforço pelo desenvolvimento nacional por meio da Petrobras. São observadas as diferenças de políticas governamentais, em um contexto de pressão de interesses externos, em especial dos EUA, em que a política de conteúdo local cumpre papel importante nos governos Lula e Dilma para criar e fortalecer uma indústria para-petroleira nacional. Por fim, verificou-se que o contexto gerado pela operação Lava Jato e o golpe de 2016 beneficiou profundamente as empresas para-petroleiras americanas, que conseguiram expandir de forma expressiva sua atuação no Brasil.

Palavras-chave: Petróleo, Imperialismo, Indústria para-petroleira, Petrobras

ABSTRACT

The present work seeks to understand the recent movements on the oil and gas national chain, in particular in the service and equipment supply industry for the oil sector, after the Lava Jato Operation and the 2016 coup, from the theory of imperialism. The centrality of the national question is analyzed inside the theory of imperialism and the relevance of this theory to the comprehension of the resurgence of United States action on before subordinates territories in a moment of profound geopolitical changes where the Lava Jato Operation and other non-conventional initiatives of external intervention on Latin America benefited american interests. The geopolitical importance of the oil industry and service and equipment supply industry for the oil sector in the world is analyzed, as well as yours evolution in Brazil, as part of an effort for the national development through Petrobras. Differences in government policies in a context of pressure from external interests, in special from the US, where the local content policy achieve an important role on the Lula and Dilma governments to create and strengthen an national service and equipment supply industry for the oil sector. Finally, it was verified that the context generated by the Lava Jato Operation and the 2016 coup profoundly benefited american enterprises from the service and equipment supply industry for the oil sector.

Keywords: Oil, Imperialism, Supply industry to the oil sector, Petrobras

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativo: Caso Petrobras e as Características do Imperialismo	37
Quadro 2 – Segmentos do Setor de Petróleo e Gás.....	44
Quadro 3 – Nacionalizações no setor petrolífero.....	58
Quadro 4 - Estrutura do setor antes e após lei 9478/97.....	96
Quadro 5 - Numero de embarcações encomendadas no inicio do ano.....	104
Quadro 6 - Classificação do BID para Políticas de Desenvolvimento produtivo..	107
Quadro 7 - Médias de CL nas rodadas de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural entre 1999 e 2015.....	109
Quadro 8 - Características das firmas com 30 ou mais pessoas ocupadas fornecedoras e não fornecedoras de bens e serviços para a PETROBRAS – 2007	109
Quadro 9 - Evolução empregos geral na indústria e das empresas fornecedoras da Petrobras.....	120
Quadro 10 - Comparação índices de CL para exploração, desenvolvimento e produção no mar entre o governo Dilma e o governo Temer (abril 2017)	122
Quadro 11 – Contratos Halliburton e subsidiárias 2003-2022	132
Quadro 12 – Contratos Baker e Hughes e subsidiárias 2003-2022.....	132
Quadro 13 – Contratos Schlumberger 2003-2022	133

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Investimento global em Exploração em Produção Óleo e Gás em Milhões de U\$ 2010.....	42
Gráfico 2 - Renda do petróleo como % do PIB brasileiro e evolução do PIB brasileiro em trilhões de dólares 1970-2019	46
Gráfico 3 - Renda do petróleo como % do PIB americano e evolução do PIB americano em trilhões de dólares – 1970-2019.....	46
Gráfico 4 – Série histórica do preço do petróleo cru em US\$ por barril (1861-2020)	63
Gráfico 5 – EUA - Importações de óleo cru em milhares de barris – 1910-2022....	72
Gráfico 6 – Produção de Energia Primária – Brasil 1970-1987 (em Tep).....	89
Gráfico 7 - Evolução do índice de nacionalização das compras da Petrobras – 1955-2000	90
Gráfico 8 – Produção de Energia Primária – Brasil 1990-2000 (em Tep).....	99
Gráfico 9 - Média de crescimento do emprego entre empresas fornecedoras e não fornecedoras da Petrobras nos setores analisados entre 2003 e 2013.....	112
Gráfico 10 - Total de empresas fornecedoras e não fornecedoras da Petrobras que são exportadoras entre 2003 e 2013.....	113
Gráfico 11 - Histórico de investimento em Exploração e Produção – Petrobras 2003/2021.....	127
Gráfico 12– Indicador IPEA – Formação Bruta de Capital Fixo.....	127
Gráfico 13 – Contratos das Multinacionais Para-Petroleiras Pré e Pós golpe de 2016	134
Gráfico 14– Valor médio dos contratos pré e pós golpe.....	135
Gráfico 15– Valores contratados pré e pós golpe de 2016.....	136

Lista de Mapas

Mapa 1 - Distribuição das reservas de petróleo no Mundo.....	43
Mapa 2 - Mapa Geopolítica e Geoeconomia na América Latina - Governos de Esquerda em 2009.....	73
Mapa 3 - Exploração e Produção – Polígono do Pré-Sal.....	121
Mapa 4 – Refinarias privatizadas e em processo de Privatização – 2022	126

Lista de Figura

Figura 1 – Organograma da Indústria de Petróleo e Gás.....	44
---	-----------

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ANP – Agência Nacional do Petróleo

BM – Banco Mundial

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED – O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEPAL – Comissão Economia para a América Latina e o Caribe

CF – Constituição Federal

CL – Conteúdo Local

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNP – Conselho Nacional do Petróleo

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EC – Emenda Constitucional

E&P – Exploração e Produção

EPC – Engineering, Procurement and Construction

FED – Federal Reserve

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUP – Federação Única dos Petroleiros

FSP – Folha de São Paulo

GM – Guerra Mundial

HOWCO – Halliburton Oil Well Cement Corporation

IED – Investimento Externo Direto

IOCs – International Oil Companies

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

KBR – Kellog's, Brown & Root

LOGCAP – Logistic Civil Augmentation Program

NYMEX – New York Mercantile Exchange

OESP – O Estado de São Paulo

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

P&G – Petróleo e Gás

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCL – Política de Conteúdo Local

PEDEFOR - Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PND – Programa Nacional de Desestatização.

PRO-ALCOOL – Programa Nacional do Álcool

PROMINP – Programa de Mobilização da indústria de petróleo e gás

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Registro Anual de Informações Sociais

REPETRO – Regime Aduaneiro Especial para a Indústria do Petróleo

RIO – Restore Iraq Oil Operation

TETC – Texas Eastern Transmission Company

TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. A TEORIA DO IMPERIALISMO	23
1.1 LUTA DE CLASSES, QUESTÃO NACIONAL E IMPERIALISMO.....	23
1.2 AS BASES DE COMPREENSÃO DO IMPERIALISMO.....	26
1.3 CICLO E DETERMINAÇÃO EXTERNA NA PERIFERIA: O “BOM SENSO NACIONAL” SOBRE O IMPERIALISMO	31
1.3.1 UMA ABORDAGEM CONCRETA DO IMPERIALISMO HOJE.....	34
CAPÍTULO 2. TERRITÓRIO, PETRÓLEO E PODER	39
2.1 A GRANDE EMPRESA INTEGRADA.....	39
2.2 DUAS GUERRAS, DUAS DIVISÓRIAS NA RELAÇÃO ESTADO E PETRÓLEO....	48
2.3 GUERRA FRIA E NACIONALISMO ENERGÉTICO NO TERCEIRO MUNDO.....	52
2.4 CHOQUES DO PETRÓLEO E A FINANCEIRIZAÇÃO.....	60
2.5 DO NACIONALISMO ENERGÉTICO À GUERRA NÃO CONVENCIONAL.....	64
CAPÍTULO 3. PETROBRAS: SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO	76
3.1 O CONTEXTO DE FUNDAÇÃO.....	77
3.2 OS PRIMEIROS ANOS (1953-1964).....	82
3.3 A PETROBRAS E OS GOVERNOS MILITARES.....	84
3.4 REDEMOCRATIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A PETROBRAS	91
CAPÍTULO 4. OS GOVERNOS LULA E DILMA E A REATIVAÇÃO DO NACIONALISMO ENERGÉTICO	100
4.1 MUDANÇA DE RUMO (2003-2006)	100
4.2 A RECONSTRUÇÃO DA FROTA MARÍTIMA	102
4.3 O MODELO DE POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL DO BRASIL.....	105
4.4 A DESCOBERTA DO PRÉ-SAL E O NOVO PARADIGMA.....	116
4.5 O DESMONTE DO CONTEÚDO LOCAL, PRIVATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO	122
4.6 A INTERNALIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E OS INTERESSES EXTERNOS	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	141

Introdução

A compreensão sobre o caráter da agressão imperialista à cadeia nacional da indústria petroleira e para-petroleira é o objetivo que move este trabalho. Por que, como e gerando quais efeitos essa intervenção aconteceu? Essas são as perguntas que procuramos responder utilizando das ferramentas disponíveis dentro do estudo das dinâmicas territoriais que se originam no modo produção capitalista na época do imperialismo.

Não há uma qualidade intrínseca da mercadoria petróleo que faz a mesma ser ocasionadora de golpes e ocasos geopolíticos. Ao contrário do que alguns poderiam dizer (como por exemplo: YERGIN, 1992, p.15) em uma observação preliminar, nações se ergueram e foram destruídas e levadas à miséria não por causa **do petróleo em si**, mas pelo fato **de o petróleo em si ser objeto de interesse do Império**. O lítio pode ser o próximo pivô de invasões, golpes e guerras híbridas, como, em parte, aconteceu na Bolívia recentemente¹. Mas o ator principal do ocaso das nações oprimidas não é obra de um infortunado arranjo geológico que lhe concedeu reservas de petróleo (seja ouro, diamantes ou mesmo lítio: a conclusão é a mesma). A determinação central vem de uma relação social. Assim como o ouro não reproduz o capital pela sua materialidade intrínseca, embora a mesma contribua para a função que cumpre, o petróleo não reproduz o imperialismo, apesar da sua materialidade lhe ser inestimável. São relações sociais determinadas, em determinado estágio de desenvolvimento de um modo de produção, que fazem com que ambos os produtos sejam sinônimo de glória ou agonia para as nações e seus povos.

O caráter estratégico da mercadoria petróleo, em oposição a sua condição de mera *commoditie*, está ao nível de que hoje a sua utilização em todos os setores econômicos é fundamental para a continuidade da sociedade como a conhecemos, seja em tempos

¹ Durante as eleições de 2020 na Bolívia, um processo de instabilidade no processo eleitoral foi precipitado e estimulado por intervenção direta da OEA (Organização dos Estados Americanos), coadunado com pressão nas ruas por parte da extrema direita organizada, bem como de forças policiais rebeldes e com a anuência dos militares, originando um golpe de estado de novo tipo. Para uma análise a respeito do processo golpista boliviano (ver: PRASHAD, 2020) . Elon Musk, proprietário da Tesla (empresa que é uma das maiores consumidoras de Lítio do planeta), expressou em rede social sua concordância com o golpe e com futuros golpes em condições similares “We will coup whoever we want. Deal With it” (MENDES, 2020).

de guerra ou de paz. E, acima de tudo: “praticamente nenhum outro minério torna os países industrializados tão estrategicamente dependentes dos países subdesenvolvidos” (BERCOVICI, 2011, p. 52).

Em que pese as mudanças no setor de energia, desencadeadas pela questão ambiental, os cenários traçados pela Agência Internacional de Energia (AIE) sobre o tema indicam um aumento nada desprezível do consumo de petróleo no próximo período, principalmente no caso dos países em desenvolvimento, com picos de consumo e produção em 2035 e declínio consistente da demanda somente em 2050² (IEA, 2022, p.325-330).

Vinculada à exploração e produção do petróleo, a indústria de fornecimento de máquinas, equipamentos e serviços para o ramo petrolífero, uma indústria de alta densidade tecnológica e intensiva em capital, mobilizando somas bilionárias, se apresenta como um setor de grande importância, tanto para países centrais que sediam as principais multinacionais do setor, quanto para países periféricos detentores de reservas petrolíferas, que enxergam no desenvolvimento dessa indústria parapetrolífera³ uma oportunidade para alavancar o desenvolvimento industrial nacional e superar a desigualdade abissal relegada aos países periféricos (TORDO ET AL, 2013, p.10).

Diante dos recentes desenvolvimentos políticos na América Latina e no mundo, o imperialismo segue sendo tema de relevância para a reflexão do ponto de vista das ciências humanas em geral e em especial da Geografia. Golpes de estado com apoio e incentivo externo, o ressurgimento de uma Guerra Fria entre potências com possibilidades reais de conflito, invasões militares e a desestabilização de governos, tendo como motivo principal a exploração de recursos, recolocam o tema do imperialismo, bem como a tema da soberania nacional, em tela no debate público (LOPES,2020).

2 No cenário STEPS (Stated Policy Scenarios) se consideram as atuais políticas empregadas pelos Estados nacionais no tema, com o pico em 2035. No hipotético cenário APS (Announced Pledge Scenario), em que políticas mais vigorosas seriam implementadas no sentido da redução da emissão de carbono, o pico ocorre antes de 2030 com reduções mais significativas a partir de então (IEA, 2022, p. 329).

3 A indústria parapetrolífera engloba todos os segmentos fornecedores de equipamentos, tecnologia e serviços especializados, necessários à indústria do petróleo e do gás (ZAMITH, 1999).

A teoria do imperialismo, conforme compreendida a partir da análise da teoria marxista, abarcou um amplo e controverso debate durante o século XX e serviu de baliza para a atuação de movimentos sociais no âmbito da esquerda, socialistas, comunistas e do diverso campo de movimentos de luta por libertação nacional. Com diversos autores e abordagens, a teoria clássica do imperialismo, conforme abordada por Hilferding e Lênin, avalia a política de expansão imperialista das grandes nações como oriunda do desenvolvimento interno do modo de produção capitalista ao atingir o estágio monopolista e de amplo controle do capital financeiro. Tal política resulta em uma ação coadunada de Estados e Empresas monopolistas na luta por acesso a recursos, mercados e, em última instância, territórios para a exportação de capital⁴.

A dominação imperialista, travestida de seu aspecto financeiro, também atua por meio da aquisição de participação acionária em empresas nacionais lucrativas objetivando a valorização de ativos financeiros. Ambos os aspectos se expressam no problema da intervenção estrangeira no setor petrolífero nacional.

O Brasil, durante a primeira década e meia do século XXI, após um período de governos com maior alinhamento à potência imperialista hegemônica - os EUA -, passa a apresentar ensaios de autonomia em alguns campos.

Tais ensaios se inserem em um contexto em que o Estado Brasileiro, em que pese continuar seguindo a receita macroeconômica oriunda do centro do sistema imperialista e que beneficiava o mesmo, começa, a partir de 2003, a desempenhar um papel proeminente do ponto de vista geopolítico de contestação das políticas que esse mesmo sistema impunha, contrapostas aos interesses nacionais dos países periféricos, como nos narra Moniz Bandeira (2014, p.347):

Ao manter a política de estabilização monetária, com mais rigor ainda do que Fernando Henrique Cardoso, e promover duas reformas estruturais (previdenciária e tributária), Lula da Silva descontentou os segmentos radicais do PT e da esquerda/.../ ganhou, entretanto, o respeito e a simpatia do empresariado e dos investidores estrangeiros, o que lhe permitiu, por outro lado, reduzir a dependência do Brasil em relação aos favores do governo dos Estados Unidos junto ao FMI, na medida em que afastava a possibilidade de crise, controlando a inflação e evitando a fuga de capitais. Essa estratégia possibilitou ao governo de Lula da Silva ampliar a margem de autonomia da

4 Ver capítulo 1.

política exterior do Brasil e defender, com firmeza, os interesses nacionais do Brasil.

Talvez um dos maiores exemplos dessa postura tenha sido o enterro prático da iniciativa estadunidense da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) durante os governos Lula, que em tudo estava relacionada à garantia do território econômico para as multinacionais americanas, como confessa Colin Powell⁵ (APUD COLUSSI, 2023):

Nosso objetivo com o A Alca é garantir às empresas americanas o controle de um território que vai do Ártico à Antártica e o livre acesso, sem qualquer obstáculo ou dificuldade, aos nossos produtos, serviços, tecnologia e capital em todo o hemisfério.

Além da política externa, há indicações, conforme as análises de Pinto (2020) e Fiori (2019), de que a política energética empregada em particular no que toca à Petrobras, passou a levar muito mais em conta a autodeterminação e a soberania nacional, aplicando um receituário em grande medida oposto ao implementado por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A extensão do sucesso e impacto dessas medidas no que toca à política energética, em particular em relação ao petróleo, é objeto de controversa discussão na sociedade. A controvérsia se apresenta em grande parte devido à comoção pública gerada pelas denúncias de corrupção no âmbito da Operação Lava Jato a partir de 2014, envolvendo a Petrobras e figuras destacadas da política nacional de amplo espectro partidário. Tais denúncias ocasionaram um terremoto político e institucional, que, aliado à crise de acumulação em andamento, oriunda das quedas das taxas de lucro, possibilitou o cenário de golpe parlamentar que encerrou o ciclo de governos petistas.

A posterior confirmação da relação de juiz e procuradores responsáveis pela Lava Jato com o aparato de Estado americano não alterou substancialmente o tom da discussão pública a respeito do setor de Petróleo estatal. A opção por uma via de desnacionalização das reservas e de desinvestimento da Petrobras é colocada como saída da crise gerada pela Lava Jato no ocaso do Governo Dilma e, com muito mais

5 Colin Powell foi Secretário de Estado do governo de George W. Bush (2001-2005).

força, durante o Governo Temer após o golpe de estado de 2016. Tal opção é referendada pelo voto popular na polêmica eleição de 2018 com a vitória de Jair Messias Bolsonaro, alçando Paulo Guedes ao Ministério da Economia com um mandato de privatização das estatais.

O presente trabalho postula que a descoberta das enormes reservas do pré-sal, as políticas de partilha relacionadas, as iniciativas na indústria estatal do petróleo nacional e as políticas de governo direcionadas a constituir uma dinâmica base industrial interna de fornecimento para o setor foram parte do estopim de uma ofensiva geopolítica multifacetada por parte dos EUA sobre o Brasil. Tal ofensiva se constituiu como meio para conter uma possível ameaça dentro do seu território econômico e político subordinado, em um cenário de deterioração da hegemonia incontestada da atual potência econômica e militar, com a formação dos BRICS e, em especial, a ascensão acelerada da China como ator relevante no cenário internacional. O quadro geral pode ser assim sumarizado, conforme indicam Sampaio e Medeiros (2022, p. 808):

O período posterior à crise de 2008 trouxe a necessidade, por parte dos EUA, de uma nova mudança geopolítica em relação à América Latina. O surgimento do 'Socialismo do Século XXI', a aproximação da Venezuela com a China, o fortalecimento das parcerias do Brasil com países africanos e asiáticos, a formação dos BRICS e o afastamento das relações com os EUA trazia o perigo de uma presença cada vez maior da China na região. *As políticas nacionalistas na região passaram a ser vistas com preocupação*, como a expansão do Bolívarismo de Hugo Chávez, já declarado inimigo dos interesses dos Estados Unidos e da "democracia". Em 2009, toda a América Central era governada por partidos de esquerda ou centro-esquerda, na América do Sul, apenas a Colômbia, Suriname e Guiana não tinham governos de esquerda. (SAMPAIO E MEDEIROS, 2022, p.808, grifos nossos)

Esse quadro na América Latina precipitou uma série de intervenções americanas para realocar a região em benefício dos interesses da potência do norte. Tais intervenções valeram-se de métodos variados, mas seguiram uma lógica geral no sentido de reabrir a região às políticas neoliberais e às opções de alinhamento automático aos EUA, o que aconteceu na maioria dos países que passaram por processos de instabilidade e deposição de governos de esquerda (SAMPAIO & MEDEIROS, 2022, PENIDO & STÉDILE, 2022).

Diversas análises realizadas sobre a crise brasileira apontaram em grande medida determinações internas para a instabilidade que se instalou no país. Destacamos Singer(2018), Boito (2018) e Carvalho(2018) como autores que apontaram de forma consistente os elementos oriundos da própria dinâmica interna do país como principais ocasionadores da instabilidade institucional que levou ao cenário analisado. Tal apreensão, em nossa opinião, esquece do passado recente do país e da já citada consistente história de golpes e intervenções estrangeiras no Brasil e na América Latina. Não bastasse a dinâmica regional de uma avalanche de casos similares de *lawfare* e desestabilizações diretas e desavergonhadas em um curto período (conforme 4.5), os fatos revelados (*a posteriori* dessas análises, é verdade, como é o caso da Vaza Jato⁶) indicam que a hipótese de um interferência direta ganha consistência.

Sem ignorar os determinantes internos de grande monta, incluindo a queda das taxas de lucro durante o primeiro mandato de Dilma Roussef, sem os quais no nosso entendimento seria impossível que a ação externa a partir da influência sobre a Lava Jato ocasionasse o cenário de crise institucional e crise política, o presente trabalho tem como objetivo central a compreensão de como e por que a potência imperialista, por meio de seus representantes internos, objetivou comprometer de forma disruptiva em relação ao interesse nacional o controle da cadeia da indústria de Petróleo brasileira, reabrindo um território econômico para acumulação. Como objetivos específicos, elencamos os seguintes: entender a relevância da indústria nacional fornecedora para o ramo petrolífero no desenvolvimento nacional e no posicionamento geopolítico e geoeconômico do Brasil no mundo; avaliar os impactos positivos do desenvolvimento recente dessa indústria nacional, bem como as consequências do seu desmonte a partir da ação imperialista;

6 A Série de reportagens reunidas sob o título de “Vaza Jato” se valeram das informações vazadas pelo hacker Walter Delgatti Netto depois levadas ao conhecimento público no âmbito da operação “spoofing” da Polícia federal. O hacker se valeu de uma falha de segurança no aplicativo Telegram para ter acesso às mensagens de diversas autoridades brasileiras, incluindo juízes e procuradores da operação Lava Jato. As reportagens revelaram a ingerência política e o aparelhamento da operação para perseguir o Partido dos Trabalhadores e sua principal liderança, Luis Inacio Lula da Silva, se valendo de métodos ilegais e vínculos não-oficiais com autoridades americanas (para mais detalhes ver: THE INTERCEPT, 2020).

Parte-se do pressuposto de que a existência de interferência do Estado americano na indústria nacional de petróleo é de conhecimento público, seja pelos vazamentos publicizados pelo jornal *The Intercept Brasil* referentes à operação Lava Jato (CITTADINO, 2021, p.70), que investigava casos de corrupção na companhia, seja pelas declarações de funcionários do próprio Estado Americano que confirmaram tais ações (BRASILWIRE, 2021; THE WHITE HOUSE, 2021).

Já existe, no entanto, uma recentíssima bibliografia que detalha o aspecto jurídico sob o qual se travestiu essa intervenção externa em assuntos nacionais. Nesta, destaca-se o artigo de Proner (2021), que traça amplo quadro da questão. O presente trabalho centrará seus esforços em analisar os fundamentos de tal intervenção, buscando balizar nossa análise no referencial da teoria do Imperialismo conforme exposta por Rudolf Hilferding em “O capital Financeiro” (1985[1910]), Lênin em “O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo”⁷(1977[1917]), bem como em atualizações a respeito das características específicas que tal fenômeno adquire atualmente na América Latina e no Brasil a partir das intervenções de Prashad (2020a) e Penido e Stédile (2021) no debate.

Para Pinto *et al* (2019, p. 129) não houve controle direto da operação Lava jato por parte do Estado americano, sendo que:

...ocorreu convergências de interesses entre agentes externos e internos. Os órgãos de inteligência americanos, ao passarem as informações sobre a corrupção na Petrobrás, inocularam uma bactéria perigosa no organismo institucional brasileiro, mas que, provavelmente, poderia ter sido contida por anticorpos institucionais básicos em sua fase inicial de proliferação.

Os motivos pelos quais os “anticorpos institucionais básicos” não foram efetivos em conter a “infecção” são abordados no mesmo trabalho e em outros trabalhos de Pinto⁸.

A hipótese de trabalho aqui apresentada é de que o conjunto de medidas protagonizadas pelo governo Brasileiro no que toca ao redirecionamento da Petrobrás a uma política de desenvolvimento (FIORI, 2019; PINTO, 2020), coadunado com a descoberta do pré-sal e o papel ativo na defesa do interesse nacional na política

7 A partir de agora iremos nos referir à obra de Lênin como “O Imperialismo”.

8 Ver por exemplo Pinto *et. al*, (2016).

externa mobilizaram o *establishment* americano para responder a ameaças no tabuleiro geopolítico próximo, território comumente caracterizado como seu “quintal”, levando a uma reação mais contundente do imperialismo estadunidense.

Dessa maneira, por mais que sejam relevantes as características intrínsecas da mercadoria petróleo, é o contexto geopolítico e geoeconômico, em uma formação social determinada, em um modo de produção determinado, e em um sistema de poder mundial determinado, que explicam o papel central que o petróleo ocupa na deflagração de conflitos e agressões entre as nações, como foi o caso daquela sofrida pelo Brasil no começo do século XXI, tema do presente trabalho.

Para compreensão do papel da grande indústria privada do petróleo e para-petroleira na determinação da política externa americana, fizemos uso de documentos oficiais produzidos por órgãos do Estado americano, como as Forças Armadas, o Departamento de Estado, de Justiça e de Energia; dados primários sobre a indústria do petróleo e sua relação com a economia americana disponíveis no Banco Mundial, no FMI (Fundo Monetário Internacional), no FED (Federal Reserve Board - Banco central Americano), fontes secundárias que tratam de tal relação, além de passar em revista a história do ramo petroleiro e para-petroleiro, do seu surgimento aos dias atuais.

Para entender a relevância da indústria nacional do ramo petroleiro no desenvolvimento nacional e no posicionamento geopolítico e geoeconômico do Brasil no mundo, para além do material disponibilizado pelo Banco Mundial e FMI, partimos da análise dos dados e informações do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Economia e do Portal da transparência. Analisamos também dados disponíveis do IBGE e da Agência Nacional de Petróleo (ANP); informações disponibilizadas pela Petrobras em seus balanços, comunicados aos investidores e em seu portal de transparência. Além disso, passamos em revista a história da formação do setor estatal petroleiro e do setor para-petroleiro nacional, suas diversas fases de desenvolvimento e sua relação com o desenvolvimento nacional, analisando documentos e fontes secundárias sobre o tema.

Avaliamos os impactos positivos do desenvolvimento recente dessa indústria nacional, bem como as consequências negativas do seu desmonte a partir da ação

externa tendo como subsídio os dados apontados acima, bem como relatórios e compilações de dados de instituições que analisaram o desenvolvimento do setor do petróleo e sua repercussão em áreas correlatas, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e INEEP (Instituto Nacional de Estudos Estratégicos do Petróleo). Dentre os parâmetros que buscamos verificar: os empregos gerados internamente e o encadeamento em outras áreas ocasionado pelo investimento do setor petrolífero, seja no crescimento absoluto dessas áreas, seja no crescimento de sua complexidade tecnológica, papel no mercado nacional e internacional estiveram presentes.

No primeiro capítulo, realizamos uma digressão sobre a teoria do imperialismo e sua relação com a questão nacional dentro das balizas do materialismo histórico. No segundo capítulo, a história da indústria do petróleo e da indústria para-petrolífera é analisada em sua relação com os grandes dramas vividos pela humanidade no século XX, bem como com os interesses geopolíticos das grandes potências. No terceiro capítulo, nos empenhamos em resgatar o histórico da Petrobras e seu contexto de fundação, bem como o contexto das forças políticas e sociais envolvidas nesse processo, presentes até os dias atuais e o papel que a empresa teve no soerguimento de uma indústria para-petrolífera no país. No quarto capítulo, é passada em revista a trajetória da política energética do País e da Petrobras durante os governos Lula e Dilma (2003-2016) tendo como ênfase as políticas de conteúdo local e seu desmonte posterior, colocando em relevo o benefício que o mesmo objetivou aos interesses de multinacionais para-petrolíferas americanas. Por fim, reservamos um tópico para nossas considerações finais.

1 – A TEORIA DO IMPERIALISMO

O imperialismo como etapa do modo de produção capitalista, conforme apontado por Lênin e Hilferding, pode ser caracterizado como a época de predominância do capital financeiro originário dos países de capitalismo avançado. Esse capital, que mantém a forma dinheiro ante seus proprietários, necessita, contudo, de uma base no capital produtivo para a sua reprodução, dessa maneira agindo de forma a conquistar o maior território econômico possível para exploração de recursos, mercados e exportação de capital. O tipo de relação entre as nações oriunda do predomínio desse capital financeiro que é o pano de fundo para a compreensão do imperialismo.

1.1 Luta de classes, questão nacional e imperialismo

A criação de uma indústria para-petroleira nacional é uma questão que desde o seu surgimento está vinculada ao desenvolvimento nacional, não só no Brasil mas em todos os países pobres que em algum momento de sua história se colocaram de face à oportunidade de explorar extensas reservas petrolíferas. O desenvolvimento de tal indústria é visto como oportunidade de superação de abismos deixados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos. O contexto dessa necessidade pode ser observado a partir da caracterização do filósofo italiano Domenico Losurdo(2015, p.69-73), quando argumenta que longe do “nivelamento universal” entre as nações e povos visionado pelos teóricos do liberalismo, a revolução burguesa separou as nações entre um punhado de nações ricas e desenvolvidas no ocidente e uma massa de pobres, cuja luta pela superação dessa “grande divergência” no desenvolvimento econômico é também uma forma de apresentação das lutas de classes.

O autor traz à tona em sua obra elementos fundamentais de resgate do pensamento de Marx e Engels sobre a luta das nações oprimidas. Desde as primeiras obras destes pensadores, é uma constante a afirmação da luta nacional de libertação

como um aspecto fundamental da luta de classes. Losurdo (2015, p. 19-23)⁹, de maneira brilhante, aponta o emaranhado de determinações imbricadas na realidade que aparecem nos interesses, por vezes divergentes, das diferentes lutas dos explorados e oprimidos.

Dentro desse contexto, por vezes, a luta nacional de um povo oprimido é colocada em primeiro plano, demandando, na análise de Marx e Engels, a solidariedade dos explorados do país opressor como no caso da Irlanda e Inglaterra. A negligência do movimento operário inglês em relação à opressão sofrida pelo povo irlandês nas mãos da Inglaterra é para Engels elemento explicativo importante das incapacidades políticas desse movimento. Por vezes, a luta de caráter classista de um povo oprimido é secundarizada e vista como um interesse mesquinho diante de uma demanda mais urgente no sentido da emancipação da humanidade. É o caso das reivindicações dos trabalhadores irlandeses em meio à guerra de secessão nos EUA, na qual o que estava em jogo era a libertação do povo africano escravizado no sul. A repressão dos protestos de irlandeses é veementemente apoiada por Marx, que observava o quadro geral da luta pela emancipação do trabalho, cujo fim da escravatura é um passo histórico fundamental. Katz (2020, p. 23-25), em obra posterior ao trabalho de Losurdo, aponta as mesmas determinações ao avaliar a importância dada pelos fundadores do materialismo histórico à questão nacional.

É nítido que com o contínuo desenvolvimento do capitalismo e o surgimento do imperialismo enquanto fase deste modo de produção, as relações entre luta nacional e luta de classes também se elevam a outro patamar. A série de artigos de Lênin (1916) sobre a questão da autodeterminação das nações é muito relevante no sentido de compreender como se articulam esses “diferentes aspectos da luta de classes”, na acepção forjada por Losurdo, sendo o congresso de Baku e a inscrição da consigna: “Proletários e povos oprimidos do mundo, uni-vos”, momento importante de síntese da política elaborada pelo movimento comunista.

9 O livro de Losurdo, *Luta de Classes : Uma História Política e Filosófica* (Boitempo, 2015), traz uma detalhada análise da importância da questão nacional na história da teoria marxista e das lutas socialistas. Em “O marxismo Ocidental” (2018), o filósofo italiano traz uma mordaz crítica aos intelectuais marxistas que relegaram ao ostracismo a importância da questão nacional para a luta de classes, em especial após a vitória da revolução de outubro e a consequente cisão do pensamento marxista.

Vijay Prashad (2020b) relembra as diferentes posições no interior do pensamento marxista à época de Lênin e a justeza das concepções do dirigente russo sobre a questão nacional. A luta das nações oprimidas seria, nessa concepção, vetor fundamental da luta contra o imperialismo, em conjunto com a luta dos proletários do centro do sistema capitalista. Novamente aparece aquilo que Marx e Engels já notavam: a solidariedade do movimento operário do centro capitalista para com as lutas de libertação nacional da periferia do sistema é condição para a emancipação de ambos. Como veremos adiante, a ascensão de um “nacionalismo energético” nos governos Lula e Dilma (2003-2016) se coloca diretamente como um entrave para os interesses americanos em território brasileiro.

A ideia de imperialismo, por vezes relegada ao esquecimento, vem cada vez mais ganhando relevância no debate público sobre a atual situação de instabilidade mundial, bem como sobre os rumos do desenvolvimento nos países que se encontram na periferia do sistema capitalista (KVANGRAVEN, 2020).

Dentro deste contexto, realizamos apontamentos teóricos preliminares a respeito da relação entre o imperialismo e o desenvolvimento nas formações econômicas subordinadas ao seu território econômico. Buscaremos, à partir do referencial do materialismo histórico, discorrer sobre o tema de forma a apontar contribuições relevantes da teoria do imperialismo para a compreensão de nosso objeto. Essa tarefa foi realizada a partir das contribuições de Marx, Engels e de pensadores dentro da Geografia, da Economia e de áreas correlatas que analisaram o Capitalismo, desde o patamar mais abstrato, relativo ao modo de produção em geral, ao mais concreto, a análise da formação social (GERMER, 2018; SANTOS, 1977).

Inicialmente, realizamos um pequeno resgate da discussão na teoria marxista sobre a questão do imperialismo e da formação social. Em seguida, passaremos em revista tópicos importantes a respeito dos fundamentos econômicos da teoria do imperialismo na teoria marxista, dialogando com algumas interpretações sobre sua atualidade na análise das formações sociais periféricas dentro e fora da geografia. Por fim, apontaremos em caráter preliminar, a partir da discussão realizada, a validade da

análise partindo do território econômico do imperialismo para a compreensão do desenvolvimento das formações sociais periféricas intestinas ao mesmo.

1.2 As bases de compreensão da teoria do imperialismo

O desenvolvimento econômico dentro de uma economia capitalista tem uma orientação fundamental determinada pelas forças produtivas da sociedade em seu desenvolvimento, determinando as relações sociais de produção dessa sociedade (GERMER, 2009). Aqueles que detêm os meios de produção, detêm o controle sobre o excedente e ditam os rumos do desenvolvimento dentro dos limites impostos pela contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

No entanto, como apontava o professor Milton Santos (1977) em sua célebre obra em que inaugura o conceito de Formação Socioespacial, os modos de produção em sua forma pura, incluso aí o capitalista, não podem ser encontrados em nenhum lugar sobre o globo terrestre. Isso se dá pelo fato do modo de produção ser uma abstração, um concreto pensado, nas palavras do economista Claus Germer, no qual se reconstituem teoricamente as determinações mais essenciais, mais gerais, desse modo de produção presentes em todas as suas manifestações particulares, abstraindo-se das determinações não essenciais destas últimas. Daí a afirmação do professor Milton de que as manifestações mais concretas do modo de produção, as formações econômicas de cada sociedade (ou formações econômico-sociais na tradução mais corrente) não podem se isentar da determinação espacial. Pois cada formação econômica tem, além das determinações oriundas do modo de produção dominante, um conjunto de características particulares constituídas histórica e geograficamente, contribuindo assim tempo e espaço para sua configuração concreta.

Dessa maneira, além do componente mais geral, universal, do modo de produção, cada formação tem seu desenvolvimento econômico determinado também pelas dinâmicas territoriais. Dinâmicas que depreendem de questões simples, porém muitas vezes esquecidas: Qual a posição no espaço que aquela formação ocupa? Quais outras formações a ladeiam e quais se encontram distantes, em que estágio estão de

desenvolvimento? Sob predominância de quais relações? Como essas relações influenciam o desenvolvimento da formação avaliada? Uma frase famosa a respeito da América Latina exemplifica muito bem a questão: “Tão longe de deus, tão perto dos Estados Unidos¹⁰” (CARDENAS *apud* CALMON, 2020).

São em grande medida as dinâmicas territoriais, como Marx e Lênin¹¹ reconheceram, que possibilitam aos Estados Unidos, ele mesmo uma ex-colônia, se alçar à condição de desenvolvimento capitalista inaudita no continente, condição que lhe permite se postular à dianteira das nações durante a corrida imperialista que incendeia o mundo no alvorecer do século XX.

Apesar de o senso comum e muitas vezes até analistas no debate público avaliarem que as dinâmicas internas do desenvolvimento de cada país dizem respeito prioritariamente aos seus elementos endógenos, esta afirmação, que é questionável de um ponto de vista geral, é particularmente equivocada do ponto de vista das formações do capitalismo periférico.

As relações de poder, subordinação e dependência externa são fundamentais na explicação do devir histórico e geográfico de países como o Brasil, que se integraram aos centros mundiais de acumulação desde seu advento como nação, de forma subalterna. Diante disso, o conceito de imperialismo coloca-se como fundamental para compreensão das relações das potências capitalistas com as iniciativas de desenvolvimento autóctone na periferia.

Os precedentes dos aspectos econômicos dessa discussão sobre a relação entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia, no pensamento original de Marx foram abordados por Rosdolski (2001, p.257-258) e são parte dos fundamentos do pensamento do revolucionário alemão, ainda que não

10 A frase originalmente foi proferida pelo ex-presidente mexicano Lazaro Cardenas, mas é comumente utilizada para se referir ao conjunto da América Latina: “*Pobrecito México, tan lejos de Dios y tan cercano de los Estados Unidos*”.

11 Em “A teoria da moderna colonização” Marx (OC, LIVII, Cap XXV) aborda o tema da imensidão de território disponível para exploração na América como um elemento disruptivo em relação ao interesse de exploração capitalista do colonizador e em última instância ao próprio domínio colonial. Em “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos”, Lênin(1980) aponta por exemplo como a conjugação da divisão entre norte industrial, sul escravista e fronteira oeste nos EUA, coadunada com a imensidão do território americano que possibilitou o advento dos “Homesteads”, áreas públicas vendidas à preços simbólicos para colonos, forma elementos centrais na explicação da dinâmica subsequente do desenvolvimento capitalista americano.

tenham sido desenvolvidos a contento. Os livros sobre o comércio exterior e o mercado mundial nunca se concretizaram, mas as menções e o tratamento dispensado em diversos capítulos de sua mais importante obra (os três tomos de O capital) deixam claro que o tema era de grande importância para a compreensão da totalidade concreta do capitalismo (ROSDOLSKI, 2001, p 36-37).

No entanto, a partir da base teórica erguida por Marx, diversos marxistas estudaram profundamente o tema e acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, que cada vez mais relevância dava ao papel da expansão dos capitais para muito além das fronteiras nacionais, a teoria do imperialismo surge como a análise dessa “fase superior” do capitalismo, como apontado por Lênin (1977).

O marxista austríaco Rudolf Hilferding (1985) apontava no seu livro seminal, que foi importante base dos estudos de Lênin sobre o imperialismo, que uma das características da época do capital financeiro é a disputa dos estados nacionais capitalistas pelo maior território econômico possível de forma a possibilitar importantes contra tendências às dinâmicas internas de baixa do lucro e desproporcionalidade que são imanentes ao modo de produção capitalista e motivos basilares de suas crises periódicas. A disputa por esses territórios econômicos seria a base para a disputa imperialista pela divisão do globo e para a política de guerra das grandes potências, tão bem exposta por Lênin em "O imperialismo".

Hilferding (1985, p. 306) aponta de forma objetiva:

Portanto, a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais.(HILFERDING, 1985, p. 396)

Os territórios dominados teriam sua dinâmica de desenvolvimento ditada pelos centros imperialistas e, dessa maneira, sujeita as suas necessidades. A dinâmica concreta partia, na acepção de Hilferding, da monopolização do capital nos países do centro capitalista. Tal monopolização, por vezes dominando todos os estágios da cadeia produtiva, receberia, via Estado nacional, medidas protecionistas que possibilitavam o auferimento de um lucro de monopólio no interior do país. Tal lucro de monopólio era

base para expansão do território econômico da empresa monopolista, pois tornava possível a venda de seus produtos abaixo do preço de produção no mercado mundial. Estes territórios seriam fundamentais para o monopólio, pois possibilitariam também a exportação de capitais, não só de mercadorias, de forma a se aproveitar das diferentes taxas de exploração do trabalho nos países dominados, bem como o acesso a matérias-primas em abundância (HILFERDING, 1985, p.298-299). Além disso, esses territórios eram local de aporte de capital constante já defasado, muitas vezes adquirido com capital emprestado pelos próprios países exportadores. Ademais, a exportação de capital de empréstimo “marcado” para compra de mercadorias em geral (não só maquinarias e equipamentos para produção) também se configura como prática comum no processo de enredamento dos países explorados em uma teia de dependência (HILFERDING, 1985, p.262-263, p.304).

Todas essas determinações agiriam no sentido de protelar o ciclo econômico e aplainar os efeitos da depressão no centro. As desproporcionalidades internas entre os diversos ramos e setores da economia capitalista ganham um mais amplo escopo para se espriar, com a exportação do capital sobrando atenuando a irracionalidade da economia capitalista na alocação de recursos (HILFERDING, 1985, p 293). A baixa na taxa de lucro pode ser protelada pelos lucros de monopólio auferidos em territórios cada vez maiores e pelas diferentes taxas de exploração presentes nas economias atrasadas (HILFERDING, 1985, p.297). O primeiro elemento, referente à desproporcionalidade no centro do sistema, cumpre papel fundamental para compreendermos como as economias do centro determinam tendencialmente o ritmo e sentido do desenvolvimento das economias periféricas dentro dessa perspectiva.

O controle por meio do capital financeiro, pelo domínio acionário e dessa forma o auferimento de lucros em negócios lucrativos nessas economias dominadas é outra faceta essencial da dominação imperialista¹².

12O aspecto financeiro da dominação imperialista se expressa em grande medida pela atuação de grandes fundos de investimento (Vanguard, Black Rock etc) como participantes acionários da própria Petrobras, bem como de suas concorrentes e bancos credores como apontado por Pinto (2021). O aprofundamento dessa questão e como a mesma se desenvolve no cenário abordado foge do escopo deste trabalho, sendo campo aberto para futuros estudos sobre o tema dentro da geografia.

Sistematizamos no quadro 1, um comparativo expondo os principais pontos abordados pela teoria do imperialismo, conforme a abordagem de Lênin e Hilferding, bem como uma correlação possível com o objeto de nosso trabalho.

Algumas abordagens mais recentes dentro da geografia, além de diminuir ou até negar a relevância do imperialismo em sua acepção clássica, conforme estudado por Lênin e Rosa Luxemburgo (além de Hilferding, Bukharin e muitos outros à época) para compreender como o capitalismo sobrevive por meio da apropriação e uso do espaço (HARVEY, 2009, p.77), acabam por dar novos nomes a fenômenos já analisados anteriormente no escopo da discussão marxista sobre o imperialismo.

David Harvey, por exemplo, não está em desacordo com Hilferding a respeito do papel central da desproporcionalidade na crise capitalista. Após uma atenta análise das condições que permitem a expansão da acumulação no livro 1 de O Capital vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas e às possibilidades de equilíbrio apresentadas no livro 2 oriundas dos esquemas de reprodução de Marx, o geógrafo aponta:

De forma simples, as condições que permitem o equilíbrio ser alcançado no reino da produção contradizem as condições que permitem o equilíbrio ser alcançado no reino da troca. O capitalismo não pode estar em tal estado que possa satisfazer esses requerimentos conflitantes simultaneamente.¹³
(HARVEY, 2006, p. 176)

No entanto, aquilo que Hilferding e Lênin consideravam como o movimento oriundo da expansão do território econômico do imperialismo para aplainar essas contradições do centro é apresentado como um “ajuste espacial” ou “ordenação espaço-temporal” no trabalho de David Harvey (HARVEY, 2006, p. 427).

13 “Put simply, the conditions that permit equilibrium to be achieved in the realm of production contradict the conditions that permit equilibrium to be achieved in the realm of exchange. Capitalism cannot possibly be in such a state that it can satisfy these conflicting requirements simultaneously”.

A neologia do autor acaba por desvincular a análise do tema do problema central em tela: a natureza imperialista desse ajuste. As ferrovias, tanto analisadas por Lênin, eram formas de ajuste no espaço por meio de obras de infraestrutura, como apontado por Harvey, mas eram também a expressão concreta do imperialismo e da subordinação das nações oprimidas pelas potências imperialistas.

Essa opção tem outras consequências no trabalho de Harvey, no que toca a colocar em baixo relevo as determinações oriundas de cada formação social em sua teoria do “ordenamento espacial”. No entanto, no tocante aos objetivos do nosso trabalho, o que é fundamental observar é que o geógrafo inglês é caudatário da concepção de território econômico do imperialismo do marxista alemão para forjar seu arcabouço conceitual.

1.3 Ciclo e determinação externa na Periferia: O “bom senso nacional” sobre o imperialismo

Como já apontado, o marxista alemão pontuou o papel dos centros imperialistas na determinação do desenvolvimento das nações periféricas subordinadas ao seu território econômico e a teoria do ajuste espacial de Harvey é caudatária da formulação de Hilferding.

No entanto, uma análise mais detida da formulação do autor indica que o fato causador da exportação de capital, as crises do capital que possuem na desproporcionalidade e na baixa da taxa de lucro elementos centrais, possuem um caráter cíclico:

Todo ciclo industrial começa com uma expansão da produção, cujas causas variam de acordo com os momentos históricos concretos em particular, mas que geralmente podem ser atribuídas à abertura de novos mercados, surgimento de novos ramos de produção, introdução de nova tecnologia, necessidade crescente devido ao aumento da população.

/.../

Assim o ciclo começa com a renovação e crescimento do capital fixo, que constituem a base principal da prosperidade incipiente, durante a qual continuam as ampliações simultaneamente com o maior esforço de todas as forças produtivas existentes. (HILFERDING, 1985, p246, grifos nossos)

Essa renovação e crescimento do capital fixo têm um papel central na desproporcionalidade:

A alteração da composição orgânica do capital que, em última instância, provoca a queda da taxa de lucro, será maior onde maior for o emprego da maquinaria, do capital fixo, abstraindo das revoluções tecnológicas e considerando, de imediato somente a média da constante mudança técnica. /.../ Com a evolução da produção capitalista, cresce o volume do capital fixo e, de mãos dadas com esse crescimento, vai uma diferenciação crescente das diversas indústrias, com relação ao volume de capital fixo aplicado. Contudo quanto maior o volume do capital fixo, tanto mais longo o tempo necessário para produzir novos investimentos, ... quanto mais longo for o tempo de reinvestimento tanto mais difícil será a adaptação às necessidades do consumo; quanto mais longe a oferta fica atrás da procura, tanto mais acentuadamente sobem os preços e tanto mais generalizada será a tendência a acumular em tais indústrias. (HILFERDING, 1985, p 249)

Tal processo acarreta alta acumulação nos setores de maior composição orgânica de capital em comparação aos de composição inferior, sendo tal heterogeneidade na composição base para a desproporcionalidade na formação de preços (Hilferding, 1985,p250). A partir daí a desproporcionalidade se espalharia para o conjunto da economia capitalista, acarretando a necessidade de exportação de capital como uma das medidas para aplainar a crise conforme exposto acima. É relevante observar que Hilferding, em sua análise da crise, faz questão de abstrair o impacto das revoluções tecnológicas, conforme trecho grifado acima. Tal demarcação deixa claro que o autor não era alheio ao fato de que as revoluções tecnológicas teriam impacto diferenciado na dinâmica dos ciclos. Retornaremos a este ponto posteriormente.

Dessa maneira, é importante o resgate desse legado presente nos primeiros teóricos do imperialismo não só para compreender o próprio imperialismo, mas também para compreender a forma como o mesmo determina as formações sociais da periferia. É fundamental fazê-lo sem renunciar ao “bom senso nacional”¹⁴.

14 A expressão “bom senso nacional” aí utilizada remete à ideia resgatada por Rangel (2012 [1957], p 288) do pensamento do Barão de Mauá, no sentido de adaptar determinada teoria produzida nos centros dinâmicos às condições específicas da nação: “admitir um bom senso nacional é admitir implicitamente uma natureza humana nacional, diversa da natureza humana em geral. É admitir que o homem varia em seu ser e em sua consciência social segundo a realidade social e telúrica em que surge e cresce. É admitir a modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não há como negá-la no tempo”. Impossível não traçar paralelo com a visão leninista de formação social vista através das lentes do professor Milton Santos.

A determinação apontada acima, conforme a exposição de Hilferding, ajuda a compreender os fundamentos econômicos dessa dinâmica imposta aos territórios econômicos subordinados ao imperialismo, sugerindo uma original apreensão de como essa dinâmica se vincula aos ciclos de acumulação do centro. Dentro desse contexto, outra linha de pensamento que se dedicou a estudar os impactos dos centros dinâmicos de acumulação na formação periférica deu lugar central aos ciclos da economia capitalista na sua formulação: aquela inaugurada pelo maranhense Ignácio Rangel. É certo que tal concepção de ciclo de Hilferding se comparada com a teoria dos ciclos esposada por Rangel está mais próxima aos assim chamados ciclos médios do que aos ciclos longos, os quais na concepção rangeliana são prioridade para explicar a dinâmica subjacente à estrutura das formações sociais da periferia em suas respostas aos obstáculos e possibilidades de desenvolvimento. Chama a atenção a similaridade na análise de Rangel com o esquema proposto por Hilferding:

O Brasil nasceu como uma formação periférica da economia capitalista, que se desenvolvia na Europa ao tempo da descoberta. As flutuações dessa refletiam-se sobre nossa própria economia, através do fluxo e do refluxo do comércio exterior ora exigindo de nós maior participação no esquema universal de divisão do trabalho, levando-nos a ajustar-nos a um grau relativamente elevado de participação ou de abertura da economia, ora forçando-nos a uma maior medida de autosuficiência, isto é, de autarcia ou fechamento da economia.
(RANGEL, 1983, p.35)

Mais adiante, comentando especificamente sobre o caráter dessa influência na formação periférica, Rangel aponta:

O ciclo longo é, como vimos, um fenômeno exógeno a economia brasileira, porque é algo que se engendra no centro dinâmico da economia mundial, isto é, aí onde se podem sintetizar as revoluções científico técnicas. Nossas economias periféricas tomam conhecimento dos ciclos longos quando são, alternativamente, confrontadas com a elevação da capacidade para importar e com a melhoria dos seus termos de intercâmbio com o Centro — nas fases ascendentes do ciclo — e com a queda da capacidade para importar, conseqüente da queda da demanda externa de nossos produtos, acompanhada de piora dos termos do intercâmbio, nas "fases b" ou recessivas.
(RANGEL, 1983, p.38)

Os ciclos Juglar-Marx do centro dinâmico, para Rangel, teriam muito mais impacto nas economias periféricas como ecos do ciclo longo, amenizando ou agravando aspectos do mesmo.

A partir do momento que tivessem internalizado a gestão de seus próprios ciclos médios, estes passariam a determinar dinâmicas de forma independente, inclusive dos ciclos Juglar do centro, ainda que conscritos dentro da dinâmica geral dos ciclos longos, tendo em suas fases descendentes expressivos impactos institucionais nestas formações sociais (RANGEL, 1983, p36).

Já o caso dos ciclos longos expressavam para Rangel mudanças profundas, vinculadas à revoluções tecnocientíficas e à substituição do capital fixo antigo por um novo no conjunto da economia dada a obsolescência daquele instalado diante das inovações (RANGEL, 1983, p.33).

Dentro dessa perspectiva, é relevante a observação de Rangel: “..os ciclos longos são algo que reflete, no organismo econômico, mudanças ocorridas no campo das forças produtivas, ao passo que o ciclo médio refletiria, no essencial, alterações verificadas, sob o acicate da crise, no campo das relações de produção.” (RANGEL, 1983,p.31).

A abordagem de Rangel fornece uma satisfatória explicação, ausente na teoria de Hilferding, do impacto das revoluções tecnológicas no ciclo econômico e como isso influencia a formação social periférica. Coadunar ambas as abordagens é, portanto, fortuito no sentido de melhor compreender os impactos do território econômico do imperialismo em nossa formação social.

1.3.1 Uma abordagem concreta sobre o imperialismo hoje

Os Estados Unidos hoje se configuram como a nação central dentro do sistema imperialista e sua política externa está associada indelevelmente aos interesses das empresas com sede no país. O caso das grandes petroleiras e para-petroleiras é emblemático, como procuraremos demonstrar no próximo capítulo, ainda que longe de serem casos isolados.

É possível encontrar um diapasão conceitual para essa afirmação, como buscaremos demonstrar:

1 - O estado norte-americano representa os interesses das mais diversas frações capitalistas, uma delas a para-petroleira, que é importante fonte de acumulação de capital, dessa forma a política externa e a intervenção externa americana representam *também* esses interesses¹⁵.

2 - Esses interesses vão pressionar na arena internacional na disputa pelo território econômico, o que passa pelas várias formas de atuação que essa política e intervenção externa assumem: negociação, acordos comerciais, manobras em organismos multilaterais, pressão diplomática, sanções, bloqueio, guerra híbrida, guerra não-convencional, golpes de estado etc.

A forma como se vinculam na análise concreta a inovação tecnológica, a disputa geopolítica e o assédio imperialista é sinal claro de que o diálogo entre ambas as abordagens teóricas apontadas no tópico anterior é salutar. Se de *locus* receptor de capital constante defasado a periferia do capitalismo passa a ser produtora de inovações tecnológicas de ponta em determinados setores estratégicos da produção capitalista (inclusive pleiteando o papel de exportador dessa tecnologia e serviços especializados para outros países periféricos), as consequências para as taxas de lucro e o assim chamado “aplainamento” das desproporcionalidades do centro do sistema imperialista, de acordo com a abordagem proposta, serão extremamente deletérias.

Não é de se estranhar que a crise de 2008¹⁶ apontou um agravamento das contradições entre o centro imperialista americano e o Brasil, conforme indicam Sampaio e Medeiros(2022, p.810):

15 Os interesses diretos do capital financeiro (e de distintas frações do capital produtivo) também estão representados e, no caso da intervenção no Brasil, claramente foram beneficiados pela mesma operação que beneficiou as para-petroleiras (ver PINTO, 2021).

16 A crise de 2008 foi a reincidência do caráter do modelo gestado a partir da crise do petróleo dos anos 1970 em que a financeirização, a abertura mundial e a expansão do poder americano via dólar desvinculado do ouro possibilitou uma manutenção da hegemonia americana em um quadro em que o seu poderio industrial se via minguante. As bolhas financeiras são parte constituinte dessa arquitetura sendo a bolha imobiliária de 2008 tão avassaladora devido ao enorme peso alcançado pelo setor financeiro americano diante da ampla desregulamentação (ver 3.4 e SAMPAIO E MEDEIROS, 2022).

Diferente de outras crises, na qual as inovações possibilitaram novas oportunidades de investimento e o início de uma fase de recuperação, o predomínio financeiro desta fez com que o setor industrial fosse abandonado em grande parte do centro do sistema capitalista. Assim, inovações em geral se deram no setor financeiro e do big data, sem capacidade para gerar a retomada do crescimento /.../ nesses períodos de crise o imperialismo se torna mais agressivo, o que levou aos EUA a retomarem de forma mais intensa a sua hegemonia em áreas de controle de recursos energéticos e alimentares.

Os mesmos autores recordam que no ano de 2012 os EUA atingem o nível mais baixo de exportações com alta densidade tecnológica (como é o caso da indústria para-petroléira). Representando praticamente 1/3 das exportações americanas em 1990 (33%), os produtos de alta tecnologia se reduzem a 17% em 2012, no clímax de investimentos e internalização das cadeias de fornecedores da Petrobras (SAMPAIO & MEDEIROS, 2022, p.796).

A dinâmica criada pelo “nacionalismo energético” brasileiro e as seguidas inovações oriundas do CENPES da Petrobras na exploração de águas ultraprofundas¹⁷ causou grande comoção no cenário mundial da indústria petroléira, como veremos no capítulo 4. Sendo a Petrobras a maior compradora mundial do ramo, quanto impacto a internalização progressiva de suas compras causaria nos monopólios do setor? Qual seria o futuro das gigantes americanas no setor petroléiro e para-petroléiro quando uma concorrente estatal no mesmo hemisfério está “sentada” sobre uma das maiores reservas do planeta e dispõe de tecnologia e suprimentos de meios produção progressivamente nacionais?

Buscamos apontar no quadro abaixo as características do capitalismo e como elas se apresentam no objeto estudado, fazendo referência direta aos pontos que abordaremos nos próximos capítulos deste trabalho.

17 “Nas atividades de exploração e produção de petróleo, as medidas de profundidade no mar, isto é, a distância vertical entre a superfície do mar e o solo marinho (ou lâmina d’água – LDA), são definidas em três níveis: águas rasas - até 300 metros; águas profundas - entre 300 a 1.500 metros; e águas ultraprofundas - igual/acima de 1.500 metros”(Morais, 2013, p 11).

Quadro 1 – Quadro comparativo: caso Petrobras e as características do imperialismo

Características do imperialismo	Caso Petrobras
Predomínio do capital financeiro	Expansão do poder e controle dos acionistas estrangeiros, organizados em fundos como Black Rock, Vanguard etc Além do interesse cruzado entre bancos credores da Estatal e grandes petrolíferas concorrentes, por possuírem como importantes acionistas estes mesmos fundos (PINTO, 2021, p.29).
Exportação de capital	A Petrobras se conforma como um dos maiores compradores internacionais de serviços do ramo petrolífero, de forma que se configura como importante nexos para a entrada de capital externo advindo de grandes corporações em suas filiais locais; (Ver 3 e 4).
Monopólio e território econômico	Da abertura dos anos 1990 até 2003, as empresas estrangeiras da indústria para-petroleira avançam sobre parte significativa dos equipamentos e serviços contratados pela Petrobras. Situação que se transforma com a alavancagem da indústria nacional e a política de conteúdo local implementada. Tal contexto se agrava com a expansão do gasto no setor para-petroleiro após a descoberta do pré-sal, aumentando as perdas relativas das empresas americanas. A situação é completamente revertida em benefício das firmas americanas após o golpe de 2016 (Ver 4).
Ação do Estado nacional na estratégia das empresas	A ação do Departamento de Estado Americano e do Departamento de Justiça Americano por meio da sua relação com a Lava Jato possibilitou a desestruturação do setor e o retorno a patamares superiores de contratação das para-petroleiras estrangeiras, bem como a alteração das políticas de partilha e cessão dos campos do pré-sal (ver 2 e 4).
Ação das empresas na estratégia do Estado nacional	Petroleiras realizando lobbie pelo acesso a reservas e para-petroleiras realizando <i>dumping</i> durante o ponto crítico da crise econômica, política e institucional (ver 2 e 4).

Fonte: Lênin (1977) Hilferding (1985). Elaboração: Própria.

Em um de seus primeiros trabalhos na CEPAL, Ignácio Rangel pontuou que o problema da demanda não seria de possível solução via intervenção direta do Estado devido à resistência das classes proprietárias, relegando ao Estado maneiras indiretas e menos efetivas de solucionar a questão do desenvolvimento (Rangel, 2012[1954], p.60). Neste momento de sua trajetória, Rangel aponta que tal solução só seria viável por meio de uma ruptura¹⁸ que quebrasse essa resistência. Essa situação é mais identificável ainda na América Latina e em outras formações periféricas nas quais é constante a reincidência de suas classes dominantes em se aliar a interesses externos em detrimento dos interesses nacionais. A base interna para a ausência de soberania é óbvia em um conjunto de classes dominantes que se propõe a reiteradamente cumprir o papel de títeres dos interesses de potências externas na história da América Latina. Os “ventos do norte” precisam balançar as palmeiras frágeis para estas derrubarem o fruto. No entanto, o estudo da base econômica desse fenômeno a partir das lentes do materialismo histórico possibilita uma apreensão mais apurada do problema, suas contradições internas e o seu devir.

A análise do imperialismo a partir da compreensão do território econômico, conforme indicado por Hilferding e demais autores do período, se confirma como elemento fundamental, a partir das perspectivas de análise no campo do materialismo histórico percorridas, para compreensão do desenvolvimento das formações sociais periféricas, sendo contribuição valiosa para a geografia em seus estudos sobre o tema.

18 Posteriormente no desenvolvimento do pensamento de Rangel fica claro que esta ruptura não significa para o autor uma abdicação da participação do conjunto dessas classes no processo de desenvolvimento (Ver Rangel, 2008).

2 – TERRITÓRIO, PETRÓLEO E PODER

2.1 A grande empresa integrada

O que a história do petróleo demonstra é que o sucesso da indústria do setor no século XX sempre levou em conta o modelo de empresa integrada que se consolidou. Não é à toa que os principais modelos de empresas monopolistas surgidas no alvorecer do imperialismo são empresas petroleiras. Ainda ausentes como atores consistentes de envergadura mundial à época de Lênin e Hilferding, as gigantes do setor podem ser os mais didáticos exemplos de integração vertical, financeirização, atuação monopolista, intervenção externa com o apoio de Estados Nacionais e luta encarniçada pelo território econômico durante o século XX.

Essa integração do setor é fundamental para o seu sucesso¹⁹:

Razões de ordem econômica mais do que técnica exigem a integração vertical para realizar o elevado potencial de acumulação da indústria petrolífera, dado os riscos e custos financeiros associados a cada segmento da cadeia produtiva são diferentes.

CONTRERAS, 1994, p.94 *apud* PINTO E PEREIRA, 2018

Esse elevado potencial de acumulação foi amplamente testemunhado durante o século XX com a explosão do consumo de derivados de petróleo, catapultando um conjunto de companhias internacionais do setor petroleiro, as *International Oil Companies* (IOC) para a dianteira do capitalismo mundial.

A indústria para-petroleira, que surge muito vinculada às inovações necessárias à exploração petrolífera, também tem características similares, acompanhando as grandes petroleiras em sua deriva no território em busca de reservas e lucros em uma simbiose muito peculiar que caracteriza o setor. Durante todo o século XX, o avanço das IOCs como Exxon-Mobil, Chevron, Shell etc, veio acompanhado de suas

19 Importante observar que no caso das Companhias Nacionais de Petróleo a influência da financeirização pode ocorrer de modo diverso. Como apontado por Pinto e Pereira (2018), é o aspecto financeiro do domínio sobre a Petrobras que levou à desintegração e foco em exploração e produção após 2016, em detrimento da estratégia “do poço ao poste”. O interesse cruzado entre as IOCs e os fundos administradores que ganham influência com a financeirização das companhias nacionais explica em grande medida essa questão na opinião dos autores. Ver também Pinto (2021). Sobre o tema da diversificação das atividades ver também Prates et. al (2022).

fornecedoras de equipamentos e serviços: Halliburton, Schlumberger, Baker- Hughes e afins.

As reflexões a seguir se valem do trabalho de Daniel Yergin, A história do Petróleo (1992). Yergin aponta que o negócio do setor petrolífero surge como componente do “pool” energético do homem moderno no século XIX. A possibilidade de utilização do óleo oriundo do interior da terra, presente em locais tão diferentes quanto o interior da Pensilvânia nos Estados Unidos, quanto os afloramentos de Baku, no Império Russo, para as mais diversas atividades – de calefação de canoas e barcos à arma de guerra - acompanhou a humanidade por séculos. Mas foi o advento da sociedade industrial que contemplou a possibilidade de se utilizar desse peculiar produto das eras geológicas como o “sangue que faz mover a sociedade”.

A utilização inicial, e, desde o princípio, revolucionária, do petróleo como substituto do óleo de baleia e diversas gorduras na iluminação deu-se por meio do uso do querosene. A Standard Oil, empresa modelo da integração vertical no capitalismo industrial e origem de diversas das gigantes americanas atuais (Como Exxon-Mobil e Chevron por exemplo), surge e se consolida nesse contexto de substituição de diversas fontes de energia pelo querosene, sob os auspícios do visionário John D. Rockefeller.

O objetivo de vida de Rockefeller, prover racionalidade e previsibilidade ao setor petrolífero, foi alcançado *pari-passu* à eliminação e subjugação dos concorrentes por meio de métodos agressivos, seja em território americano seja no exterior. Em que pese a ausência de associação direta com o Estado - na verdade a própria Standard Oil foi vista diversas vezes como inimiga de destacados políticos norte-americanos, incluindo o presidente Theodore Roosevelt - nessa fase inicial da indústria petrolífera americana, o modelo implementado por Rockefeller forneceria as bases (e o próprio conteúdo) para as gigantes do setor e sua relação de simbiose com o governo Americano, como veremos adiante.

São diversas as características do negócio petrolífero que implicam na necessidade de altos volumes de capital mínimos para investimento no setor, condições que

condicionam o sucesso da empresa à integração vertical²⁰. Elencamos brevemente essas condições:

A) Capital: o capital inicial elevado na exploração e produção: das torres de perfuração do começo do século XX às enormes plataformas de exploração de P&G atuais, o volume total de meios de produção, máquinas e equipamentos da indústria petrolífera na exploração e produção é de alta monta em relação à média da indústria, com determinações tão variadas quanto o tipo de formação geomorfológica onde se encontra a reserva, bem como as condições climáticas da região. É nesse sentido que Morais, em estudo sobre a produção *offshore*, sintetiza:

a atividade petrolífera se distingue da grande maioria dos demais setores econômicos, notadamente no caso da exploração no mar, em razão da presença de maiores riscos econômicos, ao exigir pesados investimentos em prospecções prévias de bacias sedimentares, além de perfurações dispendiosas que resultam, frequentemente, em poços secos ou não econômicos. (MORAIS, 2013, p.24)

O gráfico 1 demonstra que mesmo durante a pandemia de Covid-19 em 2020, os investimentos do setor não se reduziram a menos de 328 bilhões de dólares, chegando a 779 bilhões de dólares em 2014.

B) Dispersão: a dispersão geográfica das reservas e o grau de incerteza relacionado à perfuração de poços: com uma quantidade inversamente proporcional de poços secos perfurados ao avanço tecnológico na prospecção e sondagem, essa característica da indústria petrolífera fez com que diversas oportunidades de exploração fossem deixadas de lado devido aos sucessivos poços secos perfurados.

C) Beneficiamento: A necessidade de refino do óleo bruto: desde o início da exploração do setor, a necessidade de uma instalação industrial para refinamento do óleo de forma que o mesmo possa ser utilizado como fonte de energia das mais diversas maneiras (querosene, gasolina, diesel, etc) é uma imposição.

20 Essa característica da indústria petrolífera confirma a visão de Marx quando discute a Maquinaria (OCI) e Lênin (O imperialismo) sobre a necessidade de capitais iniciais cada vez maiores com o avanço das forças produtivas e a abertura de novos setores de produção à exploração capitalista.

Gráfico 1 - Investimento global em Exploração em Produção Óleo e Gás – Milhões de U\$ - 2010-2020

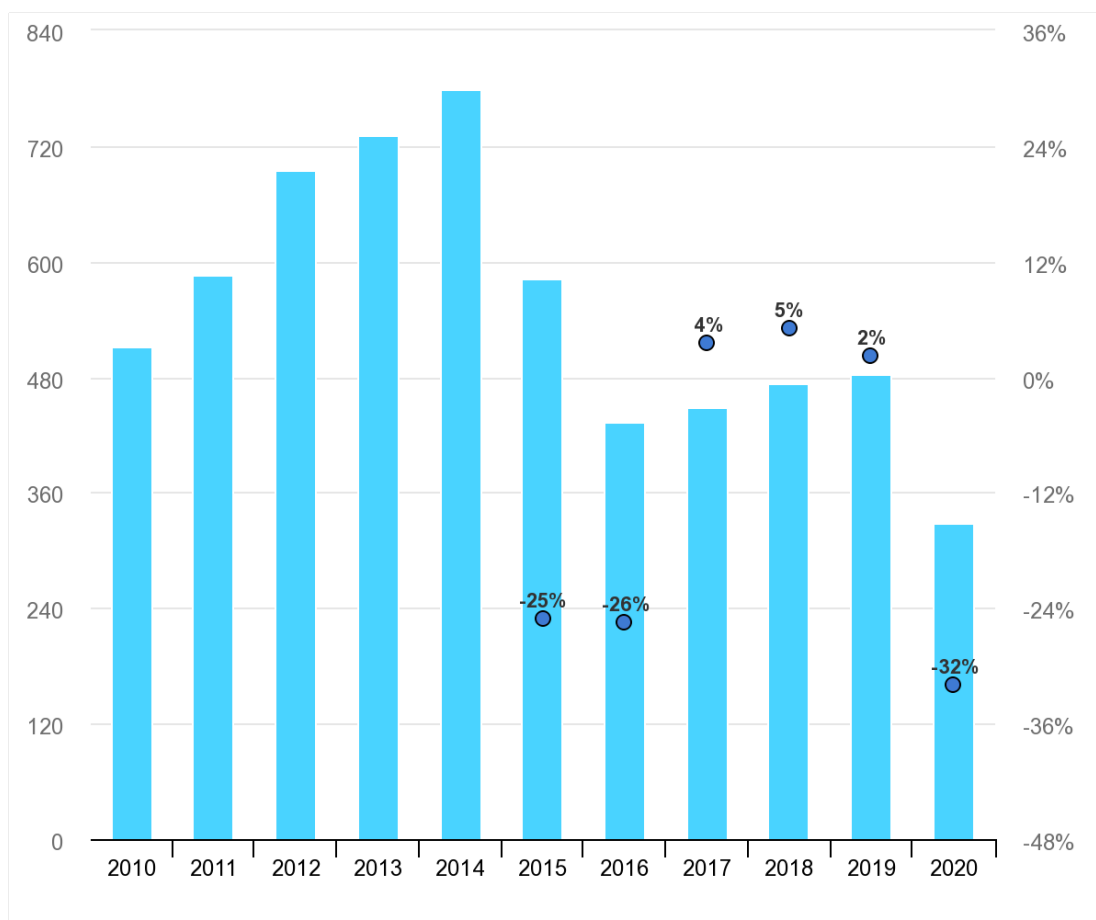
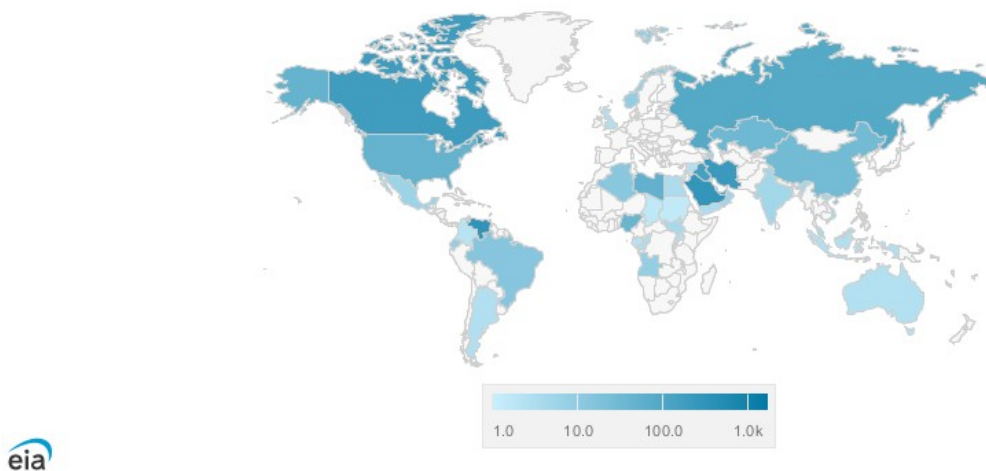


Gráfico 1: Fonte: IEA, 2023

Mapa 1 - Reservas provadas de Óleo cru – Mundo, 2021 (Bilhões de Barris)

Crude Oil-Times Series Annual



Mapa 1: Fonte: EIA, 2022

D) Distribuição: a distribuição física do óleo: as distâncias percorridas pelos grandes volumes de óleo utilizados para abastecer a sociedade moderna demandam uma infraestrutura física elaborada, sendo motivo de imobilização de capital em grande monta desde o início da indústria. Dos vagões tanques das linhas férreas americanas aos superpetroleiros e oleodutos continentais, a distribuição é um ponto crucial nos custos da indústria e na sua organização, sendo, por exemplo, palco da gênese da icônica Standard Oil nos EUA.

Esses pontos forjaram o caráter da grande empresa petroleira do século XX, e os Estados Unidos da América como ponto de origem das principais empresas do setor. Estando as grandes IOCs, via de regra, presentes no *Upstream* ao *Downstream*:

Quadro 2 – Segmentos do Setor de Petróleo e Gás

Etapa	Atividade
Upstream	Exploração e Produção
Midstream	Transporte e Armazenamento
Downstream	Refino, importação, distribuição e revenda

Elaboração: Própria com base em ANP(2022)

Figura 1 – Organograma da Indústria de Petróleo e Gás

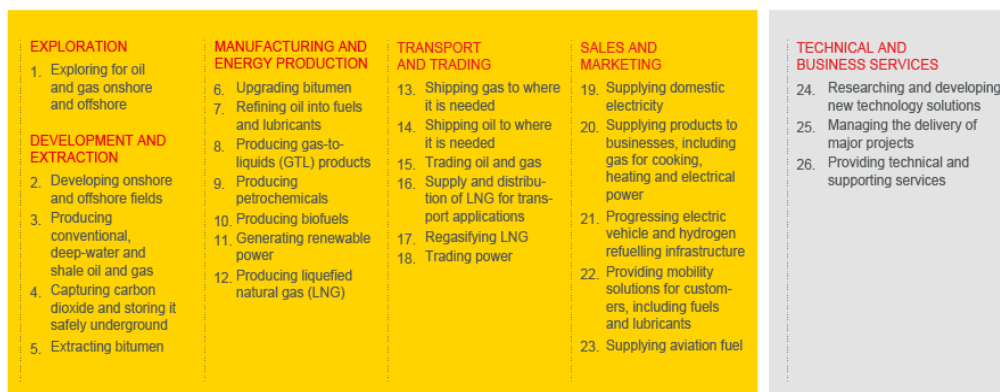
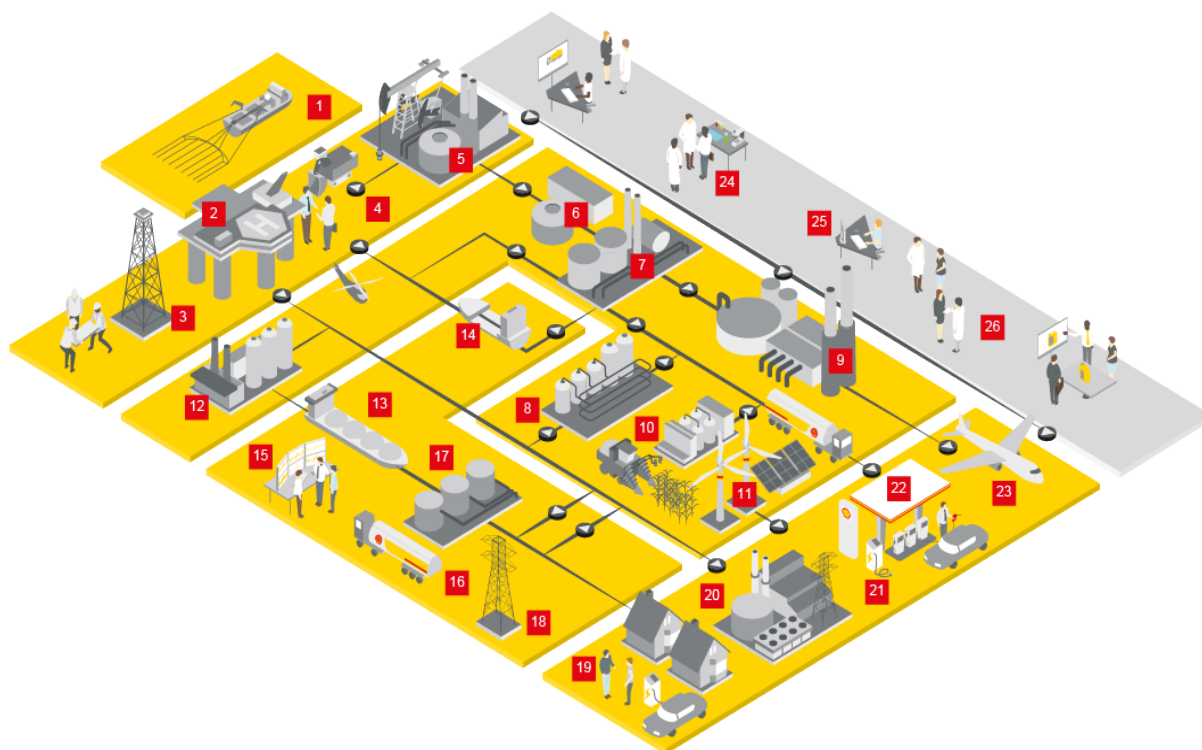


Figura 1: Fonte: SHELL 2020

Ao exportarem seu modelo de sociedade em grande medida o faziam em conjunto com a influência deste modelo de empresa. A lógica “do poço ao posto”, que predominou neste modelo de empresa, fez com que a própria paisagem das áreas urbanizadas do mundo ocidental se confundisse com a hegemonização das bandeiras destas empresas, que através de seus postos de serviços se fazem presentes no cotidiano de milhões.

A renda do setor petrolífero é outro aspecto incontornável deste negócio. Objeto de controvérsias internacionais, o fato é que a exploração de petróleo é capaz de gerar uma renda²¹ muito superior a outros setores. A renda do petróleo, conforme aferida pelo Banco Mundial, é composta pela diferença entre o valor do óleo cru e o total dos custos de produção (Banco Mundial, 2022). O Gráfico 2 demonstra a evolução do indicador Oil rents (renda do petróleo) do Banco Mundial como proporção do PIB brasileiro.

A dinâmica de evolução do petróleo acompanha a economia brasileira com algum espaçamento, oscilando por fim em torno de 2% do PIB brasileiro nas últimas duas décadas. O mesmo não é observado na economia americana, conforme a gráfico 2, no qual os mesmos dados são analisados. Após um pico próximo aos 3% do PIB na década de 1980, a renda do petróleo se reduz progressivamente como parte do PIB dos EUA até oscilar em torno de 0,5% nas duas últimas décadas.

21 David Ricardo (1985[1817], p. 65-76) expõe a característica da renda ser oriunda da diferença obtida em duas explorações que empregam meios iguais de trabalho e meios de produção, devido a características intrínsecas ao locus de exploração (a terra no caso da renda da terra, a mina no caso da renda das minas (*Renda Diferencial de tipo I* em Marx, OCIII).

Gráfico 2 - Renda do petróleo como % do PIB brasileiro e evolução do PIB brasileiro em trilhões de dólares 1970-2019

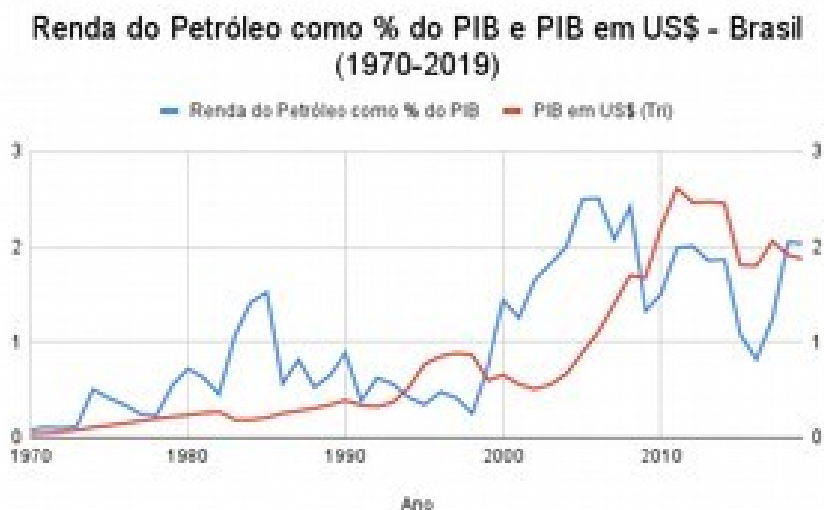


Gráfico 2: Fonte: Banco Mundial, elaboração: própria.

Gráfico 3 - Renda do petróleo como % do PIB americano e evolução do PIB americano em trilhões de dólares – 1970-2019

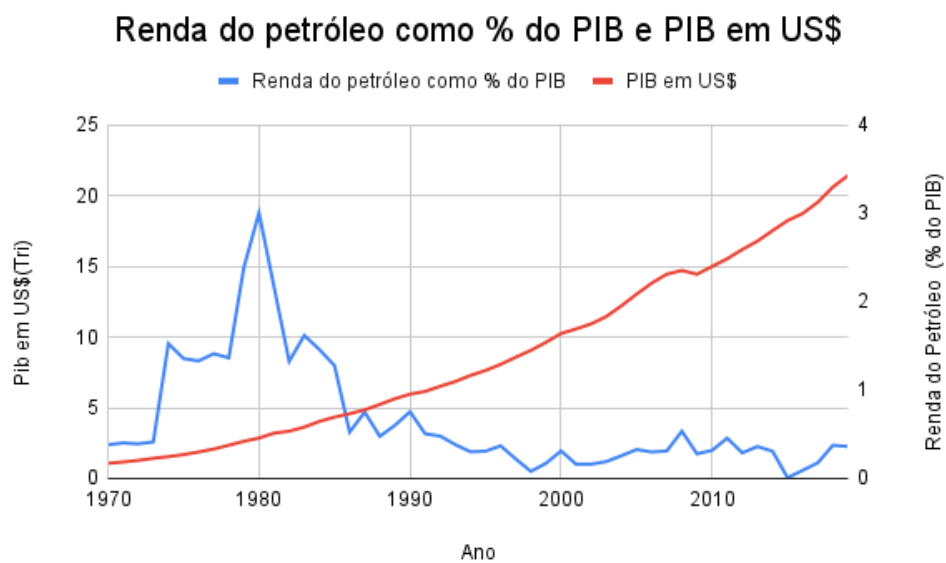


Gráfico 3: Fonte: Banco Mundial, Elaboração: Própria.

O desenvolvimento dos motores autopropelidos à base de petróleo implementou uma revolução importante dentro das condições de vida do homem. Toda uma sociedade passa a ser forjada tendo como base o poder do petróleo de prover energia para multiplicar exponencialmente a capacidade do homem de se mover e transformar o mundo. A primeira guerra mundial, tendo como fator determinante para sua vitória a ampla utilização de petróleo contra o carvão foi o ponto de virada na consciência das nações sobre a importância do petróleo na defesa nacional.

A partir desse ponto se inicia um processo em que a maioria das nações (com raras exceções) que disputavam o poder mundial passam a considerar a transição ao petróleo como um objetivo de suas economias e máquinas de guerra e o petróleo em si passa a ser um ativo estratégico. A derrota da temida marinha alemã movida a carvão pela marinha inglesa, propelida a óleo combustível marcou as memórias dos confluentes do começo do século XX.

São nessas décadas iniciais do século XX que surgem o que mais tarde seriam as grandes multinacionais para-petroleiras. A Halliburton Oil Well Corporation (HOWCO) originalmente surge como uma empresa sem relações com o Estado, que cresce no meio do competitivo negócio de exploração petroleira na região central dos EUA no começo do século XX. Uma particularidade relacionada a sua fundação é que o negócio central da companhia (cimentação de poços de petróleo) nasce como um roubo de patente, por parte de Erle Halliburton, fundador da companhia, de seu antigo patrão. (BRIODY, 2005). Os fundadores das companhias que viriam a se tornar sua concorrente Baker Hughes também veem seus negócios florescerem mediante inovações de R.C Baker e H.R. Hughes realizadas para solucionamento de problemas de perfuração e cimentação dos poços no período (BAKER HUGHES, 2007, p07-09).²²

As primeiras décadas do século XX foram essencialmente marcadas pela fundação do setor para-petroleiro, muito vinculada ao momento de inovação para a indústria que

22 A Schlumberger de origem francesa tem uma história com algumas diferenças significativas. Seus fundadores e corpo dirigente pela maior parte do século XX tiveram traços de refinamento científico e intelectual, com ideias progressistas, simpatizantes do socialismo, com negócios florescendo no começo do século XX em grande medida devido a sua disposição de fazer negócios com a União Soviética. Jean Riboud, CEO da empresa por décadas, foi combatente da resistência anti-fascista e ficou preso em um campo de concentração por anos. Após anos à frente de uma das maiores multinacionais do mundo do setor para-petroleiro, Riboud ainda se considerava um socialista (AULETTA,1984).

surge junto com o boom das explorações, sedimentando as bases das principais companhias. A abundância de reservas e a grande corrida pelo petróleo no período foram sem dúvida fundamentais para essa nascente indústria que se desenvolvia concomitante à indústria petroleira. Tanto a indústria petroleira como para-petroleira seriam profundamente afetadas pelo momento de conflagração mundial.

2.2 Duas guerras, dois divisores de águas na relação Estado e petróleo

A relação desse tipo de empresa com o Estado e a influência que essa relação teve nos grandes dramas da civilização do século XX tem a ver com dois elementos imbricados : I - o alto custo (conforme exposto acima) e o alto retorno do negócio petroleiro e ; II - o papel que os hidrocarbonetos cumprem como principal fonte de energia do homem no período em tela. Esses elementos se demonstram articulados de diferentes maneiras na história da indústria, mas os conflitos mundiais foram necessariamente divisores de águas nessa relação.

Apesar do protagonismo americano no setor, são empresas europeias que inauguram a relação mais direta do Estado com a indústria petroleira. A Royal Dutch Shell e a Anglo-persian foram, no começo do século XX, exemplos de como essa relação com o Estado pode ser determinante para as empresas e para as próprias nações²³.

No caso dos Estados Unidos, apesar da conhecida beligerância entre a Standard Oil e Theodore Roosevelt no começo do século, a materialidade da disputa imperialista não tardou a enviar como lembrança o caráter estratégico do petróleo, diante do incontestável grau em que esta mercadoria era determinante no poder das nações. A Standard Oil, que acabava de ser desmantelada em uma ação antitruste em 1911²⁴,

23 A Shell, nascida uma empresa britânica, se vê obrigada a adquirir investimentos do Estado holandês, já que os mesmos lhe foram negados do Estado britânico, para conseguir levar a cabo o enorme volume de capital necessário para sua empreitada no ramo. A empresa de Marcus Samuel encontra nas enormes reservas petrolíferas russas a possibilidade de consolidação de uma alternativa à hegemonia da Standard Oil no mercado europeu. No caso da Anglo-Persian (posteriormente British Petroleum), a empresa é beneficiada em seu momento de maior dificuldade devido ao controle do seu capital por ingleses, que enxergaram já prematuramente a importância geopolítica do petróleo. W. Churchill foi um dos protagonistas da aquisição pelo Estado Inglês de 51% das ações da empresa, que havia descoberto ricas jazidas na Pérsia no ano de 1908.

24 A ação antitruste iniciada em 1906 pelo procurador geral de Roosevelt ganhou corpo e grande comoção popular com as denúncias presentes em uma série de reportagens de Ida Tarbell denunciando o caráter draconiano da

dividida em sete empresas de base territorial diversa pelo país, foi a verdadeira protagonista de uma operação de guerra para formar o que na prática se configurou ironicamente como um truste organizado pelo Estado americano para garantir o suprimento de combustível para as forças em combate na Primeira Guerra.

Essa não seria a única vez em que o Departamento de Justiça e o Departamento de Estado americanos teriam visões diversas sobre a questão do petróleo e a geopolítica. A relação íntima entre Estado nacional e setor petrolífero, da qual as empresas europeias deram os primeiros exemplos e durante a guerra foram seguidas pelo Estado americano, passa a ser a regra após o conflito, ao menos para aqueles setores dentro da estrutura dos Estados vinculados ao pensamento estratégico e à defesa nacional.

A Alemanha, cuja máquina de guerra era fortemente baseada em carvão – produto que era abundante e de fácil acesso ao império –, passa a implementar uma política consciente de transição ao petróleo e a busca pelo acesso a reservas, bem como a pesquisa para obtenção de petróleo a partir de suas reservas de carvão por meio de tratamentos sintéticos, um dos pontos centrais da política energética do Terceiro Reich.

A busca por acesso a reservas passa a ser uma constante por grande parte dos países à época. A 2ª conflagração mundial tem suas linhas de força e conflito desenhadas também em torno do acesso às reservas e estoques de combustível.

As enormes reservas descobertas no Oriente Médio, controladas por empresas de países aliados²⁵, são objeto das preocupações dos generais e chefes de Estado de ambos os grupos em contenda. O mesmo vale para as reservas no Pacífico. O acesso ao combustível, ao “sangue da sociedade moderna”, é vital para o sucesso da máquina de guerra.

ação monopolista de Rockefeller e da Standard Oil (YERGIN, 1992).

25 A União Soviética, que havia sido até pouco tempo vítima da agressão conjunta das nações imperialistas, resiste ao avanço fascista também em larga medida pela enorme reserva de combustível a que tinha acesso. O planejamento socialista e a capacidade de mobilização do conjunto da nação para objetivos econômicos e militares descomunais cumprem na verdade o papel principal, mas seria impensável uma nação pouco desenvolvida e pouco industrializada resistir ao poderio alemão (LOSURDO, 2010, p33-35). É inegável que o sucesso da industrialização socialista levada a cabo por Stalin teve no petróleo elemento fundamental. A energia do hidrocarbureto não fazia distinção ideológica ou de classes sociais para servir de combustível à obra humana e seguiria sendo elemento importante no embate entre capitalismo e socialismo que se seguiria à Segunda Guerra.

O momento da guerra foi também um momento importante para a indústria para-petroleira. Com a já mencionada necessidade de combustível como um dos elementos centrais do conflito, o empenho pelo avanço tecnológico da parte de empresas como a Halliburton para possibilitar tirar o máximo de cada poço foi peça chave do esforço de guerra (BRIODY, 2005,p.70).

Concorrentes do setor, como a texana Baker & Hughes, também se beneficiaram do esforço de guerra, passando no período de 1938-1947 de oficinas de pequena escala para plantas industriais modernas com máquinas e processos avançados, além de colocar parte de sua produção voltada para produzir peças de canhões, tanques, aviões, projeteis e munições em geral (BAKER HUGHES, 2007, p29-32).

Apesar de focada no negócio principal, a Halliburton ainda contou também com alguns contratos de produção militar, estabelecendo uma divisão de engenharia para produtos de guerra, chegando a produzir equipamentos para a marinha e a aeronáutica, bem como cimentação de faixas de pouso. No entanto, tais negócios não tinham uma importância central para a companhia no momento (BRIODY, 2005,p.70).

No caso da Schlumberger, a guerra mundial marca sua transição para a América. A ocupação nazista na França força a mudança da sede da empresa para Houston, no Texas, que será seu quartel general pelas próximas décadas.

Essa experiência na 2ª guerra mundial da para-petroleira Halliburton se apequenaria quando comparada no futuro com o grande papel que ela e sua principal subsidiária cumpriram junto ao exército americano no final do século XX e começo do século XXI.

Ao mesmo tempo, a guerra abriu a porta para a entrada no mundo da energia da empreiteira Texana Brown & Root (posteriormente KBR), subsidiaria da Halliburton a partir de 1967, que iniciou sua ascensão no mundo dos negócios em relação estreita com o estado americano. De construção de estradas a represas (BRIODY, 2005, p.27; 43-44), a Brown & Root sempre soube se aproveitar da relação com o mundo político para alavancar seus negócios, sendo notória sua relação simbiótica com o democrata Lyndon Johnson (BRIODY, 2005, p.72).

A construção dos grandes oleodutos Big Inch e Little Big Inch, possibilitadas pela necessidade de resguardar o transporte do combustível dos submarinos alemães, se tornaram uma possibilidade de privatização dos lucros por parte da KBR após o fim da guerra. Em consórcio com representantes do setor de gás natural, que queriam a conversão da infraestrutura de forma a transportar o produto e suplantam o carvão como combustível na costa leste, a KBR e seus aliados manobram com seu poder político junto ao governo para descartar um leilão com diversos concorrentes e beneficiar um novo certame onde a Texas Eastern Transmission Company (TETC), companhia recém-criada na qual os irmãos Brown da KBR detinham 29% das ações, saiu vitoriosa²⁶. Este foi um passo importante da KBR em direção ao setor energético, já que uma das garantias dadas ao governo era a certeza de rápida reconversão da linha em transporte de petróleo e seus derivados em caso de nova situação de emergência, como aquela ocasionada pela guerra²⁷ (BRIODY, 2005, p 100-103).

A TETC expandiu seus negócios em direção à construção de novos gasodutos e oleodutos pelo mundo, produtos refinados de petróleo, e tudo relacionado ao gás natural, tendo a KBR como principal contratada para diversos serviços em flagrante contradição com os interesses dos outros acionistas da TETC. Somente em contratos com a TETC a KBR lucrou 1.3 bilhões de dólares em 37 anos (BRIODY, 2005, p112). Essa não seria a primeira nem a última vez que ações do estado americano agiriam no sentido de beneficiar diretamente a Halliburton ou uma de suas subsidiárias. A guerra fria e as mudanças geopolíticas mundiais que acompanharam os momentos seguintes foram muito importantes nessa relação.

26 O próprio certame em si já foi uma grande jogada que impulsionou os lucros da KBR, só os irmãos Herman e George embolsaram 2,7 milhões de dólares de lucro com a valorização das ações da empresa após a vitória. Tal situação gerou uma investigação por abuso de poder político para lucros privados em relação à venda dos oleodutos para a KBR. A investigação foi extinta sumariamente sem motivo aparente (BRIODY, 2005,p103).

27 A determinação de uma taxa de lucro pelo governo de 9.5% para as distribuidoras de gás desagradou a companhia que queria poder se aproveitar da demanda em ascensão por gás na costa leste para realizar preços 2 até 3 vezes superiores. Lesland Olds, que presidia a Federal Power Commission (FPC, Comissão Federal de Força, responsável pela fixação das taxas de lucro do setor), nomeado por Roosevelt para o cargo, levava uma linha dura na regulação da indústria e tinha suas posições mal vistas pela indústria do petróleo e agora também pela KBR. Com o fim do seu mandato em 1949, um grande processo de lobby por parte destes setores pelo fim da política de Olds para o setor foi levado a cabo, culminando na primeira grande aliança entre a KBR e o setor petrolífero. Lyndon Johnson, político que representava os interesses da KBR, se utilizou da histeria anticomunista no pós-guerra para forjar um caso contra Lesland Olds no comitê que determinaria sua renomeação para o cargo no FPC. Não seria a última vez que o setor de energia americano utilizaria a ameaça vermelha para enganar um país inteiro em nome dos lucros (BRIODY, 2005, p. 105-108).

2.3 Guerra fria e o nacionalismo energético do terceiro mundo

O estado americano talvez seja o melhor exemplo de coincidência, amálgama e simbiose entre os interesses de um estado nacional e o de sua grande indústria petroleira privada. Ainda que, como apontamos, a *origem* mesma da grande indústria americana petroleira esteja pouco ou nada vinculada a uma decisão de Estado, foi nas relações desta indústria com o Estado americano que a compatibilidade de interesses entre empresa e Estado atingiu níveis sem paralelo na história. A Guerra Fria inaugurada foi o contexto na segunda metade do século XX que empurrou ainda mais os interesses americanos para o seio da grande indústria petroleira.

Geograficamente, a principal fonte de petróleo com reservas provadas até então estava muito mais próxima do mundo soviético do que das fronteiras americanas. O Oriente Médio, palco de reservas colossais como as do Irã, Kuwait, Iraque e Arábia Saudita estava a poucas centenas de quilômetros da fronteira soviética. O acesso às reservas não era em si uma questão para o mundo socialista, servido por amplas reservas de petróleo e gás dentro de seu próprio território e desde 1955 exportador líquido do produto ao ocidente. A grande imbricação de contradições estava na influência política que a URSS poderia lograr obter sobre os países do Oriente Médio, privando os países capitalistas do fácil e barato acesso a essas reservas vitais.

Em 1952, o Estado americano estava dividido em dois corações e almas, ou, pode-se dizer melhor: duas vontades no que toca ao problema da relação entre o interesse nacional e a grande indústria petroleira. Se, por um lado, o Departamento de Justiça iniciava apelos por uma nova ação anti trust que visava controlar a sanha monopolista das gigantes do setor que driblavam na opinião dos procuradores a legislação federal sobre o tema, por outro lado o Departamento de Estado pressionava e persuadia de todas as maneiras possíveis as grandes companhias do setor a auxiliar na exploração petrolífera no Irã de forma a garantir presença e influência americana em uma área estratégica e proteger aquela nação (e, logo, suas enormes reservas de petróleo) do temido avanço soviético. A opinião de dois presidentes, Truman e Eisenhower, dois

secretários de Estado, do chefe do Estado maior, da Cia etc, acabaram por prevalecer e o interesse imperial americano se sobrepôs à necessidade de fazer valer a lei (YERGIN, p. 626-628). Ainda demoraria algumas décadas para o poder americano aprender habilmente a fazer aqueles que combatem por meios jurídicos serem combatentes no palco global pelos interesses nacionais americanos. O golpe de Estado no Irã em 1953, por exemplo, seria perpetrado com apoio da CIA e não do Departamento de Justiça.

A questão nacional, dada sua característica visceral para os povos da periferia do sistema, conforme apontada por Losurdo e Lênin e exposto em nosso primeiro capítulo, quando imbricada com a exploração dos grandes monopólios petrolíferos, cumpre literalmente o papel de jogar fogo na gasolina da instabilidade geopolítica.

O nacionalismo energético, como podemos caracterizar o ativismo político das nações periféricas no sentido de se apropriar de suas próprias reservas de petróleo e gás, bem como das rendas oriundas de sua comercialização e possibilidades de desenvolvimento nacional relacionadas, adquire um novo fôlego após o fim da Segunda Guerra Mundial e o contexto de descolonização.

A Venezuela, como nação articuladora da OPEP, possui uma história pretérita no que toca à disputa pela renda do petróleo com o Estado americano e ao ativismo terceiro mundista junto aos países exportadores. Uma geração de políticos e ativistas nacionalistas (a geração de 28²⁸) formulou uma solução para o impasse que a primeira experiência de nacionalização no México gerou. No caso mexicano, ao desapropriar e nacionalizar a grande indústria petrolífera estrangeira, o país se viu sem capital e meios para explorar os próprios recursos. A solução venezuelana de repartição mais justa da renda petrolífera sem nacionalização integral das propriedades estrangeiras foi vista como modelo para os países árabes pós Segunda Guerra. O modelo 50/50 de repartição da renda petrolífera, implementado pelo governo que se alça ao poder após o fim da Ditadura Gomez, foi concretizado com o apoio inclusive dos EUA.

28 Geração de políticos e personalidades públicas da Venezuela que se empenharam na luta contra o regime ditatorial de Juan Vicente Gomez no ano de 1928, em sua maioria estudantes da Universidad de Caracas à época (YERGIN, 1992, p 573).

É importante observar que as principais para-petroleiras de certa forma se anteciparam na tomada de consciência a respeito do perigo representado pelo nacionalismo energético para seus negócios: após passar intocada pela grande depressão, iniciando trabalhos de exploração offshore no final da década de 30, a Halliburton passa a acumular também experiência em como lidar com políticas de conteúdo local em outros países que poderiam limitar seu escopo de atuação. Apesar de politicamente conservador, Erle Halliburton procurou se beneficiar de políticas de incentivo à indústria local, quando existentes, em países produtores de petróleo, fundando por exemplo a Compañia Halliburton de Cementacion y Fomento, na Venezuela, bem como similares na Colômbia, Equador e Peru (BRIODY, 2005, p.69).

O trauma da nacionalização mexicana fez com que a Shell e a Standard Oil of New Jersey (as duas grandes do setor presentes na Venezuela) atuassem junto ao Departamento de Estado americano para apoiar a iniciativa dos nacionalistas venezuelanos. Juan Pablo Perez Alfonso foi o Ministro de Desenvolvimento no governo do partido de orientação socialista Ação Democrática que tomou para si a tarefa de melhorar o posicionamento venezuelano no contexto da repartição da renda petroleira. A Venezuela entraria pela primeira vez, sob sua administração, na venda direta de petróleo ao mercado mundial enquanto nação. Foi Perez que organizou também a expedição venezuelana que viajou pelo Oriente Médio propagando a divisão 50/50 entre os países produtores (YERGIN, 1992, p 589-591).

No entanto, a ideia venezuelana de uma organização dos países exportadores que fixasse os preços do petróleo de forma vantajosa aos povos que dispunham desse bem, de maneira a negociar com força em conjunto contra as grandes petroleiras americanas e europeias, seria o mais explosivo elemento no cenário geopolítico do último quartel do século XX no que toca à questão energética, mas que ainda demoraria algum tempo para maturar. Os avanços obtidos durante o governo da Ação Democrática seriam motivo para um novo golpe e instauração de uma ditadura militar retirando os nacionalistas do poder por meio de oficiais, antes leais, envolvidos e

influenciados por uma missão militar americana no país²⁹(COLBY & DENNETT, 1998, p.218-219).

É impossível não pontuar o peso que a ascensão do bloco socialista teve nas disputas terceiro mundistas. No próprio caso venezuelano, o avanço nacionalista era visto por empresários americanos do perfil de W. Buckley como “defesa de interesses comunistas” (YERGIN, 1992, p576). A existência da União Soviética foi elemento de contraste, comparação e incentivo para as lutas de libertação nacional. Além da diretriz das forças políticas diretamente alinhadas à Terceira Internacional no terceiro mundo, que pautava a libertação nacional e a luta contra o imperialismo como etapas fundamentais da luta pelo socialismo, a ameaça tácita de uma revolução socialista e da transformação de determinada nação em aliada da URSS no tabuleiro geopolítico mundial fortaleciam o poder de barganha (ainda que com limitações óbvias) aos terceiro mundistas que buscavam maior soberania e autodeterminação na relação com as potências capitalistas.

A nacionalização, em 1951, por Mossadegh, líder nacionalista iraniano eleito, da Anglo-Iranian (antiga Anglo Persian) deu origem à primeira crise do petróleo do pós-guerra, dando o tom da situação de instabilidade e revolta anticolonial no terceiro mundo. E o fato das milícias nacionalistas de Mossadegh serem armadas com equipamento soviético não ajudou a tranquilizar o poder americano, que acabou por apoiar por meio da CIA sua deposição e a recolocação no poder do Xá. A possibilidade de uma aliança persa ou árabe com a União Soviética sempre pairou sobre os responsáveis pela política externa americana e não foi exclusividade do Oriente Médio. Nas palavras de George Padmore, mentor do movimento pan-africanista:

Os africanos são bem desejosos de aceitar conselhos e apoio que lhes é oferecido em um espírito de verdadeira igualdade, e prefeririam permanecer em termos de amizade com o Ocidente. Mas eles querem fazer seu caminho sobre seus próprios termos. Se, entretanto, eles forem obstruídos, eles podem em sua frustração se virar ao comunismo como a única alternativa de alcançar seus objetivos. O futuro padrão da África será então nesse contexto, em grande

29 Apesar da alegação de Yergin de que o golpe nada teve a ver com o Departamento de Estado Americano ou com as grandes petroleiras, o fato é que Creole (Standard Oil New Jersey) e outras se beneficiaram da repressão ao movimento sindical, paralisação da criação de uma petroleira estatal e reabertura das reservas de óleo ao estrangeiro perpetradas por Pérez Jimenez (COLBY e DENNETT, 1996, p218-219).

medida determinado pelas atitudes das nações ocidentais. (PADMORE, 1956, p.17-18)

Independente da aliança ou não com os soviéticos, os povos do terceiro mundo se organizavam e pleiteavam o reconhecimento enquanto seres humanos e nações autônomas. Conforme nos lembra também Losurdo (2015, p 325):

Na conferência que se reúne em Bandung em 1955, depois de saudar com entusiasmo os primeiros importantes resultados da revolução anticolonial, ainda em pleno desenvolvimento, o líder indonésio Ahmed Sukarno chama os países recém-independentes a livrem-se também do “controle econômico” exercido pelas velhas potências coloniais. No ano seguinte, o ganês Kwame Nkrumah publica um livro voltado a demonstrar que “um Estado nas garras do neocolonialismo não é dono de seu destino”. (LOSURDO, 2015, p.325)

No ano da conferência de Bandung, que reuniu os povos do terceiro mundo para debater os caminhos de libertação das “garras” do imperialismo e do colonialismo, a União Soviética começa sua campanha de exportação de petróleo com consequências diretas para as taxas de lucro das grandes indústrias petroleiras americanas. No ano seguinte, Nasser, líder nacionalista egípcio, protagoniza junto a aliados a segunda crise do petróleo do pós-guerra ao interditar o canal de Suez, e, logo, um dos maiores acessos ao petróleo do Oriente Médio para o Ocidente. O fim do impasse entre as nações ocidentais e o Egito se deu com a vitória de Nasser e a nacionalização do Canal.

O contexto tráz impactos também para a indústria petroleira e para-petroleira. Kobryn (1984) aponta que no período entre 1960 e 1979 foram realizados um total de 104 atos de expropriação no setor petrolífero em 56 países diferentes. No tocante aos atos de nacionalização, 43 foram contabilizados no período em 24 países produtores, segundo o autor. O quadro 3 sintetiza as nacionalizações do setor até 1980.

Entre as medidas tomadas pela Indonésia de Sukarno para se livrar do controle econômico das potências estrangeiras está a fundação da estatal petroleira em 1957, mas essa decisão já tinha sido antecipada pela pressão pela nacionalização da força de trabalho das multinacionais que operavam no setor do país. Essa política de conteúdo local foi formalizada nos contratos de partilha da estatal com as empresas estrangeiras

a partir de 1963 (TORDO & ANOUTTI, 2013, p. 69). Mesmo o golpe de caráter antinacional de 1965-1966 não foi capaz de reverter o processo iniciado então, que adquiriu cada vez mais força com políticas de transferência de tecnologia no setor de serviços e equipamentos das multinacionais para empresas nacionais a partir do final dos anos 70.

Quadro 3 – Nacionalizações no setor petrolífero

País	Ano
União Soviética	1918
México	1938
Irã	1951-73
Brasil	1953
Iraque	1961-75
Burma	1962
Egito	1962
Argentina	1963
Indonésia	1957-63
Dubai	1964
Peru	1968
Bolívia	1969
Nigéria	1969
Argélia	1971
Líbia	1971-74
Abu Dhabi	1971-72
Kuwait	1972-75
Arábia Saudita	1972-80
Catar	1972-77
Equador	1972-79
Gabão	1972-79
Omã	1972
Malásia	1974-76
Barein	1974-77
Trinidade e Tobago	1974-81
Venezuela	1975-76
Angola	1976-78
Índia	1980-81

Fonte: Kobryn, 1984 Elaboração: Própria

No mesmo contexto, com a libertação de Angola pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e sua independência em 1975, a criação da estatal petrolífera Sonangol foi o primeiro passo dado pelo governo de inspiração marxista no sentido de retomar o controle das reservas de petróleo angolanas. Para evitar um contexto em que a necessária tecnologia e conhecimento das multinacionais petrolíferas fosse vetado, o MPLA permitiu a parceria da estatal recém-criada com as multinacionais, mas introduziu uma agenda de conteúdo local e transferência de tecnologia³⁰(TORDO & ANOUTTI, 2013, p 14). No Peru, militares sob o comando de General Juan Velasco Alvarado expropriaram a International Petroleum Company, em um golpe militar que assume forte viés nacionalista (Moniz Bandeira, 2011, p. 161). A fundação da Petrobras no Brasil em 1953 é também caudatária dessa situação geopolítica mundial em que o nacionalismo energético ganha força na esteira das lutas por descolonização e independência dos países periféricos como apontaremos adiante.

A arma do petróleo havia sido brandida por países que não o produziam, o que aconteceria caso a mesma fosse utilizada por aqueles que detêm as enormes reservas do Golfo Pérsico? Essa questão permeou as discussões internas entre os países da região e o ativismo venezuelano pela fundação de uma organização dos países exportadores de petróleo passa a abrir caminho em meio às contradições e emaranhados de interesses na região.

A fundação da OPEP se concretiza em 1960, na cidade de Bagdá, um ano após os EUA imporem cotas de importação ao petróleo (de forma a garantir lucros mínimos aos produtores nacionais) e da realização do Congresso Petrolífero Árabe no Cairo.

A organização fundada sob os auspícios dos nacionalistas venezuelanos teve seu estatuto redigido em sua primeira conferência em Caracas. O artigo segundo do estatuto delineava claramente o objetivo de unificar as políticas de petróleo dos países membros e a determinação dos melhores meios de garantir seus interesses, além de estabilizar o preço do petróleo e garantir uma renda estável para esses países (OPEC, 2021, p.1).

30 Uma guerra civil de 27 anos de duração se seguiu ao contexto de independência, dizimando a infraestrutura do país, deixando porém a indústria petrolífera nacional incólume (em grande parte também devido à localização costeira da mesma em oposição aos conflitos no interior do país).

Vindas de um passado recente onde o poder das grandes empresas e a tutela das nações imperialistas eram praticamente absolutos na determinação da fortuna ou o caso das nações produtoras de petróleo, a assinatura do Estatuto pelos 8 países fundadores da OPEP foi um marco na história da soberania destes países, que passariam a ter poder de barganha econômica e também política com as grandes corporações petrolíferas e com as nações ocidentais.

É nesse contexto de nacionalizações e disputas acirradas do terceiro mundo pela apropriação de seus próprios recursos naturais que a legislação internacional avança favoravelmente aos países periféricos, conforme narra Bercovici:

A partir de então a discussão sobre soberania permanente sobre os recursos naturais foi travada em várias instâncias da ONU, sempre contrapondo os países centrais e os países periféricos, estes com o apoio do então bloco socialista. A pressão contínua dos países periféricos sobre o tema foi vitoriosa com a aprovação da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº1803(XVII) de 14 de dezembro de 1962, a Resolução sobre a Soberania Permanente dos Estados sobre os Recursos Naturais, aprovada por 87 votos contra 2 (da França e da África do Sul) e 12 abstenções.
Bercovici, 2011, p.43

Os votos da segregacionista África do Sul e da colonialista França, contrários à resolução, reforçam o caráter emancipatório que a mesma tinha. Por fim a resolução da ONU apenas inscreve na letra dos dispositivos internacionais aquilo que já estava se efetivando pela luta dos povos oprimidos mobilizados pelas ideias do nacionalismo energético e pela busca por soberania.

2.4 Os choques do petróleo e a financeirização

Em relação aos interesses da indústria do petróleo e das potências centrais o contexto de instabilidade trazido pela ascensão da OPEP e da nacionalização das reservas possui diversas consequências importantíssimas.

Durante a guerra do Iom Kippur³¹, a arma do petróleo foi finalmente utilizada pelos países do golfo. Os resultados foram devastadores no que ficou conhecido como o primeiro choque do petróleo. Outros se seguiriam e modelariam a face do capitalismo contemporâneo (Bercovici, 2011,47-48). Dez anos depois da fundação da OPEP, Muammar Gaddafi, o nacionalista árabe líbio, toma a indústria petroleira líbia, nacionalizando completamente essa riqueza mineral do país. Gaddafi cumpre papel importante na radicalização das posições da OPEP.

Os choques do petróleo seguintes estiveram vinculados ao contexto de instabilidade na principal zona produtora do mundo e à luta dos países produtores por uma maior parte da renda petrolífera. Importante observar dois elementos: o avanço das grandes petroleiras americanas no Oriente Médio era acompanhado pelas para-petroleiras americanas, e os revezes para os interesses geopolíticos americanos eram acompanhados também de revezes para interesses econômicos de empresas americanas. O Xá iraniano, recolocado no poder anos antes pela CIA, assinou um contrato de 800 milhões de dólares com a KBR, subsidiária da Halliburton, para construção de bases navais no golfo de Oman. A revolução iraniana de Ayatollah Khomeini obriga a empresa a deixar milhões de dólares em investimentos no local bem como seu contrato mais lucrativo para trás (Briody, 2005, p.175).

Durante os anos 80, devido ao contexto gerado não só diretamente para o setor petroleiro, mas em toda economia pela queda dos preços do petróleo³², a KBR passa de mais de 80 mil empregados para pouco mais de 20 mil em 1984. A Halliburton por sua vez, controladora da KBR, passa de 115 mil empregados para 68 mil em 1984, com perfurações despencando de mais de 4000 para apenas 600 (Briody, 2005, p.177). Zanith aponta importantes mudanças ocorridas no setor para-petroleiro no momento:

31 A Guerra do Iom Kippur(1973) leva esse nome pela iniciativa dos países árabes, liderados pelo Egito, de retaliar as expansões israelenses na Palestina durante as festividades religiosas do Iom Kippur, feriado sagrado judaico. A articulação do ataque com a decisão dos países da OPEP de realizarem um embargo de petróleo aos países aliados de Israel teve dimensões monumentais no mercado mundial de petróleo e em toda economia mundial, aliado à alta de 2,90 dólares para 11,65 no preço do barril do óleo definido pelos países da OPEP no mês de dezembro deste ano. No Brasil o choque do petróleo foi um dos motivadores centrais da instauração do ProAlcool.

32 O crescimento fora das reservas da OPEP (como o Mar do Norte e Alaska) contribuíram para essa queda, bem como controvérsias internas na própria OPEP (ver Yergin,1992).

O colapso dos preços internacionais do petróleo na metade dos anos 80 originou um amplo processo de reestruturação da relação entre os setores petrolífero e para-petrolífero. Os grandes operadores tiveram de intensificar a busca por maior eficiência, maior recuperação das reservas, rapidez no desenvolvimento dos projetos e redução dos custos e riscos de exploração. Nesse contexto, passaram a identificar tarefas que pudessem ser terceirizadas para o setor para-petrolífero sem qualquer perda de sua própria identidade. Zanith, 1998, p.158

Esse processo de terceirização avançada dos processos da indústria petrolífera é coadunado pela exigência de maior rentabilidade financeira dos ativos, somada à fragilidade das companhias que lhes prestavam serviços devido ao contexto gerado pela OPEP dá um impulso para a centralização no setor Para-Petrolífero, que culmina no final dos anos 90 com as principais empresas realizando grandes fusões e se tornando gigantes em escala e escopo de operações, muito distantes quando comparadas aos outros atores do setor, situação que perdura até hoje (TORDO et al,2005). A Texana Baker Hughes se junta à Western Atlas e a franco-americana Schlumberger compra a Camco , fazendo com que ambas ocupem a segunda e a terceira posições no setor. A maior operação se dá na fusão da Halliburton, então sob a presidência de Dick Cheney, com a Dresser, que cria a maior para-petrolífera do mundo naquele momento, presente em todos os serviços do setor, com um volume de vendas de 16 bilhões de dólares em 1997(Zanith, 1998,162). Como veremos adiante, o crescimento exponencial da Halliburton teve também muito a ver com sua relação com o estado americano em um contexto em que a situação do setor forneceu o cenário e o apoio estatal os meios para a ascensão da empresa.

O choque do início dos anos 1970 teve impactos de grande monta para o capitalismo mundial e para as nações periféricas, como veremos no próximo tópico. O fim da URSS e a Guerra do Golfo colocaram de forma clara no início dos anos 1990 as pretensões hegemônicas dos EUA de forma que a narrativa do fim da história e de um futuro capitalista e democrático liberal para toda a humanidade se encaixaram perfeitamente.

Gráfico 4 – Série histórica do preço do petróleo cru em US\$ por barril (1861-2020)

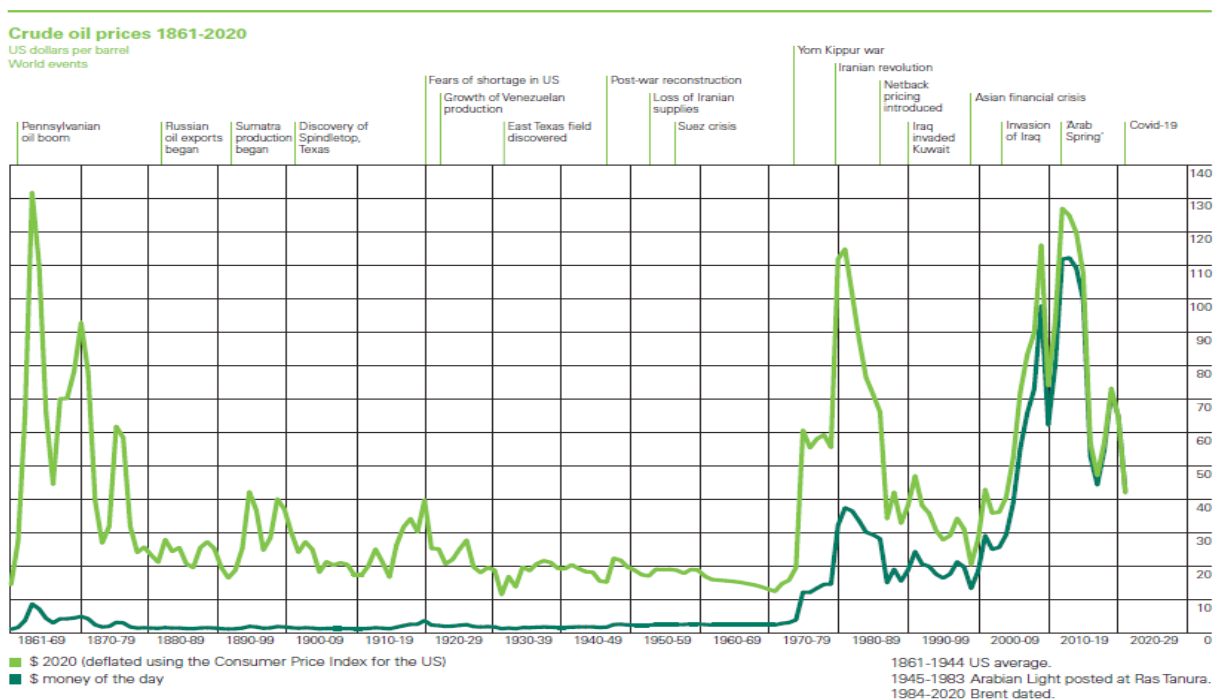


Gráfico 4: Fonte: BP, 202.

Findo o período bipolar, a globalização e seu ímpeto de homogeneização política não impediram a necessidade de planejamento e ação por parte dos EUA como potência hegemônica incontestada para a manutenção de seu status e reordenamento do mundo de acordo com estes interesses. A luta pelos recursos naturais e reservas estratégicas seguiu sendo um elemento central dentre essas preocupações.

Como podemos observar (gráfico 4), a série histórica do preço do petróleo demonstra claramente o impacto das instabilidades geopolíticas no preço da mercadoria. A revolução iraniana (1979), a invasão do Iraque no começo dos anos 2000 e a “Primavera Árabe” (2011-2015³³) aparecem como importantes determinações nesse sentido. O contexto a partir da introdução do petróleo no mercado de futuros em 1983³⁴

33 O ano de 2012 marca o encerramento das atividades disruptivas na maioria dos países. Até hoje, contudo, a instabilidade ainda permanece em países da região, com severas consequências para a Líbia (sem resolução até o momento) e para o Yemen (sob contínua disputa militar).

34 O primeiro contrato do tipo foi realizado pela *New York Mercantile Exchange* (NYMEX) em 1983. Para mais detalhes ver Yergin(1992), página 964 e seguintes.

traz mais um elemento ao jogo de interesses em torno da mercadoria devido à especulação a respeito das altas e baixas de preço serem objeto de lucros expressivos.

2.5 Do nacionalismo energético à guerra não convencional

É possível caracterizar o momento analisado em nosso trabalho como um momento de articulação das formas de poder e de atuação do imperialismo a partir de uma guerra não convencional reagindo ao nacionalismo energético nos territórios latino-americanos, sobretudo a partir dos anos 2000, com a agudização das contradições em relação à apropriação da renda petroleira, bem como do mercado de serviços e equipamentos para a indústria petroleira. Desse ponto de vista, os interesses das indústrias petroleiras e para-petroleiras em oposição ao nacionalismo energético é parte do “combustível” para a ação do Estado americano.

O planejamento e pensamento estratégico do Estado americano em relação as suas necessidades energéticas se fizeram presentes de forma especial na América Latina. Ainda hoje, os serviços de defesa e inteligência estadunidenses, bem como o grosso do seu corpo político dirigente referem-se à América Latina como seu “quintal”, conforme reportagem publicada por Nelson de Sá na Folha de São Paulo (21 Jul 2021). Ao observar a existência de zonas de influência dos EUA como determinantes do desenvolvimento político e econômico dos países a eles subordinados, Penido e Stédile (2021, p. 22) trazem importantes elementos para esta discussão:

As políticas estadunidenses serão desenvolvidas de acordo com a classificação do mundo em três regiões, estabelecidas pelo Pentágono: o centro, formado pelos países aliados e desenvolvidos, comprometidos com o cumprimento das normativas do sistema; o “elo”, uma zona de amortecimento dos conflitos, formado por países emergentes, respeitosos das regras do jogo e interessados em manter as dinâmicas dentro do estabelecido, com os quais se poderia selar acordos diplomáticos e econômicos sem a necessidade de intervenção pela força; e os países da “brecha”, constituída pelas zonas de perigo sobre as quais os EUA devem ter uma política agressiva de vigilância, controle e imposição de normas de funcionamento. Quase em sua totalidade, as áreas intensivas em biodiversidade, as de jazidas de água, petróleo e gás e as de metais para usos essenciais estão compreendidas na “brecha”.
PENIDO e STÉDILE, 2021, p. 22

É importante observar que mesmo os países emergentes zelosos pelas “regras do jogo” são encaixados dentro de um “elo” no qual se espera que acordos diplomáticos e econômicos ocorram de forma tranquila. A combinação da imposição agressiva aos países da “brecha” de controle e vigilância ao mesmo tempo em que eles são os maiores detentores de água, petróleo e gás remete à ideia de Hilferding sobre o controle do território econômico.

Mas e o Brasil e a América Latina, onde se encontrariam? Desde a assunção da Doutrina Monroe, é nítido que as Américas em conjunto são consideradas um protetorado americano, caudatário de respeito e obediência obrigatórios às regras do jogo, sob pena de pesadas represálias. As relações entre a América Latina e as potências do norte sempre foram conflituosas. No caso da Europa, existiam velhas relações colonialistas, como por exemplo o costume de se utilizar da fatídica “diplomacia das canhoneiras” por parte da Europa como aconteceu na cobrança inglesa à Venezuela por meio de canhões, interdita pelos americanos com intervenção diplomática³⁵ tendo como base esta doutrina. Em um contexto inicial de aparente apoio ao desprendimento dessas velhas relações, a Doutrina Monroe nunca escondeu a intenção de realizar a máxima: a América (toda) para os americanos (do norte)³⁶.

A existência de uma disputa geopolítica entre o bloco socialista e capitalista, em que a existência da URSS como polo organizador de uma ameaça constante ao domínio norte-americano em todos os quadrantes do globo, foi determinante no tipo de política implementada na América Latina durante o século XX.

A criação da OEA no período como instituição de controle e organização dos interesses estadunidenses como aponta Prashad (2020a, p.44-45) se apresenta desde

35 Refere-se ao posicionamento, sob o então presidente Theodore Roosevelt, contra a utilização da “diplomacia das canhoneiras” por potências europeias capitaneadas pela Inglaterra para cobrança de dívidas na América Latina. Em 1902, o evento no qual a Inglaterra e a Alemanha bloquearam cinco portos do país sul-americano, bem como a foz do Orinoco, afundaram navios e bombardearam cidades com o intuito de forçar o país ao pagamento de dívidas foi um divisor de águas. Tal tipo de política externa foi eliminada do arsenal europeu a partir de 1907 com a articulação do secretário de Estado de Roosevelt, Elihu Root, para a conferência de Paz de Haia decidir pelo fim das cobranças forçadas de dívidas, ficando as mesmas regidas pelo direito internacional (FINNEMORE, 2003, p 29-38). Desnecessário dizer que tal veto serviu apenas aos interesses europeus. Os EUA seguiram realizando intervenções sistemáticas na América Latina de forma a garantir seus interesses econômicos e políticos como expomos neste trabalho.

36 Remetemos aqui à ideia de José Maria Moncada em seu panfleto de 1911 “Imperialismo e a Doutrina Monroe” (MONCADA, 1911).

sua fundação como meio para suprir a necessidade de minar os objetivos soviéticos na América Latina, na prática funcionando não só como combate à ameaça comunista, mas como instrumento de limitação da soberania dos países partícipes em benefício dos EUA.

A lógica geral da “grande estratégia” americana para lidar com esse tipo de problema segue como um delimitador claro ainda no momento presente, segundo Penido e Stédile (2021, p. 17-18):

Essa estratégia estabelece que os EUA devem permanecer como única potência mundial, impedindo a ascensão de **qualquer concorrência** ou “poderes hostis”, e atribuindo-se o direito de intervir “preventivamente” para resolver de maneira seletiva os problemas de “segurança” que ameacem seus interesses, além de preservar o acesso do país a fontes de energia no exterior.

Como veremos adiante, a concorrência, não só na exploração e refino do petróleo, mas no lucrativo negócio para-petroleiro vinculado, era uma realidade concreta quando o Brasil desponta no cenário internacional com políticas de internalização da indústria para-petroleira e posteriormente com a descoberta do pré-sal. É relevante apontar que Dick Cheney, vice-presidente de George W. Bush de 2001 à 2009, passou o período entre mandatos de 1995 à 2000 como CEO da americana Halliburton, uma das maiores empresas de fornecimento de serviços e equipamentos para a indústria petroleira do mundo e objeto de diversos contratos com a Petrobras no período anterior ao de internalização das cadeias produtivas do setor. Tal apontamento é relevante pois indica a consonância clara do pensamento estratégico no centro do poder americano com as gigantes americanas do ramo petrolífero.

A guerra do golfo de 1990, com o sequestro por Saddam Hussein de funcionários americanos da Halliburton em seu início, a explosão de centenas de poços de petróleo no Kuwait com a retirada das tropas iraquianas e a necessidade de reconstrução do país (e da infraestrutura para-petroleira) colocaram a Halliburton novamente no centro das relações com o poder americano e os militares. Os serviços eficientes prestados em um momento sensível foram parte dos motivos pelo qual sob a liderança do republicano Dick Cheney como Secretário de defesa dos EUA, a Halliburton/KBR abriu caminho para ganhar o LOGCAP (Logistic Civil Augmentation Program – Programa de

Ampliação Civil da Logística), um contrato de fornecimento para o exército americano que abarcava toda as necessidades materiais das forças armadas. A licitação para esse “supercontrato” aconteceu em duas etapas, na primeira foi licitada a confecção do projeto de contrato, depois o próprio contrato.

Dentro desse contexto, a Halliburton/KBR ganhou uma licitação para um contrato confeccionado pela própria empresa, em ampla contradição com a legislação básica americana sobre o tema. Isso não impediu que a empresa ganhasse seguidamente o mega contrato, e quando perdeu obteve a garantia de continuar prestando o serviço onde era mais lucrativo, com a retirada da operação nos Bálcãs das mãos da concorrente Dyncorp e sua manutenção com a firma texana. Um dos motivos para a força da empresa junto ao estado americano era o seu CEO. Dick Cheney sai da secretaria de Defesa e assume o mais alto posto da parapetroleira, levando consigo políticos e militares para postos chave da companhia, dando uma alavancagem para a firma em Washington similar ao período de ouro dos contratos da KBR possibilitados por Lyndon Johnson.

Os números impressionantes confirmam essa força. A KBR sai de 1.2 bilhões em contratos com o governo para 2.3 bilhões, e a matriz Halliburton parte de 100 milhões em empréstimos federais na época da chegada de Cheney ao cargo, para 1.5 bilhões de dólares no momento da sua saída para concorrer à casa branca acompanhando George W. Bush. (BRIODY, 2005, p 211-212)

O forte viés anti laboral e anticomunista da Halliburton era outra das características compartilhadas pela grande parapetroleira com a mega empreiteira KBR, mesmo antes da junção das duas companhias por meio da compra pela Halliburton (BRIODY, 2005, p70-73, 76, 152). Essa característica, presente de forma aguda nos dois pais fundadores (Erle Halliburton e Herman Brown), permaneceu como uma das pedras fundamentais do conglomerado mesmo anos após o desaparecimento de ambos da direção dos negócios. Na liderança do consórcio que construiu a infraestrutura militar e logística para a invasão americana no Vietnã, a mega empreiteira e suas associadas gastaram uma quantidade de concreto e material suficiente para construir um muro de 2

pés de comprimento e 5 pés de altura em toda a fronteira do então Vietnã do Sul (CHATERJEE, p.26).

No caso das para-petroleiras, é praticamente impossível falar das grandes intervenções militares americanas da segunda metade do século XX e começo do XXI sem falar da Halliburton/KBR e seu papel como contratada do exército americano. Celas do Vietnã ao Guantánamo, bases no Iraque e no Afeganistão, a proximidade com o poder rendeu muitos dividendos à Halliburton e sua subsidiária, de Lyndon Johnson à Cheney (BRIODY, 2005, p72 ; CHATERJEE, p.18). O ápice está diretamente vinculado à indústria petroleira: o contrato de fornecimento logístico para o exército, que incluía um plano de contingência para controle de incêndios em poços de petróleo, possibilitou o acesso a um manancial de recursos para a para-petroleira: a reconstrução da infraestrutura petroleira do Iraque (Operation RIO - Restore Iraq Oil) com valor próximo a 2 bilhões de dólares, fora do LOGCAP e sem licitação (CHATERJEE,2009, p220-221.).

Saber que Cheney ainda continuou na folha de pagamento da Halliburton após se tornar vice-presidente (BRIODY, 2005, p.230) é irrelevante do ponto de vista da comprovação do quanto essa empresa esteve entranhada no poder americano quando se observa com atenção essa miríade de contratos bilionários com o governo e a atuação da para-petroleira preferida do exército americano.

Uma boa base de comparação sobre a situação da indústria para-petroleira e as reais motivações em relação ao seu desmonte no Brasil pode ser alcançada ao se analisar um escândalo de corrupção de grandes dimensões que tomou as páginas dos jornais e do noticiário especializado do setor de petróleo: do final dos anos 90 até 2002, a Halliburton pagou 243 milhões de dólares em propinas para um funcionário do governo Nigeriano em troca de contratos para construção de uma planta de gás natural, em um caso escandaloso de corrupção. Ao contrário do tratamento dado pela Lava Jato, com amplo apoio do Departamento de Justiça dos EUA, às empresas flagradas em casos de corrupção na Petrobras, o sistema de justiça americano aplicou uma multa de 161 milhões sem destruir empregos ou a capacidade da empresa de fazer contratos com o Estado Americano (BRIODY, 2005, p234-235). Pouco mais de 10 anos depois do

escândalo na Nigéria, a Halliburton estaria apta para assumir o lugar das empreiteiras brasileiras nos contratos da Petrobras após a devassa realizada pela Lava Jato.

A mesma correlação pode ser feita em relação à gigante texana Baker & Hughes e a grande denúncia de corrupção no exterior, incluindo Cazaquistão, Nigéria, Rússia, Angola e Uzbequistão (NORRIS, 2007). O departamento de justiça americano, ao contrário da grande perseguição às empreiteiras brasileiras, exigiu apenas uma multa e a criação de um programa de *compliance* contra corrupção (DOJ, 2007). A Baker & Hughes também expandiu seu número de contratos após a operação Lava Jato.

Apesar da forte predileção de Lyndon Johnson pela Brown & Root, no decorrer das décadas a poderosa para-petroleira que adquiriu a empreiteira não distinguiu os favores de Republicanos ou Democratas. Durante o governo Clinton, Dick Cheney a frente da companhia não foi um impeditivo para a companhia se valer do lobby e da articulação por parte de figuras importantes no governo democrata, como Madeleine Albright, com empréstimos para contratantes e intervenção da embaixada Americana para a Halliburton vencer a concorrência em licitações em Angola como narra o memorando diplomático da embaixada americana em Angola para Albright em 1998:(CHATERJEE, p 46-47):

Nosso oficial comercial literalmente acampou nos escritórios da companhia nacional de óleo, ministério do petróleo e banco central, desvencilhando obstáculo atrás de obstáculo para obter a transferência de fundos. A linha de fundo: milhares de empregos americanos e um pé na porta para a Halliburton vencer ainda maiores contratos. (CHATERJEE, p46-47)

Angola, como apontamos acima, é um dos países que, na esteira dos movimentos de libertação nacional, adota políticas nacionalistas de conteúdo local na sua indústria petroleira. O interesse das indústrias petroleiras e para-petroleiras americanas foi tratado reiteradamente como tema de segurança nacional. O mandato explícito dado pelo congresso ao USACE (United States Army Corp of Engineers – Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos) não abordava em nenhum momento a reconstrução da infraestrutura petroleira do Iraque ou nenhum outro país. Ainda assim, foi o USACE, parte integrante do exército americano, que intermediou a contratação da

Halliburton em um contrato bilionário para esse fim no país ocupado (CHATERJEE, p82-83).

A relação da Halliburton com a Petrobras tem um notório precedente: o contrato para confecção de 2 FPSOs assinado em Julho de 2000, por 2,5 Bilhões de dólares e que foi considerado por muitos um dos maiores problemas da companhia no começo dos anos 2000. Segundo observadores do mercado, as perdas originadas pelo contrato de preço fixo e a grande exigência por parte da Petrobras de que a para-petroleira respeitasse os projetos contratados, bem como a exigência de conteúdo local, foram fatores impeditivos que deveriam ter afastado a companhia da licitação. A argumentação contrária apontava no sentido de que o amplo espectro do trabalho na conversão das FPSOs seria de fundamental relevância anunciando o novo momento da companhia, devido à aquisição da Dresser e reorganizações das áreas de energia desta bem como da KBR para funcionarem de forma coordenada com a Halliburton, transformando a empresa na maior do setor de produção de bens, serviços e equipamentos para a indústria petroleira (ELKIND, 2005). A política de conteúdo local dos governos do PT e a firmeza de diretores da estatal brasileira, como Guilherme Estrella, foram um obstáculo reconhecido de parte a parte nesse sentido para a mega para-petroleira.

A postura imperialista pode ser compreendida por alguns, como Harvey, dependente da postura pessoal de um dirigente ou preferência estratégica de um partido político. Sabendo que Bill Clinton foi o responsável por prover as corporações americanas com uma rede de espionagem comercial a partir do National Economic Council, utilizando-se a CIA de subornos a escutas ilegais para garantir contratos (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.93-94), é difícil coadunar com a posição de Harvey, para quem na administração democrata a política em relação aos outros países “era realizada em termos antes multilaterais do que unilaterais”, dado o fato que “Altamente centralizado no âmbito do tesouro o poder suave era preferido ao poder duro e o resto do mundo era tratado com considerável tolerância multicultural” (HARVEY, 2009, p15).

O exemplo do escândalo da atuação da CIA para a vitória da Raytheon na licitação para compra de sistemas de vigilância na Amazônia é cabal neste sentido³⁷, mas a submissão imposta para o desenvolvimento militar era parte do contexto geral de supressão da soberania da região. O poder “suave” apontado por Harvey, não era menos violento no que toca à privação da soberania dos países da América Latina.

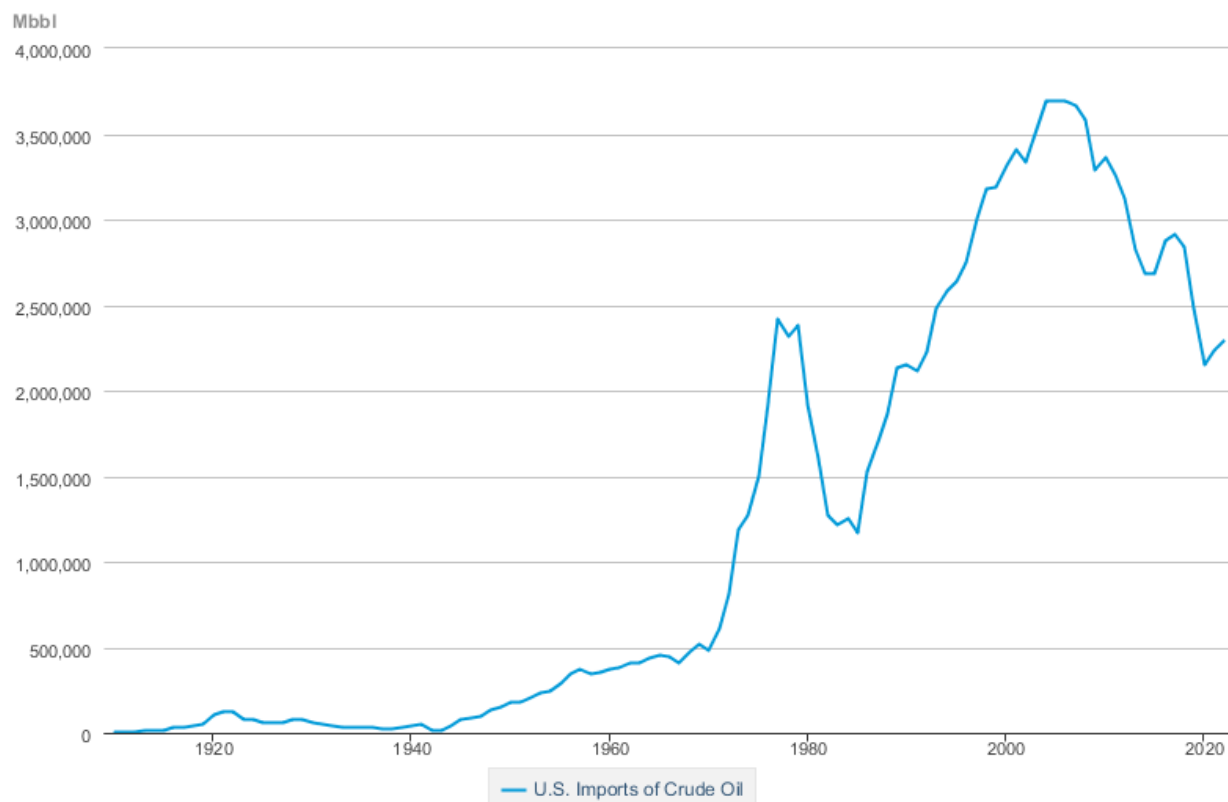
A utilização de instrumentos de “guerra não convencional”³⁸ na América Latina por parte dos EUA não é uma novidade completa, com diversos exemplos no decorrer do século XX, como nos recorda Prashad (2020a), Sampaio e Medeiros (2022) e Penido e Stédile (2021). A utilização de guerras psicológicas e organizações da sociedade civil para desestabilizar e golpear governos de caráter nacionalista que aplicaram medidas contrárias a grandes empresas americanas foram recorrentes em nosso subcontinente muito antes do surgimento do termo guerra híbrida, na acepção apontada por Korybko (2020), e muito antes do Manual de Guerra Não Convencional das Forças Armadas Americanas³⁹(US ARMY, 2008) ser forjado.

Um elemento importante é que os outros dois casos de utilização de guerras não convencionais (além de Cuba) foram de países da região que possuem elevada relevância geopolítica oriunda de seu papel como fornecedor de energia. Bolívia e Venezuela possuem amplas reservas de combustíveis, o que se acrescenta, no caso da Bolívia, às já mencionadas reservas de Lítio, matéria básica da moderna indústria de energias renováveis. O mapa abaixo sumariza as sucessivas utilizações de instrumentos não convencionais de intervenção na América Latina no último período. Como se pode observar, as intervenções miravam também, com certa constância, países com reservas de combustíveis.

37 Por meio de suborno, chantagens, escutas ilegais e vazamentos de informações, bem como a vitória da americana Raytheon (MONIZ BANDEIRA, 2014 p. 88-99,101-106).

38 A estratégia da “Guerra Não Convencional”, de acordo com a análise de Korybko, se propõe, no contexto de um conflito entre países, a “ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito a derrubar as autoridades” (KORYBKO, 2020, p 71).

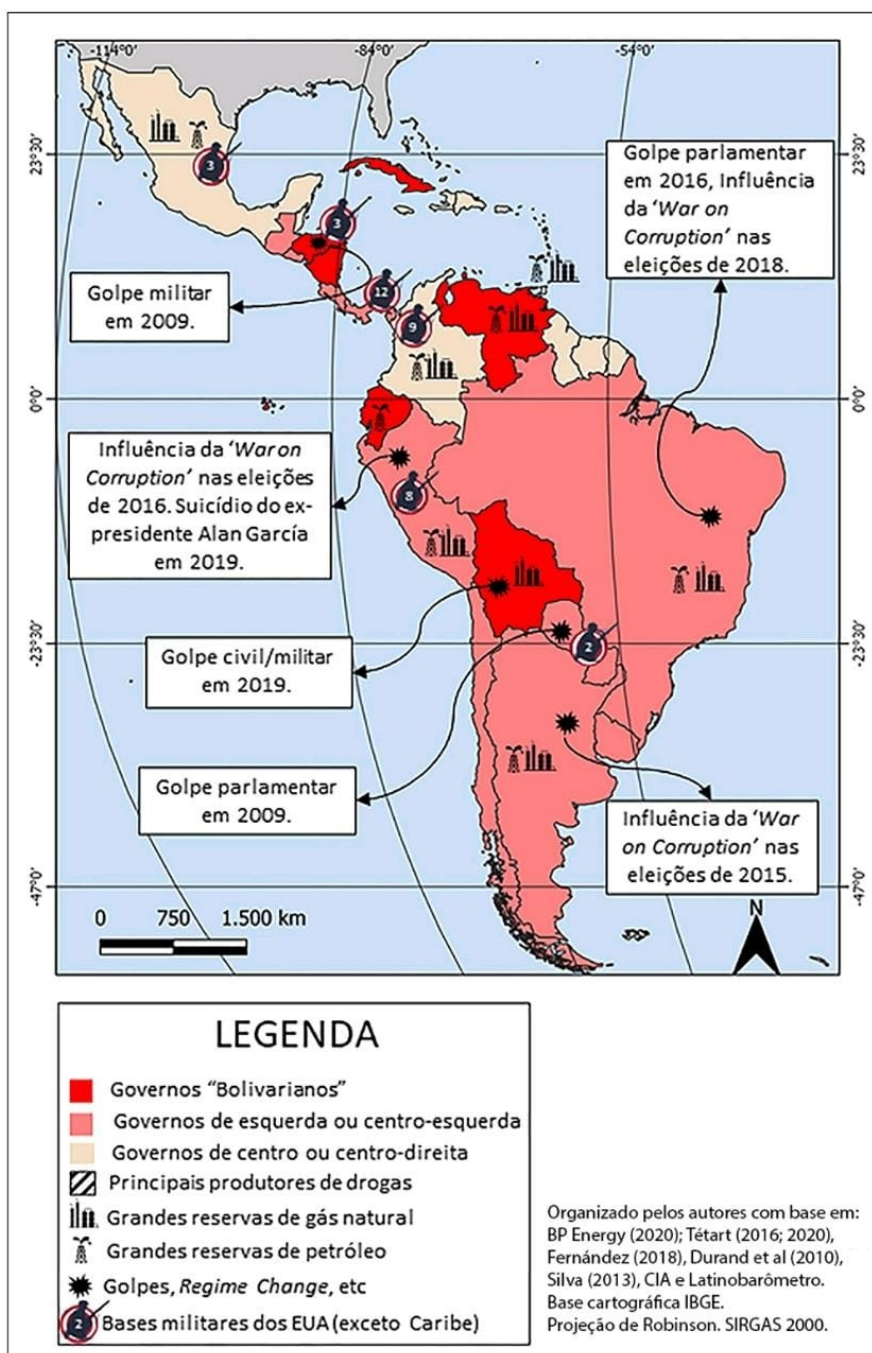
39 O manual citado se constitui como um documento do exército americano que orienta o método de utilização de forças não convencionais para a derrubada de governos inimigos dos EUA, disponível em :<<https://irp.fas.org/doddir/army/fm3-05-130.pdf>>. Este documento foi uma das fontes para estudos de diversos analistas das guerras híbridas citados neste trabalho como Korybko (2020), Penido e Stédile (2021) e Prashad (2021).

Gráfico 5 – EUA - Importações de óleo cru em milhares de barris – 1910-2022**Imports by Area of Entry**

Data source: U.S. Energy Information Administration

Gráfico 5: Fonte: EIA, 2022.

Mapa 2 – Geopolítica e Geoeconomia na América Latina - Governos de Esquerda em 2009



Mapa 2: Fonte: Sampaio e Medeiros, 2022.

Observando-se a importação de óleo cru dos Estados Unidos, conforme gráfico 5,

verifica-se que o período de pico na dependência externa do combustível é consoante ao momento de maior desenvolvimento de governos latino americanos não alinhados automaticamente aos interesses de Washington, sendo o pico de dependência externa coadunado com o momento da descoberta das reservas do pré-sal⁴⁰.

Conforme apontado por Mamigonian, o começo do século XXI apresenta o mundo objetivamente polarizado outra vez, com a China representando o polo mais avançado no sentido de superação do atual sistema econômico em oposição aos EUA, que jamais escondeu a intenção de obstaculizar o desenvolvimento brasileiro (MAMIGONIAN, 2018, p.195-197/199-200).

A contradição entre ação judicial e ação geopolítica do Estado americano, presente ainda em alguma medida durante a Guerra Fria, se dissipou com o tempo e talvez o local em que isso se expressou de maneira mais contundente foi o caso da devassa na indústria de petróleo nacional brasileira, precipitada pela operação Lava Jato e sua relação promíscua com o Departamento de estado americano. Tal constatação, no entanto, tendo como ponto de partida a miríade de denúncias e vazamentos tornados públicos (THE INTERCEPT, 2020), não possibilita uma validação imediata da hipótese de que realmente houve uma ação orquestrada do Estado americano visando objetivar interesses econômicos de setores empresariais americanos.

O próprio interesse do império – entendido como materialização da dinâmica imposta ao Estado pelo estágio imperialista de desenvolvimento do capitalismo expresso nos interesses das empresas - se transforma, como produto que é da dinâmica concreta de desenvolvimento das formações sociais e as perspectivas cambiantes de exploração de um mesmo território econômico. A exportação de capital e o controle desse território econômico, como abordamos em nosso primeiro capítulo, é central para a compreensão da dinâmica do imperialismo. A indústria petroleira é, como pudemos observar, palco de absorção de grandes quantidades de capital em seus investimentos de longo prazo de duração.

De uma situação de débil e inexistente indústria petroleira nacional em que a Petrobras, em seu nascedouro, sequer dispunha de uma linha de crédito nos EUA para

40 Essa dependência tem um recuo significativo com a viabilização da exploração do controverso *Shale Oil* por parte dos EUA. Importante observar que ainda assim as importações seguem de grande monta conforme figura 5.

compra de materiais e equipamentos (MANGABEIRA, 1964, p.123), é possível que se chegue até uma situação em que os interesses das indústrias do setor petrolífero americano e das indústrias de fornecimento de equipamentos para o setor petrolífero favoreceram uma intervenção junto aos próprios interesses do Estado americano, para garantir acesso ao mercado representado pela Petrobras, então maior compradora mundial do ramo petrolífero? Acompanharemos o desenvolvimento e maturação dessa indústria vital para a soberania nacional no próximo capítulo, bem como os pontos de contato e conflito ao longo de sua história, com os interesses americanos de forma a iluminar as perspectivas abertas por essa questão.

3 – PETROBRAS: SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO

O Brasil se configura como uma formação econômico-social periférica (ver 1.3). A sua inserção na economia mundial derivada dessa posição periférica e esteve vinculada, desde a chegada dos portugueses, à determinação externa de suas dinâmicas internas. A exploração e ocupação de seu território e conseqüentemente o aproveitamento econômico de seus recursos naturais esteve vinculado às demandas da economia mundial.

O fim do período colonial e mesmo a proclamação da república não significaram a transição para um desenvolvimento autopropelido. Os ciclos de produtos primários - cana, ouro, borracha, café - que se interpenetravam temporalmente determinaram a forma de ocupação do território e deixaram marcas profundas nas capacidades produtivas. Estas ficaram destinadas à produção para o exterior prioritariamente, bem como aconteceu com a infraestrutura de transportes e de forma ainda mais agressiva com a estrutura social, com o peso da utilização da força de trabalho escravizada e suas mazelas para a ampla maioria do povo, que seguiu apartado da apropriação das riquezas produzida para envio ao exterior e fruição de uma elite reduzida e igualmente apartada da maioria da nação.

Foi essa dinâmica concreta que gerou as bases que possibilitaram, a partir do processo de substituição de importações, as primeiras ondas de industrialização e a constituição de um processo de coesão nacional (Rangel, 2012). O processo de superação da dependência da indústria cafeeira almejado pelas forças políticas que implementaram o Estado novo se encaixa nesse contexto (Ianni, 1977). É do bojo dessas forças políticas e das próprias contradições no seio da sociedade brasileira ao se defrontar com a destinação futura de seus recursos estratégicos que surge o debate do monopólio estatal do petróleo.

A Petrobras, desde sua fundação, lidou com o problema da ausência de uma indústria de máquinas e equipamentos sob encomenda nacional, indústria essa que é criada a partir da demanda da estatal e cumpre papel fundamental na dinâmica industrial brasileira. Na prática, toda a discussão nacional desde a fundação da

empresa até os dias de hoje, em torno de todos os temas relacionados à indústria do petróleo (incluindo a indústria para-petroleira) se resume em dois posicionamentos: Os “liberais”, que advogam pelo livre investimento estrangeiro para exploração e “melhor aproveitamento” dos recursos, devido a supostas ineficiências tecnológicas, inexistência de reservas ou simplesmente incapacidade nacional; e os “nacionalistas”, que advogam em diferentes graus pelo controle nacional das reservas e pelo desenvolvimento interno das capacidades tecnológicas e organizacionais necessárias para o melhor fruição das riquezas do setor, revertendo as mesmas para o desenvolvimento nacional.

3.1 O contexto de fundação

O desenvolvimento do modo de produção capitalista faz o papel do planejamento estatal no mesmo alterar-se substantivamente na História. Se no período do capitalismo concorrencial predominou o *laissez-faire*, Lênin, em O Imperialismo, irá apontar a superação paulatina do mercado pelo plano em áreas cada vez mais extensas da cadeia de produção, distribuição e consumo e a partir da relação das empresas monopolistas com o Estado. No que toca ao planejamento estatal em geral, e nas economias periféricas em particular, há elementos importantes de diferenciação sobre essa relação. Como Losurdo (2015) nos aponta, o desenvolvimento econômico soberano em uma nação historicamente subjugada pelo imperialismo e pelo colonialismo possui, em última instância, um caráter emancipador e revolucionário.

Dentro dessa perspectiva de análise é possível indicar que a campanha popular e massiva pela fundação da Petrobras e pelo monopólio e nacionalização do setor petrolífero incorporou o espírito do momento de superação das amarras coloniais e neocoloniais após a derrota do nazismo conforme apontado por Losurdo⁴¹. Tal

41 Não só a criação da Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A), mas a proposição (1954) e criação (1962) da Eletrobras, a criação do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), a proposição do plano trienal e das reformas de Base (1962) e diversas outras medidas que se configuram como avanços na perspectiva de um projeto nacional de desenvolvimento se inserem no contexto mais amplo após o fim da Segunda Guerra em que o Terceiro Mundo buscava por uma maior autonomia e autodeterminação em relação aos países do centro.

processo, porém, não se realizou sem contradições, e a interferência dos EUA e das elites locais alinhadas foi um elemento disruptivo em relação à lógica de avanço no período do ponto de vista do desenvolvimento nacional autônomo.

O interesse externo sobre as possíveis reservas petrolíferas brasileiras vem de longa data. A primeira concessão que incluía especificamente o petróleo data do período imperial, destinada ao inglês Thomas Denny Sargent (em 1864), localizada na Bahia (BERCOVICI. 2011, p.67).

Imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, o contexto de “desnazificação” da Europa incentivou o fim de governos considerados autoritários em todos os quadrantes do globo como forma dos EUA realinharem países sob sua jurisdição, de forma a reaver controle político e econômico. Na América Latina, sempre considerada território econômico privilegiado dos monopólios norte-americanos, não foi diferente, como nos narra Luis Alberto Moniz Bandeira (1978, p.305):

Terminada a guerra na Europa e na Ásia, o Governo de Washington queria ordenar o quintal. /.../ A situação tanto na Argentina como no Brasil evoluía, perigosamente, para os interesses americanos. Nos primeiros dias de outubro, um golpe militar derrubou Perón do Governo da Argentina. Uma semana depois, ele retomou, triunfalmente, ao poder, apoiado pelos trabalhadores, que marcham sobre Buenos Aires. Era 17 de outubro. O fracasso do golpe contra Perón acelerou, porém, o movimento contra Vargas, que as contradições internas do país favoreciam e também condicionavam.

Não à toa, passado o fim da guerra, o *establishment* americano observa o varguismo como um desafio. Desde que se dá a Revolução de 1930, os interesses americanos foram sistematicamente contestados⁴². De 1930, ano que Vargas chega ao poder, até 1945 o conjunto de ações do Estado que visavam reduzir o escopo de atuação da empresa privada estrangeira e privilegiar o desenvolvimento de uma indústria de caráter nacional, tornou claro mesmo aos interlocutores estrangeiros o significado do nacionalismo econômico na ideologia e na prática do governo e de

42 Um exemplo importante é a frustrada tentativa de exploração, por parte da Standard Oil, do subsolo amazônico. O Governador Efigênio Ferreira de Salles havia dividido o estado do Amazonas em 8 zonas de exploração do subsolo em 1926, concedendo 6 das 8 zonas para a Standard Oil pelo prazo de 60 anos sem nenhum limite ou controle. Tais concessões só não foram exploradas mediante a ruptura institucional de 1930 (BERCOVICI, 2011, p.81 e 92).

setores da sociedade, no sentido de nacionalização das decisões sobre política econômica e da ideia e decisão de criar um capitalismo nacional, manifesto na ideia de desenvolvimento, industrialização e independência (IANNI, 1977, p.67-68, MONIZ BANDEIRA, 2013, p 41-42). Dentre as principais mudanças objetivas no que toca à exploração dos recursos naturais, além do processo que acabou na instituição da Diretoria Geral de Produção Mineral (DNPM) de 1933 à 1934, está o Código de Minas de 1934, que implicou na separação da propriedade do solo da propriedade do subsolo (consagrada depois na constituição de 1934), bem como passou para o domínio da União todas as riquezas do subsolo que ainda não fossem objeto de exploração, na prática nacionalizando a propriedade do subsolo (BERCOVICI, 2011, p.92-94). O autor assinala que um dos pressupostos na busca por maior independência econômica do nacionalismo econômico do período era justamente o controle do Estado sobre os recursos naturais.

Apesar dessa caracterização, a realidade é que durante este primeiro momento do varguismo havia polêmicas⁴³ entre os defensores do nacionalismo em relação à postura necessária para com o problema do petróleo⁴⁴, conforme narra Schutte ao abordar a postura beligerante de Monteiro Lobato frente ao governo Vargas: “Lobato se manifestou de forma polêmica desde a publicação de seu livro ‘O escândalo do petróleo e ferro’, em 1936, no qual relatou que a Standard Oil New Jersey estaria mapeando todas as áreas potencialmente petrolíferas do Brasil com a conivência dos órgãos oficiais do governo brasileiro” (SCHUTTE, 2016, p7).

A criação do CNP (Conselho Nacional de Petróleo) em 1938 no mesmo decreto que declara a exploração das jazidas petrolíferas como de utilidade pública, segundo Carvalho Jr.(2005, p.29, 35-36), estava vinculada ao processo geral de centralização perpetrado pelo Estado Novo de forma a minar o poder das elites locais, e tornar a política petroleira responsabilidade da União. É relevante nesse sentido o cuidado que

43 A questão dos técnicos estrangeiros - Victor Oppenheim e Mark Malamphy - contratados pelo DNPM para avaliar as possíveis reservas brasileiras mas que deram sucessivos pareceres contrários à exploração (contestados por geólogos brasileiros) em áreas onde posteriormente foi encontrado petróleo como o recôncavo baiano se insere nesse contexto de divergência dentro dos setores nacionalistas sobre os rumos da exploração do petróleo (BERCOVICI, 2011, p.100-101).

44 Há a caracterização da existência de um “nacionalismo do setor privado” na questão do petróleo do qual Monteiro Lobato era um dos representantes e um “nacionalismo estatal” que acabou por adquirir protagonismo concreto na questão (BERCOVICI, 2011, p.95).

foi tomado pelo governo brasileiro para impedir o vazamento da elaboração do decreto-lei nº 395 de 29 de abril de 1938, de forma a evitar a pressão das grandes companhias internacionais do setor. O Conselho Federal de Comércio Exterior aprovou a legislação em sessão secreta, e a mesma foi encaminhada em segredo por meio de avião militar para assinatura de Getúlio Vargas, pois o presidente se encontrava em São Lourenço (MG) na ocasião, que o remeteu da mesma maneira para a sua publicação pela Imprensa Oficial, realizada no 1º de maio de 1938⁴⁵(BERCOVICI, 2011, p120).

O interesse dos monopólios internacionais de se estabelecer e explorar o petróleo brasileiro é apontado também por Schutte (2013, p.10):

Entre 1940 e 1941 houve uma insistente tentativa da Standard Oil of New Jersey, em parceria com a Royal Dutch Shell, de criar a Standard Oil Company of Brazil, como uma companhia mista, constituída de capitais estrangeiros e nacionais, o que foi negado pelo governo a partir do parecer do general Horta Barbosa, ainda na chefia do CNP.

No mês de maio de 1941, um decreto federal estabelece que todas jazidas de petróleo encontradas em território nacional seriam de propriedade do Estado (CARVALHO JR., 2005, p.35). Já sob pressão da aliança com os Estados Unidos no governo Vargas, o General Horta é retirado do CNP⁴⁶ em julho de 1943 e o coronel João Carlos Barreto toma seu lugar, advogando por uma política de abertura ao capital estrangeiro para “atividades de pesquisa, lavra, refino e distribuição do produto” (CARVALHO JR.,2005, p 37).

Em documento do CNP, que serviria posteriormente de matriz para a política de petróleo do governo Dutra após a deposição de Vargas, Barreto indica a necessidade de revisão radical da política de então, pleiteando a participação de capitais externos e contra qualquer monopólio – na prática contra o monopólio nacional vigente (BERCOVICI, 2011, p. 132-133). Tal postura logra frutos e por fim é definida autorização de algumas refinarias por grupos privados: “Soares Sampaio (vinculado a Gulf) e o

45 Todo preparo e cuidado para manter em sigilo a elaboração e promulgação do decreto-lei se comprovaram necessários: a publicação do mesmo pela imprensa oficial ocasionou um imediato pedido de explicações ao Ministro de Relações Exteriores Oswaldo Aranha da parte do Embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery (BERCOVICI, 2011, p120).

46 Bercovici (2011, p 131) indica que Horta Barbosa deixa o cargo por desejo de retornar às atividades militares com a entrada do Brasil na guerra.

Grupo Dault Ernany-Eliezer Magalhães (vinculado ao Standard Oil da Califórnia), que iriam se materializar respectivamente nas refinarias União (Cap/uava) e Manguinhos (Rio)” (SCHUTTE, 2016, p.9).

É nesse contexto que acontece a mobilização de forças diplomáticas americanas aliada à adesão de setores da elite e do oficialato que possibilitou o arranjo do fim do Estado Novo, em que a democracia foi instaurada, porém com veto à participação de Vargas nas eleições. O governo de Eurico Gaspar Dutra⁴⁷, muito empenhado em satisfazer os interesses norte-americanos, buscou que as rígidas leis referentes à propriedade nacional de riquezas petrolíferas criadas durante o Estado Novo fossem alteradas visando atender aos interesses dos monopólios americanos, gerando ampla comoção na sociedade em torno do tema. Na prática, a intenção era legalizar a exploração de nossas reservas petrolíferas em condições vantajosas às empresas estrangeiras⁴⁸.

Daí é que surge a campanha popular “O Petróleo é Nosso”, reunindo nacionalistas, trabalhistas, socialistas e comunistas em torno do objetivo de completa nacionalização das reservas de petróleo e da criação de uma estatal 100% nacional que gerisse a riqueza estratégica do petróleo presente em nosso território. No curso da campanha, ficou claro que o nível de investimento e tecnologia necessários à exploração do petróleo (ver capítulo 1.1) deixariam pouco espaço para outra alternativa: ou se criaria uma estatal ou se entregaria o acesso às reservas para oligopólios estrangeiros capazes de explorá-las (SCHUTTE, 2016, p.8).

O caloroso debate público em torno do monopólio estatal ou abertura ao capital privado estrangeiro tomou também as páginas dos jornais, com O Estado de São Paulo (OESP), defensor das ideias e interesses da burguesia paulista (sempre acessória e subordinada ao interesse externo), planteando a liberalização do setor e o Diário de Notícias (DN) defendendo o ponto de vista nacionalista (CARVALHO JR., 2005, p. 169-

47 O Governo de Eurico Dutra (1946-1951) cumpriu bem a função almejada pelo poder norte-americano com a saída de Vargas, posto que o Marechal “orientou o Brasil, naquele contexto, para o alinhamento incondicional com os Estados Unidos, adotando políticas econômicas e excedendo-os no próprio anticomunismo e antissovietismo ... sem nada receber, em contrapartida, por tamanha devoção” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p43).

48 Segundo Schutte, o argumento principal “era que para agilizar o necessário desenvolvimento da indústria de petróleo seria preciso superar as limitações impostas pela legislação nacionalista” (SCHUTTE, 2016, p.10).

170). A Standard Oil, atenta às ameaças que se avizinhavam sobre seu território econômico, implementou ampla campanha publicitária na qual expressava a opinião em favor da liberalização, sendo de pronto referendada a posição da companhia pelo OESP (CARVALHO JR. 2005, p.76-77).

A vitória política do campo popular e nacionalista com a criação da Petrobras não foi tomada com agrado pelas elites e pelo imperialismo estadunidense. A feroz campanha contra Vargas que se seguiu foi violenta e contou novamente com o conluio de elites econômicas, oficialato e apoio ativo do Departamento de Estado americano.

O suicídio de Vargas refreou como um dique o golpismo através do desatamento das enormes forças populares que varreram em indignação, ao menos momentaneamente, as intenções das forças opositoras ao campo nacionalista.

3.2 Os primeiros anos (1953-1964)

Ironicamente, após a grande luta popular pela fundação da estatal, o primeiro presidente da Petrobras foi o ex-governador da Bahia, Juracy Magalhães, que conspirara contra Vargas na ocasião do fim do Estado Novo em 1945 e havia sido informante do FBI no Brasil (COLBY & DENNET, 1998). Mesmo entre incertezas e dificuldades, a empresa conseguiu alcançar um aumento significativo da produção de petróleo do país alcançando em 1954 a produção de “2.700 bpd, suficiente para atender apenas 27% do consumo e, no ano seguinte, chegou-se à marca de 5,5 mil bpd, largamente superada em 1963, quando se chegou a 97,8 mil bpd.” (CARVALHO JR. 2005, p 176).

O fato é que por não dispor de grandes reservas apropriadas de empresas estrangeiras nacionalizadas (como o caso de outras nacionalizações), a Petrobras, segundo Schutte, “desde o seu início teve de investir pesadamente e de forma contínua em prospecção e desenvolvimento tecnológico” e a criação do CENAP (Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo) em 1955 para capacitação e internalização de tecnologia foi um passo importante nesse sentido (SCHUTTE, 2016, p.13). Dessa

forma, a Petrobras desde o seu nascedouro foi veículo importante para a criação de experiência e prática dentro da indústria de engenharia nacional no sentido de se criar um setor produtor de bens, máquinas e equipamentos.

As principais descobertas da Petrobras no período de sua fundação até o golpe militar de 1964 se localizaram na Bahia. Em verdade, uma parte das reservas exploradas pela empresa no período era de conhecimento do Estado Brasileiro graças ao trabalho do Conselho Nacional de Petróleo, criado por Getúlio em 1938: duas pequenas bacias costeiras terrestres, a do Recôncavo Baiano e do Sergipe-Alagoas (a partir de 1963) foram responsáveis pela produção nacional, longe de atender à crescente demanda” (SCHUTTE, 2016, p.14).

Juscelino Kubitschek já visualizava no seu Plano de Metas (1956) internalizar completamente o refino, com a construção de refinarias cumprindo um papel mobilizador de cadeias produtivas de bens de capital e visando também atenuar o desatino da balança de pagamentos (SCHUTTE, 2016, p. 14).

Presidente da Petrobras entre 1962-63, Francisco Mangabeira já alertou em trabalho da década de 1960 para o descontentamento que a autonomia e a internalização do controle sobre a produção petrolífera geraram aos formuladores de política norte-americanos. Truman, por exemplo, negou veemente qualquer tipo de financiamento à empresa estatal de petróleo como tentativa de demover a intenção de implantação do monopólio brasileiro (MANGABEIRA, 1964 p.28).

A preocupação de que tal iniciativa limitaria o mercado e o campo de atuação das grandes petroleiras americanas era consenso na estrutura de Estado, nos meios técnicos e militares, bem como nos políticos americanos. Essa preocupação tinha um fundamento material: “A taxa de lucro da *Standard Oil of New Jersey* era de cerca de 9% nos Estados Unidos, enquanto na América Latina, através de suas subsidiárias, elevava-se à 31% em 1958.” (MANGABEIRA, 1964 p. 35). Diante disso, não era irrelevante a preocupação com a manutenção incontestada de seu território econômico, na acepção de Hilferding. O contexto de nacionalização no mundo do pós-guerra também se fazia sentir no Brasil. João Goulart estenderia por fim o monopólio exclusivo da Petrobras para importação de petróleo e derivados (SCHUTTE, 2016, p.14).

Durante a gestão de Mangabeira ficou patente que o poder dos monopólios americanos era grande dentro do território nacional. Diante das iniciativas de Mangabeira para a Petrobras entrar no campo da distribuição de refinados⁴⁹, viu-se enorme resistência e sabotagem, inclusive dentro do aparato de Estado Brasileiro e de alguns setores do próprio funcionalismo da estatal. Tal resistência carecia inclusive de conteúdo lógico: em algumas situações, como o abastecimento de navios, a Petrobras faturava a venda para o monopólio internacional apenas contabilmente, garantindo um lucro à empresa estrangeira pela venda de um óleo combustível que a empresa brasileira produzia em poços brasileiros, refinava em refinarias de propriedade da estatal e abastecia os navios compradores com seus próprios cargueiros-terminais (Mangabeira, 1964).

Tramitaram durante o governo de Jango propostas que tinham como objetivo implementar o monopólio da distribuição tão sonhado por Mangabeira, bem como a expropriação das refinarias privadas já existentes em benefício da Petrobras - ambas atingindo frontalmente os interesses das grandes petroleiras internacionais e enterradas com o golpe civil-militar em 1964 (SCHUTTE, 2016, p.14).

3.3 A Petrobras e os governos militares

O impulso inicial liberalizante do governo militar pode ser sintetizado, no que toca ao setor energético, além da reversão da expropriação das refinarias, nas iniciativas durante o governo Castello Branco de liberalização ao capital externo na legislação setorial e mineira favorecendo os interesses dos grupos multinacionais⁵⁰ (BERCOVICI,

49 As companhias internacionais, além disso, se davam o direito de não obedecer às regras de estoque destinadas a garantir a perenidade da distribuição de combustível ao país. Em 1962, uma situação de redução de oferta de combustíveis trouxe à tona a política implementada pelas companhias de desrespeitar o estoque de 25 dias imposto por resolução através do Conselho Nacional de Petróleo, chegando a um mínimo de 9 dias no caso do óleo combustível. Tal situação se dava pois “As grandes companhias distribuidoras não querem empatar capital circulante para o comércio de derivados” (MANGABEIRA, 1964 p113).

50 Exemplar nesse sentido é o caso do mineradora Norte-Americana Hanna Mining, que foi agraciada por Castello Branco com uma política que beneficiava a instalação de enclaves de exportação de minério de ferro no vale do Rio Paraopeba (BERCOVICI, 2011, p.179).

2011, p.179). Castello Branco reconhecidamente se opunha a uma visão nacionalista, em sua opinião, tal postura ideológica acabava por contradizer os princípios⁵¹ da política externa e camuflar uma opção por ideias socialistas (MONIZ BANDEIRA, 2011 p.135). Apesar disso, a condição de recessão que seguiu nos primeiros anos (em grande medida por conta da própria política econômica da ditadura) impediu a atração de expressivos capitais externos e a privatização das empresas públicas, como era o pretendido (MONIZ BANDEIRA, 2011, p.141).

A ascensão de Costa e Silva está vinculada à necessidade, expressa por setores do empresariado e da linha dura da ditadura, de retomar o desenvolvimento e superar a recessão imposta pela política de Castello Branco⁵². As empresas estatais seriam afetadas por uma descentralização, por meio da reforma administrativa de 1967, em um impulso para a conglomeração e internacionalização, inclusive associadas ao capital estrangeiro, mas que seria mais exemplar no que toca à diversificação de atividades no caso da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce (BERCOVICI, 2011, p.185-186).

Além do avanço nas pesquisas offshore, essa conglomeração seria a marca de Ernesto Geisel na presidência da Petrobras, com a instituição de subsidiárias em atividades afins. A Petroquisa, que surge como subsidiária da estatal atuando na petroquímica ao assumir o controle da Petroquímica União, é chamada a resolver as dificuldades tecnológicas e de falta de recursos da iniciativa privada, ajudando a criar um setor de atividades na economia em associação ao capital privado nacional e internacional, no modelo chamado de “tríplice aliança” (BERCOVICI, 2011, p.188).

A capacidade do Brasil de produzir uma parte significativa (ainda que distante da totalidade) do seu petróleo internamente tem relação com o início da exploração

51 Essas ideias poderiam ser sumarizadas da seguinte maneira segundo Moniz Bandeira (2011, p.133-134): “*Sua doutrina, cristalizada nos cursos da Escola Superior de Guerra, absorvera a teoria do general Góes Monteiro sobre a agressão interna como a principal ameaça à segurança nacional, mas a adaptara às concepções norte-americanas da guerra fria, em uma variante geopolítica, ao aceitar a bipolaridade do poder mundial, como axioma, a partir do qual o silogismo apontava para a necessidade de vincular estreitamente o Brasil à liderança dos Estados Unidos, como forma de defender os valores do Ocidente, ou seja, o regime de livre empresa e, quando possível, o sistema democrático representativo.*” Este posicionamento sofreria revezes com a ascensão de Costa e Silva (MONIZ BANDEIRA, 2011, p.152).

52 Costa e Silva, em visita aos EUA, pautou a necessidade de uma política de desenvolvimento com Lincoln Gordon, ex-embaixador dos EUA no Brasil e então Subsecretário de Estado para América Latina, articulador do golpe e voz imperiosa no governo Castello Branco. A resposta de Gordon teria sido para ele tomar cuidado ao falar sobre desenvolvimento “de tanto falar nele um ex-presidente do Brasil acabou em Paris”, em referência ao exílio de João Goulart (MONIZ BANDEIRA, 2011m 148).

Offshore (em alto mar), que se inicia no período. Morais, em estudo sobre a produção offshore da Estatal, indica que se destacam “as descobertas dos primeiros campos de petróleo, em águas costeiras do Nordeste do Brasil, em 1968-1973, e na Bacia de Campos, a partir de 1974, inicialmente em águas rasas, para, em seguida, alcançar águas marítimas profundas e ultraprofundas” (MORAIS, 2013, p.18).

Essa capacidade protegeu em alguma medida o Brasil de sofrer completamente os choques do petróleo no que toca ao preço do combustível, não o protegeu, porém, das consequências econômicas e geopolíticas, como veremos no ponto 3.3.

A criação da Braspetro, braço internacional da empresa, em 1972, faz parte desse contexto de atribuições no mercado internacional do produto. A própria Petrobras comprava Petróleo no exterior, mas a Braspetro ficava encarregada da pesquisa e exploração de forma a criar alternativas de suprimento, bem como economizar divisas (RAMOS, 2009, p. 21).

Ernesto Geisel, saindo da presidência da Petrobras⁵³ e assumindo o governo federal (1974-1979), traz mudanças importantes na política externa brasileira⁵⁴, que passam a apontar para mais independência em relação aos interesses americanos, visão que tem relação com mudanças na política da Petrobras no exterior, sendo o acordo para produção com o governo socialista na Angola, bem como o Iraque, exemplos disso – ambos países considerados inimigos por Washington (PEREIRA, 2019, p.94).

Durante a presidência de Geisel na Petrobras, em 1973, uma exploração em conjunto com o Iraque foi realizada na região do delta do Tigre e Eufrates com a descoberta de uma das maiores reservas conhecidas até então, cuja exploração conjunta não foi continuada por ocasião da guerra com o Irã após 1979, salvaguardando no entanto o governo Iraquiano ao Brasil uma recompensa de 300

53 Geisel foi o 13º Presidente da Petrobras, de 1969-1973. Anteriormente tinha ocupado os cargos de Superintendente geral da refinaria Presidente Bernardes em Cubatão, bem como foi representante do Exército no Conselho Nacional do Petróleo.

54 Essas mudanças podem ser sumarizadas da seguinte maneira “a) o reconhecimento dos governos de orientação socialista das ex-colônias portuguesas da África; b) o voto antissionista na ONU; c) o reconhecimento dos direitos do povo palestino; d) o estabelecimento das relações com a República Popular da China; e) a assinatura do Acordo Nuclear com a República Federativa da Alemanha.” (RAMOS, 2009, p.20).

milhões de dólares em ressarcimento dos custos de pesquisa e o fornecimento de 150 mil barris/dia por 15 anos (MONIZ BANDEIRA, p. 60).

Já em 1966, o CENAP é substituído pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da PETROBRAS (CENPES) focado exclusivamente em pesquisas sobre Petróleo, (posteriormente Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello, em homenagem ao professor da UFRJ que empenhou esforços pela sua concretização) (MORAIS, 2013, p. 18).

O momento é marcado pela confirmação do papel da Petrobras como indutora da indústria para-petroleira. Em 1966 é construída a primeira plataforma de perfuração no Brasil, a plataforma auto elevável PETROBRAS I, pela Companhia de Comércio e Navegação no Estaleiro Mauá, de Niterói (RJ), com capacidade de perfuração de poços de até 4000 metros de extensão⁵⁵. Além disso, após algumas experiências com a contratação de firmas estrangeiras para os trabalhos de Geofísica, é fundado pela companhia o Centro de Processamento de Dados Sísmicos em 1968 (MORAIS, 2013, p. 112).

O impacto da crise do petróleo no começo dos anos 70 deixa claro a fragilidade da qual é vítima um país subdesenvolvido importador de petróleo e nesse sentido o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) busca resolver os problemas que impedem o Brasil de se tornar uma “moderna economia industrial”(CASTRO, 1985, p.31).

Relevante nesse contexto também foi a iniciativa do Proálcool (Programa nacional do Álcool) como resposta estratégica à crise do petróleo. O programa, de largo escopo, procurou se valer de incentivos ao setor sucroalcooleiro de forma a dar guarida tecnológica, financeira e material à expansão do setor para suprimento do álcool combustível para veículos (BRASIL, 1975).

O II PND do governo Geisel coloca no centro do projeto de desenvolvimento a grande empresa Estatal, e o volume enorme de investimentos capitaneados pela Petrobras e outras empresas públicas era a chave do programa, fundamentais também porque os numerosos projetos, frutos de suas encomendas, movimentavam o setor privado (CASTRO, 1985, p.38).

55 O projeto da plataforma era de uma firma Texana, bem como as plataformas PETROBRAS II, III e IV foram contratadas e construídas em firmas no exterior (MORAIS, 2013, p. 112).

O grande volume de investimentos dão resultados positivos para a Estatal. O período entre 1974 e 1985 tem como características mais relevantes da exploração e produção offshore na estatal, segundo Morais (2013, p. 259), a descoberta de petróleo na Bacia de Campos e os primeiros experimentos tecnológicos da empresa:

Descobertas de campos em águas rasas: Garoupa, Enchova, Namorado, Pampo, Corvina, Piraúna e outros; - Implantação de Sistemas de Produção Antecipada com plataformas flutuantes em 15 campos de petróleo (1977-1985).; - Descobertas de campos gigantes em águas profundas: Albacora (1984) e Marlim (1985).
(MORAIS, 2013, p. 259)

Os Sistemas de Produção Antecipada (SPA) foram fundamentais para adaptação de tecnologia estrangeira às necessidades da produção nacional, fazendo parte do legado da Petrobras no sentido de avançar a indústria do setor, repassando aos fornecedores locais tecnologias utilizadas em outras regiões petrolíferas, já “aclimatadas” às necessidades brasileiras (MORAIS, 2013, p.131).

Gráfico 6 – Produção de Energia Primária – Brasil 1970-1987 (em Tep⁵⁶)

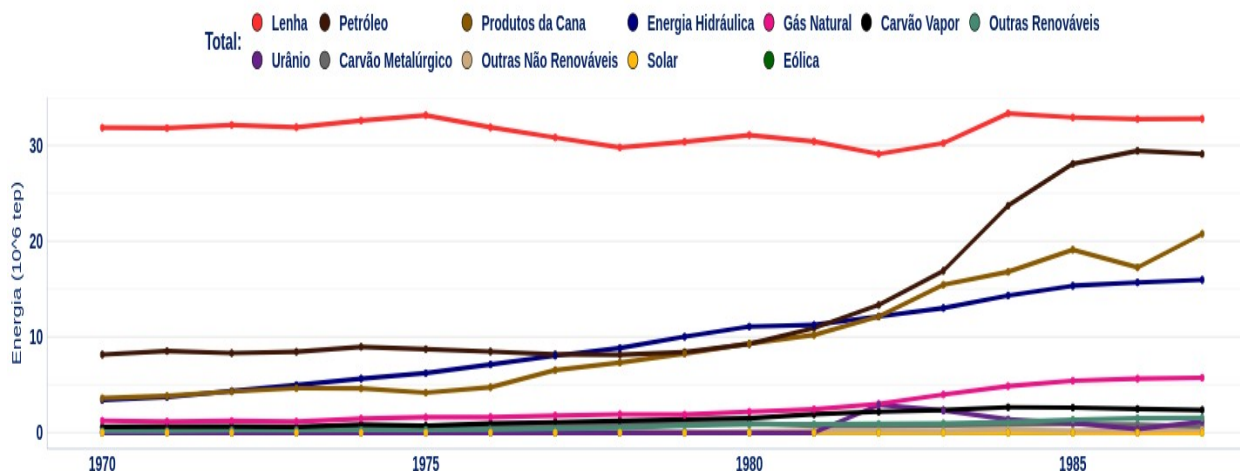


Gráfico 6: Fonte: EPE, 2022.

As descobertas levadas a cabo no período objetivaram um salto na produção energética de petróleo no país, conforme aponta o gráfico acima. O crescimento de 8,2 para 9,3 milhões de Teps na capacidade de produção de petróleo durante a década de 70, se apequena diante dos sucessivos saltos da década de 80, chegando a 32,5 milhões de Teps na produção nacional de petróleo em 1989.

Os enormes investimentos e a grande atenção destinada pela ditadura militar à Petrobras possibilitaram um avanço significativo na capacidade nacional em direção à autossuficiência. Tal capacidade de produção foi acompanhada também pela capacidade de fornecimento interno de produtos, serviços e equipamentos para a indústria petroleira. Zamith (p. 169) indica que no final da década de 80, 94% das necessidades da Petrobras eram atendidas pelo mercado interno. A figura abaixo demonstra a evolução do processo:

56 Uma tonelada equivalente de petróleo (tep) corresponde à energia que pode ser obtida a partir da combustão de uma tonelada de petróleo padrão. Uma tep equivale a 41,868 gigajoules (GJ) ou 11,630 megawatt-hora (MWh).

Gráfico 7 - Evolução do índice de nacionalização das compras da Petrobras – 1955-2000

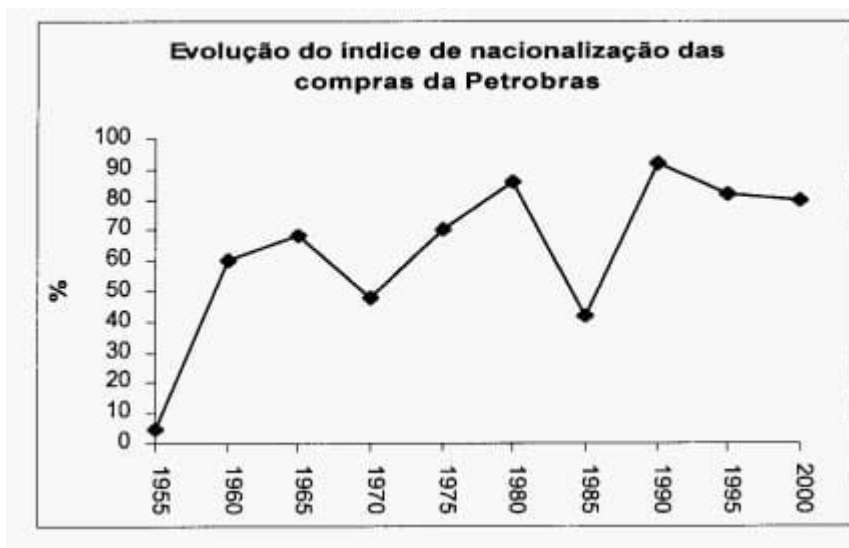


Gráfico 7: Fonte e Elaboração: Zamith, 1999.

É possível observar 3 momentos de recuo da internalização das compras. Logo após o golpe militar de 1964 o recuo pode ser creditado em parte devido às dificuldades econômicas do primeiro momento do regime e às iniciativas submissas ao capital externo de Castello Branco. O segundo momento se deve em parte à estratégia de absorção de tecnologias externas, descrita acima nos SPA. Essa estratégia pavimentou o caminho para a reinternalização substantiva em um novo patamar de tecnologia “aclimatada” e original, a partir das iniciativas do CENPES conforme descrito por Moraes. O recuo relativo durante a década de 90 em grande medida pode ser inferido como fruto das políticas neoliberais e de desarticulação da estrutura produtiva do país, que também atingiram a Petrobras. Descrever esse cenário é o objetivo do nosso próximo tópico.

3.4 Redemocratização, neoliberalismo e a Petrobras

O contexto criado pelos choques do petróleo e a crise capitalista global a partir dos anos 1970 demandaram a reformulação das políticas do centro imperialista para a periferia do sistema. A propaganda do *Laissez faire* para a periferia volta à ativa, em contradição com a ação prática dos Estados do centro do sistema que atuavam e continuaram atuando com protecionismo e ativismo político em torno de setores estratégicos. Os exemplos de Thatcher e Reagan na condução de suas políticas econômicas não são tão áureos do ponto de vista dos dogmas neoliberais como se poderia imaginar. A British Petroleum nos anos Thatcher ainda assim adquiriu reservas no Mar do Norte. Reagan atuou como paladino dos interesses das grandes petroleiras em diversas ocasiões. Os principais aviltados da ascensão neoliberal nos países centrais, depois dos povos dos países periféricos, foram suas próprias classes trabalhadoras.

As ditaduras militares, tão bem-vistas como forma de contenção do comunismo e do nacionalismo revolucionário na América Latina durante a Guerra Fria, já não eram vistas com tão bons olhos diante da necessidade de liberalização total promulgada pelo novo cenário. A bem da verdade, muito mais que Thatcher ou Reagan, foi o ditador Chileno Augusto Pinochet quem melhor implementou o receituário neoliberal, desestatizante e limítrofe do ponto de vista da questão social ditado pelos organismos financeiros internacionais.

A existência dos petrodólares que inundaram o mercado mundial a partir dos choques do petróleo e os novos preços do óleo deu empuxo para as grandes reservas financeiras que, diante da ausência de programas de ajuda similares aos empregados a aliados mais “queridos” pelos EUA⁵⁷, foram tomadas via empréstimo pelas economias latino-americanas – incluso aí o Brasil – para financiar o seu desenvolvimento. Tais empréstimos, tomados a taxas de juros flutuantes, criaram grande instabilidade nessas

57 Conforme indicado por Batista, como resultado da estratégia inicial de 1982 de pagamento da dívida, os países devedores: “Transfeririam para o exterior, entre 1982 e 1991, US\$ 195 bilhões de dólares, quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall” (BATISTA, 2009 p131).

economias diante da alta da taxa de juros implementada por Paul Volker do FED americano e a conseqüente fuga de capitais que se seguiu (BATISTA, 2009, p 126-127).

A análise de Paulo Nogueira Batista é clara ao apontar a vinculação de tal momento de instabilidade à situação dos mercados de petróleo e à inocência dos países que acreditaram em uma estabilidade duradoura e nela basearam seus planos de desenvolvimento:

Como os demais países da região, o Brasil apostou, sem maior reflexão, na solidez da ordem econômica internacional prevalecente, baseada na estabilidade do dólar e das taxas de juros e, para os importadores do produto, no suprimento garantido de petróleo a baixo custo, através das multinacionais que operavam no Oriente Médio sob a proteção política e militar dos Estados Unidos. Apesar das perdas de reservas internacionais resultantes da desvalorização da moeda norte-americana e do choque traumático dos novos preços do petróleo sobre nossa balança comercial, a América Latina perseverou na crença de que o sistema econômico internacional em que se achava inserida continuava a oferecer segurança e previsibilidade.

BATISTA, 2009, p126

O veto às estatais do financiamento público durante a ditadura militar, deixando-as a mercê do endividamento externo foi central para sua fragilização no período. A incapacidade das economias latino-americanas de pagarem suas dívidas também colocava em descoberto a completa ausência de regulação e controle estatal sobre os bancos dos países desenvolvidos. No caso dos EUA, onde os bancos só poderiam emprestar neste tipo de operação até 15% de seu capital por país tomador, o volume total chegava à média de 60%, tornando ainda mais ameaçador, do ponto de vista da estabilidade econômica americana, o calote eminente das dívidas, virtualmente impagáveis diante da espiral ascendente dos montantes (BATISTA, 2009, p127). Como Batista também indica (2009, p.128), para o pagamento da enorme dívida foi proposta inicialmente pelos credores a estratégia de contração das importações dos devedores

pela redução da demanda com ajustes recessivos supervisionados pelo FMI, objetivando a perda de autonomia dos países devedores na formulação macroeconômica.

A ausência de flexibilização e a imposição de medidas draconianas de pagamento pelos EUA (que era quem na prática ditava as regras dos organismos internacionais responsáveis) tinha uma razão objetiva, como narra Moniz Bandeira:

A competição armamentista, que concorrera decisivamente para desencadear a implosão do Bloco Socialista e inviabilizar a existência da própria URSS, provocara também problemas financeiros para os Estados Unidos. De maior credor mundial, eles já se haviam tornado, desde 1984, o maior devedor mundial e necessitavam de recursos para cobrir deficits crônicos na conta corrente do balanço de pagamentos. Sua dívida externa, em 1986, atingira um montante em torno de US\$ 263 bilhões. E, por volta de 1988, seu passivo, no exterior, alcançara o valor de US\$ 1,46 trilhão, superando os ativos, da ordem de US\$ 1,12 trilhão.

MONIZ BANDEIRA, 2014, p.49

A incapacidade de se cumprir os ditames da estratégia adotada fez com que o Plano Baker fosse implementado em 1985, não tendo outros resultados relevantes além da incorporação do Banco Mundial na gestão das dívidas, junto com o FMI, possibilitando ainda maior interferência em assuntos internos dos países devedores (BATISTA, 2009 p132).

Por fim, por meio do Plano Brady, finalmente se aceitou a redução em até 35% da dívida (na verdade nunca ultrapassando 20%), mediante condicionalidades extremamente deletérias para o desenvolvimento econômico e a soberania dos países devedores, obrigando-se finalmente a assunção por esses países do receituário neoliberal (MONIZ BANDEIRA, 2014, p50-51). A questão da abertura comercial, que possibilitava a satisfação de interesses de setores da economia americana antes não considerados nas estratégias pretéritas, foi incluída, sendo o México o país laboratório da imposição de abertura unilateral (BATISTA, 2009 p.133-134). Tal medida possibilitou

em pouco tempo que os EUA “transformassem em superavit seu deficit comercial com a região” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p53).

A sumarização do conjunto de medidas exigidas como prova de “bom comportamento” pelos credores se deu por meio do “Consenso de Washington”, que reuniu economistas latino-americanos e representantes dos organismos financeiros americanos e internacionais em novembro de 1989 (BATISTA, 2009 p115).

As medidas impostas/sugeridas, conforme indicado por Moniz Bandeira, eram as seguintes:

Essas recomendações, que visavam à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 — disciplina fiscal; 2 — mudanças das prioridades no gasto público; 3 — reforma tributária; 4 — taxas de juros positivas; 5 — taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 — liberalização do comércio; 7 — fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 — privatização das empresas estatais; 9 — desregulamentação das atividades econômicas; 10 — garantia dos direitos de propriedade. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.51)

A privatização de empresas estatais sugerida pelo Consenso de Washington é realizada de forma ampla nas economias latino-americanas. No que toca à Petrobras e ao Brasil, a liberalização tinha ainda outros obstáculos além da própria existência da empresa. O monopólio nacional das reservas petrolíferas deveria ser quebrado para viabilizar o acesso estrangeiro e a regência das livres leis do mercado sobre esse ativo estratégico. Durante o governo Collor, o contexto oriundo das lutas pela redemocratização e forte mobilização popular dos anos 1980, desfavorável para privatização da empresa, não impediu a tentativa de sua desidratação com a privatização de subsidiárias como a Petromisa (que realizava pesquisa em fertilizantes e potássio), a Interbras, além do enfraquecimento da Petroquisa e da Petrofértil (FURNO, 2020,p.134).

Apesar disso, o período entre 1985 e 1991 é um momento de grandes avanços para a estatal nacional. Conforme Moraes destaca, é desse período o desenvolvimento por parte da Petrobras de tecnologias para a produção de petróleo em águas entre 400 e 1.000 metros de profundidade por meio do “Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas” (PROCAP 1.000). Este programa era especialmente importante no

que toca a “capacitar tecnologicamente a PETROBRAS, os fornecedores nacionais de equipamentos e serviços, as firmas internacionais com plantas produtivas no Brasil e as instituições de pesquisa⁵⁸” (MORAIS, 2013, p.143) para o objetivo de exploração nesse novo ambiente.

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a existência de um movimento organizado dos trabalhadores também foi um impeditivo para o desmonte da Petrobras. Diversas categorias de trabalhadores do setor público deflagraram uma greve para resistir às privatizações em curso e à retirada de direitos trabalhistas em 1995:

No dia 03 de maio de 1995, os petroleiros aderiram em massa ao movimento, somando-se aos eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e servidores federais. Além da recuperação das perdas salariais e da preservação de direitos, os trabalhadores lutavam contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. O movimento unificado, no entanto, foi perdendo força e os petroleiros acabaram sustentando a greve sozinhos por 32 dias. Mais de 90% da categoria aderiu à paralisação nas refinarias, nas plataformas, nos terminais de distribuição e nas unidades administrativas da Petrobras. Os trabalhadores se revezavam para garantir o abastecimento básico da população e preservar os equipamentos.”
FUP, 2022

Tal iniciativa vingou somente no segundo ano do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com o fim do monopólio da exploração do petróleo, como veremos adiante. O regime de concessão ao capital internacional do ramo petrolífero foi uma vitória importante nessa seara para os interesses estrangeiros. Além disso, a restrição imposta no escopo da atividade da empresa foi implementada, ficando a mesma restrita à exploração e produção na Bacia de Campos.

Conforme narra Bercovici (2011, 253-254), a gestão FHC acabou por conseguir uma redução do papel do Estado e desnacionalização da empresa via a venda de ações realizada - reduzindo de 82% para 51% a participação Estatal, com apenas 25% das 180 milhões de ações vendidas ficando em mãos de brasileiros via saldo do FGTS. Além disso, no contexto do fim do monopólio da Petrobras e a criação da ANP (Agência

58 Para não depender de instituições internacionais, a PETROBRAS patrocina por exemplo a fundação do CEPETRO (Centro de Estudos em Petróleo) na faculdade de engenharia mecânica da Unicamp em 1987 (MORAIS, 2013, 144).

Nacional do Petróleo) como agência responsável pela gestão do monopólio estatal, o petróleo passou a ser tratado como uma mercadoria perecível que deveria ser explorada na maior velocidade possível (BERCOVICI 2011, p.255). Esse tratamento dispensado a uma mercadoria estratégica como o petróleo no que toca ao abastecimento energético do país coaduna com a análise apontada acima de que o contexto neoliberal extirpa e constringe as possibilidades de uma nação periférica fazer política energética.

Quadro 4 - Estrutura do setor antes e após a lei 9478/97

Política e Controle	Antes	Após
Política Energética	MME	MME, CNPE
Regulação	MME	ANP
Concessões	-	ANP
Fiscalização	DNC (após o CNP)	ANP
Atividades Operacionais	Antes	Após
Exploração e Produção	Petrobras	Concessão
Transporte/refino	Petrobras	Autorização
Distribuição	Aberto(registro)	Aberto(registro)
Postos Abastecimentos	Aberto(registro)	Aberto(registro)

Fonte: Zamith(1998, p153).

A quebra do monopólio da Petrobras se deu com a Emenda Constitucional nº 9 de 9 de novembro de 1995, que flexibilizou o monopólio estatal, tirando do texto da constituição a Petrobras como executora única, mantido o monopólio da União que pode explorá-lo diretamente ou por concessões inclusive a empresas privadas de capital estrangeiro⁵⁹. A lei nº9478 de 1997 cria a ANP e estabelece o cenário no setor

⁵⁹ Para Bercovici (2011, p. 252) essa PEC consagrou a vitória por meio da emenda constitucional dos derrotados na Assembleia Nacional Constituinte, na elaboração dos princípios ideológicos da constituição de 1988, aos quais a

exposto no quadro acima. Nesse contexto, o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro) é instaurado em 1999 para isentar de tributos federais a importação de máquinas e equipamentos para a indústria petroleira.

Uma iniciativa malfadada nos anos FHC foi a tentativa de alterar o nome da empresa para PETROBRAX. Para Bautista Vidal, um dos responsáveis pela política energética de Geisel, a mudança de nome da empresa tinha uma razão de ser antinacional:

Além de jogar no lixo um símbolo consagrado, essa medida rompia com a tradição de deixar explícito nas empresas de petróleo o nome da nação que a controla.

/.../

Petrobras como detentora do monopólio estatal do petróleo tornou-se das grandes do mundo. Deu ao Brasil incrível estabilidade nesse crucial setor controlando mais de 90% das refinarias de petróleo, descobrindo reservas e obtendo grande êxito no campo tecnológico: a única a ganhar dois prêmios internacionais na prospecção em grandes profundidades marítimas⁶⁰.

O objetivo da mudança era desvincular o Brasil dessa excepcional estrutura de poder e promover sua internacionalização.

/.../

Considerar nesse contexto o petróleo como *commodity* é um absurdo geopolítico, crime de lesa pátria que compromete a sobrevivência nacional no tempestuoso período previsto com o fim do petróleo. (BAUTISTA VIDAL & VASCONCELLOS, 2001, p 123)

Na realidade, o caso brasileiro confirma a afirmação de que o contexto neoliberal, conforme defende Bercovici (2011, p. 48-49), se colocava como uma limitação direta à aplicação de uma política energética por parte dos países periféricos.

A assinatura do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear) por Fernando Henrique Cardoso foi um sinal claro de submissão nesse sentido. Na prática, o acordo assinado no início dos anos 1990 já implicava tacitamente a não proliferação de armas nucleares pelo Estado Brasileiro. A assinatura do TNP foi um sinal claro da ausência de intenção por parte do Brasil de se colocar ao nível das potências em matéria de defesa nacional.

quebra do monopólio estão em flagrante contradição .

60 A menção aos dois prêmios é datada posto que posteriormente outro prêmio foi conquistado (ver capítulo 4).

Desde que iniciada a intervenção do FMI e Banco Mundial, os gastos militares estiveram sob ataque (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.52).

A tentativa de veto sistemático ao enriquecimento de urânio nacional é parte desse contexto de limitação à política energética onde o fim do monopólio nacional da exploração foi o elemento central.

Mesmo sob intenso cerco em relação à soberania energética, no contexto de neoliberalismo, são inegáveis os avanços da Petrobras no período, o PROCAP 2000 em 1992, e o PROCAP 3000 em 2000. Esse processo de constante aprendizado e inovação tecnológica foi fundamental para a expansão da capacidade produtiva do Brasil durante a década de 90, expansão diretamente vinculada às capacidades da estatal (MORAIS, 2013, p.146-150).

Gráfico 8 – Produção de Energia Primária – Brasil 1990-2000 (em Tep)

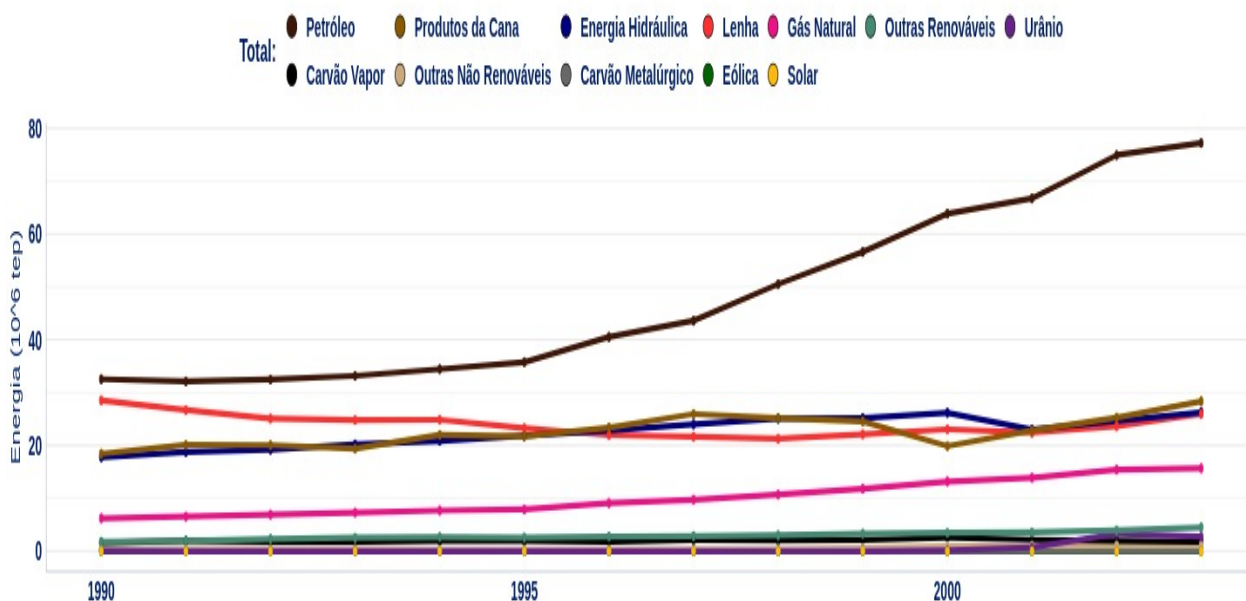


Gráfico 8: Fonte: EPE, 2022.

É na década de 90 que a produção de energia a partir do petróleo supera de forma perene a lenha e carvão vegetal, quase dobrando a capacidade energética produzida no país oriunda do combustível fóssil em 10 anos. Assim como na década anterior, esse grande avanço está diretamente vinculado à capacidade da Petrobras em pesquisa e qualificação de seu corpo técnico e dos fornecedores nacionais, possibilitando a obtenção dos meios necessários à exploração de reservas cada vez mais improváveis no cenário anterior.

4. OS GOVERNOS LULA E A REATIVAÇÃO DO NACIONALISMO ENERGÉTICO

Após anos de hegemonia neoliberal com as iniciativas de desnacionalização expressiva do setor de petróleo e gás por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo em 2003, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república representa um marco para o reposicionamento da indústria do petróleo no país.

Após as tentativas de privatização durante os anos de 1990, malfadadas em grande medida pela resistência dos trabalhadores da estatal petroleira, como indicado no último tópico, as políticas implementadas a partir de 2003, e em especial a partir de 2007 com a descoberta das reservas gigantes e supergigantes do Pré-Sal⁶¹, foram determinantes para o cenário de desenvolvimento e internalização que se desenhou no setor. Houve assim uma clara mudança na direção dos rumos da indústria petroleira nacional e seus setores associados como a indústria naval, para-petroleira e de desenvolvimento tecnológico para o ramo, sendo evidente a intenção de desenvolver a indústria local tendo como base o poder de compras da petroleira estatal por meio das diretrizes do governo e do Ministério de Minas e Energia, além de garantir a perenidade e sustentabilidade das reservas (SILVA E FURTADO, 2006, p112; MORAIS, 2013).

4.1 Mudança de rumo

O Programa Nacional de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (PROMINP) inaugurado em 2003 bem como a alteração das diretrizes de conteúdo local cumprem papel essencial na demarcação da mudança de rumo que aconteceu no início dos governos Lula. O PROMINP tinha como objetivo criar as condições materiais, tanto na força de trabalho quanto no desenvolvimento da indústria nacional, para satisfação das mais altas cotas de conteúdo local promulgadas.

61 Conforme Morais (2013,p19): “Um campo gigante contém entre 500 milhões a 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe); um supergigante contém mais de 5 bilhões de barris.”

Tais políticas, já em seu nascedouro, foram objeto de críticas públicas. Em publicação em memória aos 50 anos de fundação da estatal, a Folha de São Paulo destaca:

A empresa equilibra-se com dificuldade entre a busca do lucro e sua função social. O governo detém 55,7% do capital votante da companhia, controla sua gestão e nomeia diretores. Por outro lado, há mais de 450 mil investidores privados que exigem um comando unicamente empresarial, que vise o lucro. Na campanha eleitoral, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva propôs reforçar o papel da empresa como agente do desenvolvimento. Já presidente, impôs conteúdo nacional mínimo às encomendas da estatal, para gerar empregos no país. Acionistas criticaram a medida, responsabilizando-a pelo encarecimento das licitações. (FSP, 03 de Out de 2003)⁶²

Como veremos, a oposição expressa entre o lucro imediato e o benefício de longo prazo da ampliação do conteúdo local nas compras da estatal teve repercussões relevantes para diversos setores da economia e para empresas da cadeia do petróleo e gás e está no cerne mesmo da elaboração deste tipo de política. Não é à toa que a oposição já mencionada e sempre presente na história da Petrobras e do setor energético brasileiro, entre liberais e nacionalistas, se reproduziu também nesta questão.

O conjunto de políticas que abordou a partir de diversas frentes o problema do fortalecimento da indústria de fornecimento de bens e serviços para o setor de Petróleo e Gás dentro de um projeto de desenvolvimento nacional ficou conhecido no Brasil e no mundo como Políticas de Conteúdo local (PCL) e ocuparam papel importante em diversos países em desenvolvimento, mas também países desenvolvidos (como o caso da Noruega), na possibilidade de se utilizar a riqueza gerada pela extração de grandes reservas petrolíferas como catalisador de desenvolvimento industrial e social de longo prazo (TORDO et al, 2013, NEGRI, 2010).

62 PETROBRAS TENTA SE EQUILIBRAR ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 out. 2003. Petrobras: 1953-2003, Caderno especial sobre os 50 anos da Petrobras, p. 1. Relevante constatar que no mesmo texto se salienta a persistência da contradição entre liberais e nacionalistas presente desde a fundação da Estatal. A matéria se inicia com a seguinte frase: “A Petrobras completa hoje 50 anos no ápice de seu vigor financeiro e envolta no mesmo debate entre ‘liberais’ e ‘nacionalistas’ que marcou sua criação, em 1953, por Getúlio Vargas, sob o lema ‘O Petróleo é Nosso’” e segue criticando o monopólio da estatal sobre o setor, quebrado em 1996 sob FHC “de jure” mas nunca “de fato”.

A aprovação no congresso em 2016 da lei que alterava o marco regulatório do Pré-Sal, proposta por José Serra e posteriormente sancionada por Michel Temer, foi a delimitação clara, no campo institucional, que o nacionalismo energético impulsionado pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) saia de cena junto com a retirada, por meio do golpe parlamentar, deste mesmo Partido do centro do poder. A redução concomitante das exigências de conteúdo local foi um sinal ainda mais claro deste novo momento da política energética e industrial do país.

Mas já antes do golpe, para observadores mais atentos, o contexto instaurado a partir da Operação Lava-Jato indicava um futuro nada promissor para o projeto de alavancagem do desenvolvimento nacional a partir da indústria de petróleo e gás. Em 2015, a inauguração do 15º navio oriundo do Programa de Modernização e Expansão da Frota da TRANSPETRO (PROMEF) foi realizada de forma reservada ao público e sem alarde (SINDMAR, 2015). Em contraste com inaugurações anteriores, realizadas em eventos de larga escala com autoridades e milhares de pessoas, o tímido lançamento do Navio Marcílio Dias, rumo à Bacia de Campos onde efetuará seu primeiro carregamento foi um sinal do grave momento para toda a cadeia produtiva nacional beneficiada pelo nacionalismo energético.

4.2 Reconstrução da frota marítima

O PROMEF foi inaugurado em 2004 e teve como principal objetivo a reabilitação da indústria naval e da capacidade do país de suprir internamente a demanda por navios para transporte e escoamento da produção para a TRANSPETRO, subsidiária logística da PETROBRAS. Mas, objetivamente, o PROMEF vinha para cumprir, junto com as outras iniciativas do governo federal, um papel central nessa construção e adaptação de toda cadeia produtiva para fornecer internamente materiais e equipamentos para a indústria de petróleo e gás, tendo a Petrobras como agente central na alavancagem da demanda do setor por meio das mudanças na exigência de conteúdo local, também a partir de 2004.

Além do PROMEF, outras iniciativas como o PROREFAM e a EBN se inseriram no mesmo contexto, em uma estratégia de reabilitação da indústria a partir dos produtos menos complexos para se capacitar a cadeia nacional no sentido de futuras contratações de navios-sonda e plataformas, cuja maior dimensão e custo apresentavam maior desafio:

Dada a desmobilização do setor, o movimento de retomada de investimentos foi iniciado a partir da necessidade de renovação e ampliação da frota de apoio marítimo, que, além de representar maior número de encomendas, gerando escala, era composta por embarcações mais simples e mais baratas do que os navios-sonda e as plataformas de produção.
DORES, LAGE e PROCESSI, 2012, p.279

É importante observar que posto o nível de complexidade e especificidade técnica exigido pela Petrobras em suas encomendas, mesmo companhias multinacionais com ampla experiência no setor consideravam os projetos solicitados pela Petrobras de difícil execução, como foi o caso das conversões para FPSOs contratadas com a Halliburton em um momento anterior (ELKIND, 2005).

O PROREFAM da Petrobras (Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo), cuja primeira fase data de 1999, mas que teve sua segunda e terceira fases (2003 e 2008 respectivamente) como mais substantivas no tocante à expansão da capacidade produtiva nacional, realizava a contratação para produção de navios de apoio, para atividades de suprimento, reboque, manejo de ancoras, construção e manutenção submarinas, mapeamento do leito oceânico, além de combate ao derramamento de óleo.

O Programa Empresa Brasileira de Navegação (EBN) da Petrobras, lançado em 2010, visava a contratação de frota também para movimentação de carga, à semelhança do PROMEF e ofereceu contratos de afretamento de longo prazo (15 anos) para embarcações produzidas no país.

A estratégia por parte do Governo Federal de alavancagem do setor era acima de tudo racional devido à importância de uma indústria naval bem equipada e preparada em um país com enorme linha de costa e alguns dos maiores corpos d'água do mundo.

A reabilitação da indústria naval possibilitou o surgimento de contratações significativas⁶³ para além do escopo do Petróleo e Gás pelos estaleiros (DORES, LAGE e PROCESSI, 2012, p282).

A posição do Brasil dentro da indústria naval no mundo também se altera diante da mobilização de recursos para esses programas. O Brasil passa em 10 anos de corresponder por 0,6% das encomendas de embarcações em 2002 para chegar a 2% em 2012. Importante observar que o crescimento mundial no setor no mesmo período acompanhou os solavancos do ciclo econômico, com a expansão da demanda do comércio mundial anteriormente à crise de 2008 e o seu desaceleramento posterior. Porém, no caso brasileiro, esse crescimento é perene no período apresentando um salto de 878% na quantidade de encomendas em 10 anos. O crescimento sistemático no número de embarcações demonstra a efetividade da política implementada, de forma multifacetada, para reabilitar esse importante setor da indústria nacional.

Quadro 5 - Número de embarcações encomendadas no início do ano

Ano	Mundo	China (A)	Coreia do Sul (B)	Japão(C)	Brasil (D)	(A+B+C)/Mundo(%)	(D)/Mundo(%)
2002	2437	348	480	551	14	57	0.6
2003	2497	357	488	645	21	60	0.8
2004	3484	563	790	970	34	67	1.0
2005	4483	862	1017	1123	27	67	0.6
2006	5773	1290	1128	1303	27	64	0.5
2007	7788	2243	1457	1553	40	67	0.5
2008	10721	3709	2206	1828	63	72	0.6
2009	11071	4102	2308	1910	78	75	0.7
2010	9164	3641	1847	1539	84	77	0.9
2011	8198	3511	1556	1326	108	78	1.3
2012	6308	2647	1161	983	123	76	2.0

Fonte: BNDES Elaboração: (DORES, LAGE e PROCESSI, 2012, p.289).

63 A contratação de 7 navios pela Log-In Logística, subsidiária da VALE, se insere nesse contexto (DORES, LAGE e PROCESSI, p. 282).

Observa-se que o único país com crescimento relativo similar ao brasileiro (8,78 vezes o número de embarcações de 2002 em 2012) no período apontado é a China (11,78 vezes o número de embarcações de 2002, marca alcançada em 2009).

Diante dessa constatação pode se observar que o modelo de PCL adotado no tocante à indústria naval logrou frutos satisfatórios quando observado de um ponto de vista amplo onde se considera a evolução da indústria naval de ponta no mundo em países com alta produtividade no passado recente.

4.3 O modelo de política de conteúdo local brasileiro

A política de conteúdo local implementada nos leilões brasileiros, surgida ainda dentro do contexto de liberalização do setor dos anos 90, concomitante com a quebra de monopólio estatal, visava fornecer um incentivo à contratação de empresas nacionais para o fornecimento da cadeia produtiva. No entanto, a abordagem inicial, até sua alteração em 2003, tinha um caráter não obrigatório onde a empresa ganhava pontos por atender ao conteúdo no leilão. Essa lógica acabou por favorecer grandes multinacionais do setor para-petroleiro neste período inicial. A alteração deste caráter e a elevação das porcentagens de conteúdo local nos leilões tiveram um impacto significativo em uma indústria que já vinha sendo afetada pela política.

É curioso observar que mesmo beneficiadas neste momento inicial, multinacionais do setor como a Halliburton tiveram problemas para atender aos requisitos das encomendas da Petrobras (ELKIND, 2005).

É um consenso razoável nos estudos sobre o tema que a premissa básica da política de conteúdo local é realizar uma substituição de eficiência no curto prazo por desenvolvimento econômico de longo prazo⁶⁴(TORDO ET AL, 2013, p.10). O próprio Banco Mundial caracteriza as políticas de conteúdo local como caudatárias do esforço dos países em desenvolvimento para superar sua situação, integrante do conjunto de políticas de “substituição de importações”, que teriam, segundo a análise do banco, demonstrado falhas consideráveis em determinados países, onde tais políticas

64 *“Indeed, LCPs are in essence a trade-off between short-term efficiency and longterm economic development”*
Banco Mundial, 2012, p.10.

acabaram por gerar “consideráveis custos econômicos”⁶⁵ (TORDO ET AL, 2013,p.18-19). Utilizando-se de uma classificação oriunda do Banco Interamericano de Desenvolvimento⁶⁶, o estudo do Banco Mundial sobre políticas de conteúdo local identifica as PCLs que objetivam um destino desagregado de conteúdo local mínimo no mesmo espectro de intervenção vertical no mercado das políticas industriais clássicas (como cotas de importação e subsídios específicos a setores).

Na visão propalada pelo banco mundial poucos países objetivaram estratégias de implementação de uma política de conteúdo local destinadas ao desenvolvimento de indústrias fornecedoras e força de trabalho locais “competitivas, capazes e sustentáveis” (Tordo et al, 2013, p.61). Na análise realizada da experiência brasileira, o estudo do banco mundial questiona se as metas impostas na PCL brasileira a partir de 2003 correspondiam à “competitividade da capacidade, qualidade, entrega, e preço da cadeia de fornecedores Brasileira” (TORDO ET AL, 2013, p.53).

Como pode se observar no quadro abaixo, o crescimento do conteúdo local nas rodadas de licitação para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil tiveram uma alteração substancial a partir de 2003. A alteração quantitativa veio acompanhada, por meio do Decreto n. 4.925/2003, da instituição do PROMINP, Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural.

65 Tal falha teria ocorrido em países que focaram em produtividade e exportação, sem um ambiente macroeconômico estável, pois estavam mais preocupados com setores do que com atividades e não apontaram clara, explícita e publicamente os objetivos do governo (BANCO MUNDIAL, 2013, p.19).

66 O modelo do BID procura dividir os tipos de política entre horizontais (que afetam todo o ambiente de negócios) e verticais(focalizadas em um setor específico). Uma segunda divisão ocorre no que toca ao canal de intervenção, se é uma oferta pública de um bem, serviço ou alteração legislativa que influencia o objeto da política ou se é uma intervenção direta no mercado (TORDO et Al, 2013, p.).

Quadro 6 - Classificação do BID para Políticas de Desenvolvimento produtivo

		Transversalidade	
Canal de intervenção		Horizontal (H)	Vertical (V)
		Oferta pública (Public Input)	Clima de negócios Força de trabalho Educada Infraestrutura Básica
Intervenção no Mercado	Subsídios a P&D Maiores tarifas Requisito de comprar bens locais Treinamento mínimo para empresas nacionais Participação mínima de subcontratante/ fornecedores domésticos	Cotas de importação Subsídios específicos para um setor Destinos desagregados de conteúdo local mínimo	

Fonte e elaboração: Tordo et.al, 2013, p.22.

Quadro 7 - Médias de CL nas rodadas de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural entre 1999 e 2015

Rodada	Ano	Fase de exploração	Fase de desenvolvimento
1a	1999	25	27
2a	2000	42	48
3a	2001	28	40
4a	2002	39	54
5a	2003	79	86
6a	2004	86	89
7a	2005	74	81
9a	2007	69	77
10a	2008	79	84
11a	2013	62	76
12a	2013	73	84
13a	2015	73	80

Fonte: ANP, elaboração Schutte, 2021.

O Prominp tinha como objetivo o “*desenvolvimento de ações concretas visando maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, em projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior*” e a partir da 7ª rodada de licitação, em 2005, o PROMINP também se encarregou de prover uma metodologia para identificação da origem da fabricação dos bens e componentes, dentro de um documento técnico-regulatório (SCHUTTE, 2021, p.121). Em comparação com o período inicial (pré-2003) da política de conteúdo local, é visível a mudança substancial, com índices do período de 2003-2015 chegando a 4 vezes na exploração e mais de 3 vezes na fase de desenvolvimento.

Um estudo de amplo escopo levado a cabo pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) sobre o impacto do poder de compra da PETROBRAS sobre

seus fornecedores entre 1998 e 2007⁶⁷ revela a importância da política de conteúdo local sob diversas perspectivas conforme aponta o quadro abaixo:

Quadro 8 - Características das firmas com 30 ou mais pessoas ocupadas fornecedoras e não fornecedoras de bens e serviços para a PETROBRAS - 2007

Variáveis	Fornecedores	Não Fornecedores
No Total de Firmas	3.407	48.538
Pessoal Ocupado Total	1.823.063	8.556.370
Pessoal Ocupado Médio	535	176
No de Científicos (% do Pessoal Ocupado)	46.262 (2,54%)	60.485 (0,71%)
No de Engenheiros (% do Pessoal Ocupado)	31.312 (1,72%)	42.934 (0,50%)
No de Pesquisadores (% do Pessoal Ocupado)	2.525 (0,14%)	2.973 (0,03%)
Pessoal Ocupado com 3o Grau (% do Pessoal Ocupado)	487.547 (26,74%)	1.108.309 (12,95%)
Massa Salarial (R\$ Mil)	48.360.295	127.023.703
Renda Média	1.833	1.001
Tempo de Estudo Médio (Anos)	10,3	8,9
Idade da Empresa (Anos)	35,5	34,6
Taxa de Rotatividade	0,56%	0,64%
Exportações: Total (U\$ Mil)	38.785.617	90.329.131
Exportações: Média (U\$ Mil)	11.384	1.861
Importações: Total (U\$ Mil)	23.012.268	67.818.915
Importações: Média (U\$ Mil)	6.754	1.397
Imp. Bens de Capital (U\$ Mil)	3.252.898	5.913.069
Imp. Bens de Capital Média (U\$ Mil)	955	122
Exportadoras a Preço Prêmio	662	3.887
No de Firmas Exportadoras	834	6.750

Elaboração: IPEA com base em dados da RAIS, SECEX e da PETROBRAS (NEGRI, 2010, p.25).

O universo de empresas analisado pelo estudo contempla o conjunto de setores da indústria e serviços⁶⁸ contratados pela PETROBRAS, observando-se as empresas com

67 “O Ipea coordenou a equipe de pesquisadores vinculados à PUC-RS, UFF, UFPR, UFMG, UFRJ, UFU, UnB, UNICAMP e USP, além dos seus próprios profissionais, que reuniu o maior conjunto de informações sobre a cadeia produtiva do petróleo no Brasil. As informações são provenientes de 69.874 empresas que forneceram bens e serviços para a PETROBRAS nos 10 anos compreendidos entre 1998 e 2007.” (NEGRI, 2010, p.10).

68 Na classificação CNAE 1.0, os seguintes setores foram contemplados na pesquisa do IPEA: 10 - Extração de carvão mineral, 11 - Extração de petróleo e serviços relacionados, 13 - Extração de minerais metálicos, 14 -

mais de 30 empregados por motivos objetivos (a indústria petroleira e de fornecedores ser altamente intensiva em escala e tecnologia, sendo de pouca utilidade a análise de empresas de menor escala de produção) e metodológicos (o corte de 30 ou mais pessoas ocupadas permite uma comunicação maior com os dados agregados do IBGE) (NEGRI, 2010, p.22).

Conforme o quadro 8 demonstra, os impactos para o mercado de trabalho da política de conteúdo local são especialmente relevantes. Os fornecedores da PETROBRAS têm uma média salarial 80% superior aos não fornecedores. A taxa de rotatividade da força de trabalho também é significativamente inferior em comparação aos não fornecedores (0,56% ante 0,64%). Além disso, as empresas fornecedoras contratam proporcionalmente mais trabalhadores do que as não fornecedoras, com um número de empresas que não chega a 10% das não fornecedoras contratando o equivalente a mais de 20% da força de trabalho destas últimas. Esses dados a respeito da força de trabalho se confirmam empiricamente por meio dos efeitos da Lava Jato no pessoal empregado conforme a quadro 9, que discutiremos no próximo tópico.

Extração de minerais não metálicos 15 – Fabricação de produtos alimentícios e bebidas, 16 – Fabricação de produtos do fumo, 17 – Fabricação de produtos têxteis, 18 – Confeção de artigos do vestuário, 19 – Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro e calçados, 20 – Fabricação de produtos de madeira, 21 – Fabricação de celulose papel e produtos de papel, 22 - Edição, impressão e reprodução de gravações, 23 - Fabricação de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool, 24 – Fabricação de produtos químicos 25 – Fabricação de artigos de borracha, 26 – Fabricação de produtos de minerais não metálicos 27 – Metalurgia básica 28 – Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos 29 – Fabricação de máquinas e equipamentos 30 – Fabricação de máq. para escritório e equipamentos de informática, 31 – Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos 32 – Fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicações, 33 - Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, de precisão e ópticos, automação industrial, cronômetros e relógios, 34 – Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, 35 – Fabricação de outros equipamentos de transporte, 36 – Fabricação de móveis e indústrias diversas, 37 - Reciclagem de sucatas metálicas, 55 - Alojamento e alimentação, 01.6 - Serviços de agricultura e pecuária - exceto atividades de veterinárias, 02.13 - Serviços de silvicultura e exploração florestal, 60 - Transporte terrestre 50.2 - Manutenção de veículos automotores, 50.42 - Manutenção de motocicletas, 61 - Transporte aquaviário 51.1 - Representantes comerciais e agentes do comércio, 92.62 - Outras atividades relacionadas ao lazer, 62 - Transporte aéreo, exceto empresas com sede no exterior, 52.7 - Reparação de objetos pessoais e domésticos, 63 - Atividades anexas do transporte e agências de viagens, 70.1 - Incorporação e venda de imóveis ,64 - Correio e telecomunicações, 70.2 - Aluguel de imóveis, 67 - Atividades auxiliares de instituições financeiras, 70.3 - Atividades imobiliárias por conta de terceiros, 71 - Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos e objetos pessoais, 80.3 - Educação superior, 72 - Atividades de informática e conexas, 80.9 - Educação profissional e outras atividades de ensino, 73 - Pesquisa e desenvolvimento, 92.1 - cinema e vídeo, 74 - Serviços prestados principalmente às empresas, 92.2 - Atividades de rádio e de televisão, 90 - Limpeza urbana e esgoto, 92.3 - Outras atividades artísticas e de espetáculos, 93 - Serviços Pessoais, 92.4 - Agências de notícias (NEGRI, 2010, p21-22).

O gráfico 9 aponta uma consistência no impacto das políticas implementadas a partir de 2003 no conjunto dos fornecedores para a taxa de crescimento do número de empregados. Segundo Furno (2020, p.231-232), a taxa de crescimento das empresas fornecedoras foi de 21% no período, enquanto das não fornecedoras foi de 4%.

No geral as empresas fornecedoras também exportam mais e com maior aferição de preço prêmio (preço acima da média do mercado do produto exportado, oriundo de qualidade ou capacidades superiores). É relevante também a constatação de um saldo de 684 empresas, dentro do total de aproximadamente 15 mil empresas exportadoras do Brasil, que passaram a exportar após se tornarem fornecedoras da PETROBRAS, ocasionando uma ampliação da base exportadora brasileira em aproximadamente 4,5% (NEGRI, 2010, 97).

É verdade que as empresas fornecedoras são maiores importadoras em geral e maiores importadoras de bens de capital em particular, mas podemos assumir que tal constatação está muito vinculada à fragilidade do setor de bens de capital brasileiro (fragilidade que a política de conteúdo local em si tem como um dos objetivos corrigir) associada a especificidade de alta densidade tecnológica do setor petrolífero.

Furno (2020) apontou o crescimento consistente do número de exportadoras nos setores selecionados entre fornecedoras da Petrobras. O gráfico 10 aponta que a partir de 2010 o número de fornecedoras que exportam ultrapassou o de não fornecedoras.

A indústria de P&G, dessa forma, não apenas passou a cumprir um importante papel no desenvolvimento interno, ampliando sua participação no mercado e na geração de emprego, senão que também foi importante para a elevação das exportações do país, contribuindo na geração de divisas e na possibilidade de ir modificando o perfil da nossa pauta exportadora. (FURNO, 2020, p. 204)

No entanto, ainda assim, a PCL não conseguiu superar deficiências históricas da indústria para-petroleira (e da indústria nacional em geral) no período. Furno (2020, p.270-273) indica que as importações da indústria para-petroleira nacional superaram as suas exportações, demonstrando uma incapacidade⁶⁹ da política de efetivamente

69 A autora indica que a manutenção do REPETRO é um dos possíveis motivos para o insucesso no adensamento das cadeias produtivas nacionais de forma a substituir as importações (FURNO, 2020, p.272).

reverter essa característica de dependência externa da nossa indústria nacional, pelo menos diante do período em que ela foi efetivamente colocada em prática.

Gráfico 9 - Média de crescimento do emprego entre empresas fornecedoras e não fornecedoras da Petrobras nos setores analisados entre 2003 e 2013⁷⁰ (2003= 100)

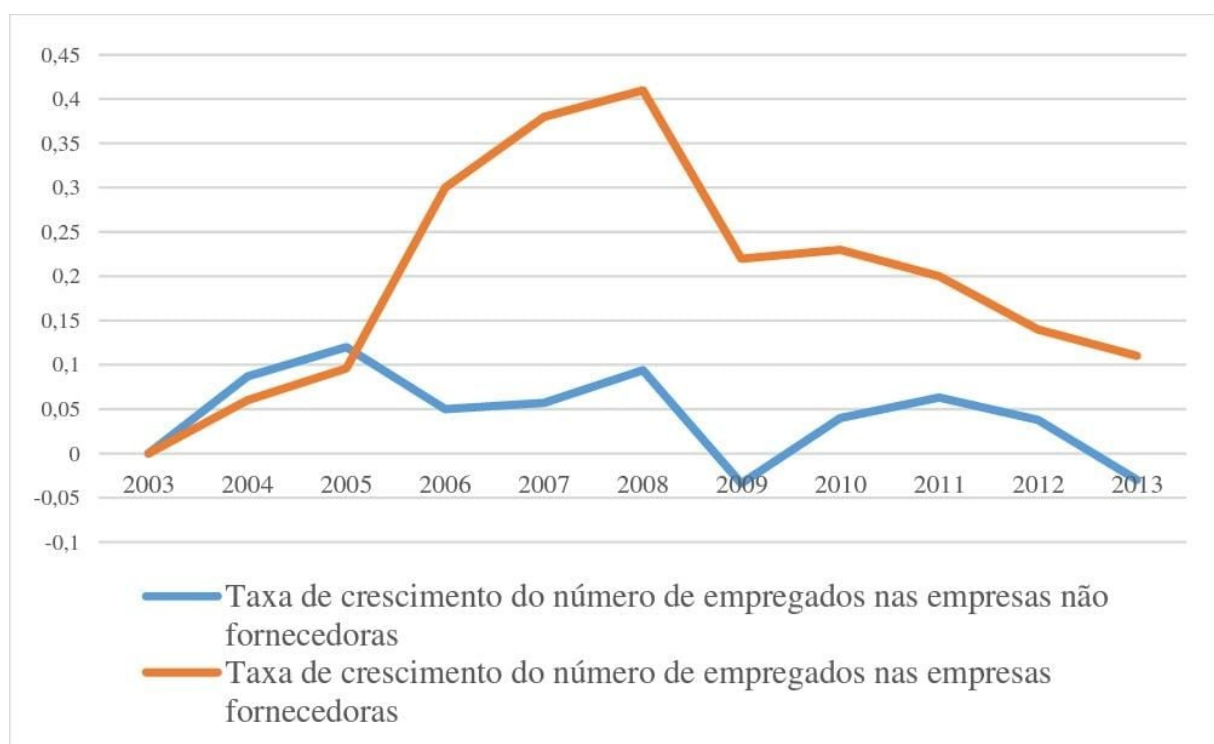


Gráfico 9: Fonte: DISEP/IPEA a partir do cadastro de fornecedores da Petrobras e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) , Elaboração: Furno, 2020, p. 23.

70 A classificação utilizada por Furno compreende essas CNAE's as quais são separadas por "fornecedora" e "não fornecedora" da Petrobras com base no cadastro de fornecedores existentes no IPEA. As CNAE's estão no universo dos serviços especializados e de fabricação de bens para a atividade de extração de petróleo pela Petrobras. Dessa forma, toda a pesquisa está baseada nas seguintes CNAE's 3 dígitos: 28.1 Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão 28.2 Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral; 28.5 Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção; 28.6 Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico; 30.1 Construção de embarcações; 30.9 Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente; 33.1 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos; 33.2 Instalação de máquinas e equipamentos; 42.2 Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos; 42.9 Construção de outras obras de infraestrutura; 43.2 Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções; 50.1 Transporte marítimo de cabotagem e longo curso; 50.2 Transporte por navegação interior; 50.3 Navegação de apoio; 50.9 Outros transportes aquaviários; 71.1 Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; 71.2 Testes e análises técnicas (Furno, 2020, p.231)

Gráfico 10 - Total de empresas fornecedoras⁷¹ e não fornecedoras da Petrobras que são exportadoras entre 2003 e 2013

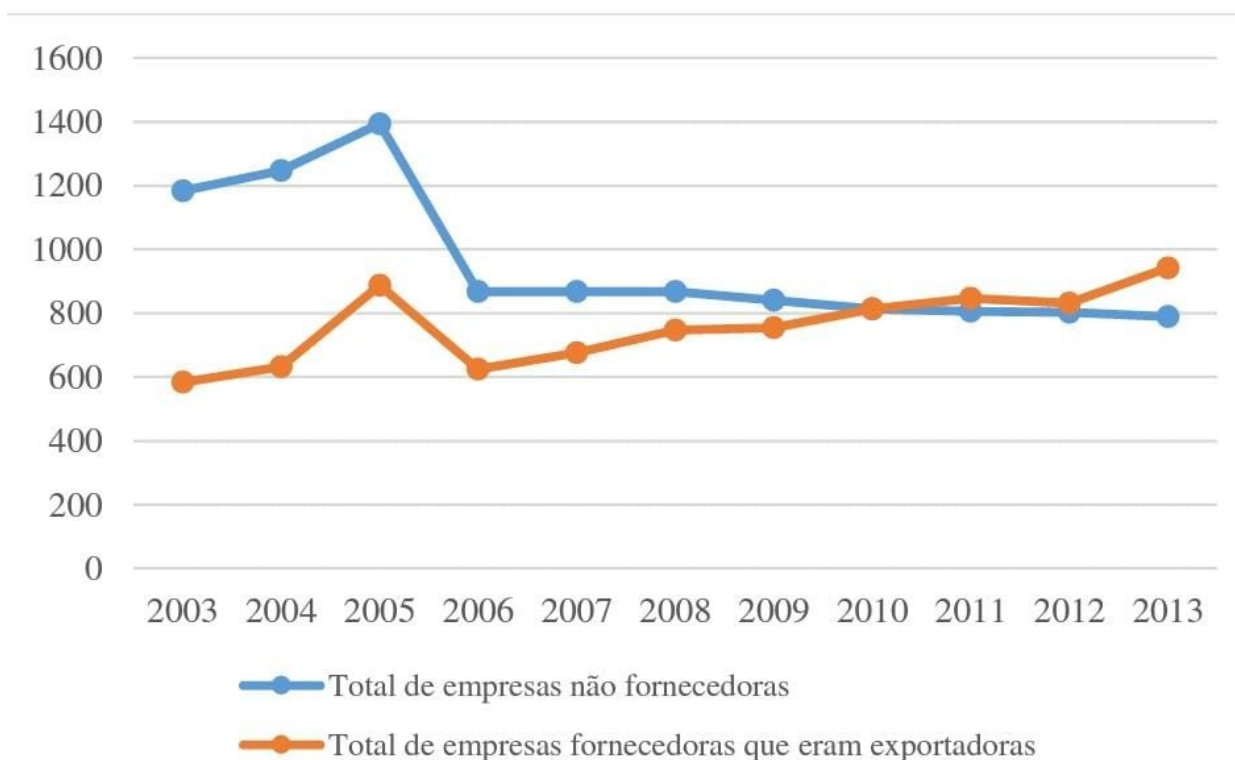


Gráfico 10: Fonte: DISEP/IPEA a partir do cadastro de fornecedores da Petrobrás e BNDES. Elaboração: Furno, 2020, p.204

Esse apontamento vai no sentido da constatação do amplo estudo do IPEA, corroborada depois por outros autores que estudaram o tema, era de que a política de conteúdo local, para se concretizar como uma política ainda mais benéfica ao setor produtivo nacional e ao desenvolvimento da capacidade tecnológica do país deveria ser coadunada com um incentivo direto à educação, criação de centros de pesquisa e formação intensiva de recursos humanos, espelhando-se por exemplo, no caso norueguês (NEGRI, 2010, p.104)

71 Empresas do setor industrial e de serviços de engenharia e geologia, segmentadas por fornecedoras e não fornecedoras da Petrobrás.

Em sintonia com a conclusão do estudo do IPEA, Ribeiro e Furtado (2015, p308-309), defendem, a partir de estudo de caso da Plataforma P51, construída já sob a égide da política de conteúdo local a partir de 2005, que a política de compras da estatal petrolífera por si só não é suficiente para a conquista de avanços significativos no nível tecnológico das empresas para-petroleiras nacionais, sendo necessária a implementação a partir do Estado de políticas industriais e tecnológicas que promovam o desenvolvimento dessas capacidades inovativas no setor nacional.

É relevante observar a constatação de Ribeiro e Furtado: os EPCistas⁷² na P-51, as empresas responsáveis pela obra, eram todas firmas multinacionais, o que acarretava uma óbvia concentração da aprendizagem tecnológica fora do país, mesmo com a exigência da construção ser realizada a nível local e a subcontratação de empresas nacionais (75% das analisadas no trabalho) para realização e fornecimento dos mais variados produtos e serviços necessários à construção da plataforma.

O surgimento de programa de financiamento específico a partir do BNDES, em 2011, tinha como um dos objetivos sanar essa necessidade de incentivo à inovação tecnológica endógena na indústria do setor, como é apontado por Santos e Avellar (2017).

Este programa, BNDES P&G, chegou à marca de 1,2 bilhões em financiamento estruturante para a indústria fornecedora da cadeia de óleo e gás. Um exemplo da importância deste financiamento é visível no caso da automação das plataformas que estavam sendo produzidas localmente para o Pré-Sal. A empresa ganhadora da licitação (ALTUS engenharia, situada no Rio Grande do Sul), que atingiu o percentual de 80% de conteúdo local exigido pela ANP já na primeira plataforma, foi beneficiada com a linha de crédito do BNDES P&G no valor de R\$51.8 mi. A empresa brasileira, uma empresa de médio porte, contando com 270 funcionários à época expandiu contratações e escopo de trabalho com a encomenda da estatal. O mercado de

72 EPC (Engineering, procurement and Construction), sigla em inglês de uso corriqueiro na indústria, que se refere às firmas contratadas como responsáveis pela obra. Ficam sob sua responsabilidade atividades de engenharia de detalhamento, aquisição (de materiais, equipamentos e serviços) e construção em projetos de plataformas petrolíferas, subcontratando outras empresas para fornecimento de equipamentos e serviços.

automação de plataformas é dominado pelas gigantes para-petroleiras, em sua maioria americanas, como Halliburton, BakerHughes e Schuemberger.

No entanto Santos e Avellar (2017, p.744-745) indicam as limitações deste mecanismo, apenas 14 empresas foram beneficiadas como este programa, em um total de 34 contratos. Apenas 4 empresas captaram 70% do valor total, sendo 3 destas empresas de origem estrangeira (Noruega, França e Itália).

Tal apontamento, bem como as observações a respeito do estudo de caso da plataforma P-51, apontam um cenário em que há benefícios para o conjunto da indústria para-petroleira, porém em determinadas circunstâncias eles são muito mais proeminentes para firmas já consolidadas, que pela própria configuração do setor (razão mesma da formulação da PCL), são firmas multinacionais. Tais situações denotam que para um resultado ainda mais efetivo as PCL adotadas deveriam ter constante reavaliação e reformulação de maneira a beneficiar cada vez mais os objetivos a que se propõe.

Em que pese as limitações apontadas, é nítido pelos estudos e dados apresentados que as PCL instauradas nos governos do Partido dos Trabalhadores tiveram uma dimensão extremamente exitosa em diversos aspectos, e que seu posterior desmonte ocasionou grave perda para o país do ponto de vista do desenvolvimento social e econômico. Uma sofisticação e reconfiguração da política foi colocada em andamento, tendo em vista inclusive as diversas indicações de entidades empresariais nacionais. O PEDEFOR (Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural), de janeiro de 2016, tinha como objetivo dar conta dos limites até então observados na PCL implementada. As petroleiras poderiam incluir, por exemplo, dentro da contagem de CL investimentos na inovação tecnológica de fornecedores (SCHUTTE, 2021, p.129-130). A efetivação do programa seria impedida pelo golpe de 2016 e as mudanças que se seguiriam no setor.

Como indicado, apesar das limitações, o saldo apresentado pelo programa é sobremaneira relevante, conforme apontado pela Agência Petrobras, em 21 de dezembro de 2010:

De 2003 a 2010, a participação do conteúdo nacional nos projetos de petróleo e gás cresceu de 57% em 2003, para 75,6% em 2010, gerando o valor adicional de US\$ 21,5 bilhões de bens e serviços contratados no mercado nacional e o acréscimo de mais de 875 mil postos de trabalho gerados no país nesse período. (AGÊNCIA PETROBRAS, 21/dez/2010)

Esse saldo expressivo é digno de nota de forma mais acentuada ainda diante do crescimento total apresentado pelo setor no período mediante a descoberta do Pré-Sal, em águas ultraprofundas. De 2002 a 2013 o conteúdo local médio da exploração dos blocos na etapa de produção foi de 39% para 73% e na etapa de desenvolvimento foi de 54% para 84% (Pinto, 2020, p154). Segundo Rodrigo Leão (2017), o programa atuou em cinco frentes:

(i) indução nos currículos de engenharia de maior conteúdo projeto; (ii) aceleração do fluxo de informações para as diferentes empresas que atuam na cadeia de petróleo e gás por meio de acordos de transferência entre empresas e universidades; (iii) maior intercâmbio de profissionais locais com empresas de engenharia do exterior; (iv) criação de incubadoras nas universidades visando reforçar competências do setor e; (v) formação de *clusters* locais associando o desenvolvimento de cursos locais com as demandas por investimentos do setor.

Uma dimensão dos impactos na estrutura produtiva dessa política pode ser apontada diante do seguinte dado: se em 1999, de 12 unidades de produção encomendadas pela Petrobras apenas uma estava sendo produzida internamente (Silva e Furtado, 2006), no auge do momento analisado de internalização, 28 unidades encomendadas pela Petrobras eram produzidas pela Sete Brasil, empresa formada pelo consórcio nacional altamente impactado pelas políticas do PROMINP (LEÃO E VILAIN, 2019, p 90).

Essas políticas criaram o pano de fundo para a descoberta do Pré-Sal na Bacia de Campos e o conseqüente desenvolvimento sustentado da indústria de petróleo nacional no período que se seguiu.

4.4 A descoberta do Pré-Sal e o novo paradigma

É possível apontar que além do assíduo trabalho do CENPES na vanguarda tecnológica do setor nacional e da Petrobras na pesquisa geológica de forma a alinhavar as possibilidades concretas do pré-sal, o fato da Petrobras ser uma empresa pública que tinha como objetivo garantir reservas estratégicas para o país fez com que decisões muito mais delicadas em um contexto de investimento privado fossem tomadas com alto grau de determinação por parte dos dirigentes da empresa, com anuência e incentivo do governo federal. Conforme narra Guilherme Estrella⁷³, diretor de exploração e produção responsável pela descoberta dos primeiros poços produtivos no Pré-Sal em entrevista à RBA:

Com a ascensão do presidente Lula à Presidência da República, a Petrobras retornou a ter liberdade de expansão na área de exploração e produção... Foi assim que nós fizemos. Batemos na Bacia de Santos, ao sul da Bacia de Campos, uma área muito próxima. Essa área do pré-sal estava aberta para exploração de empresas estrangeiras, mas elas não investiram. Porque a atividade de exploração é muito arriscada e então essas empresas não querem correr riscos. Já a Petrobras expandiu as suas atividades para outras bacias correndo esse risco. A exploração é arriscada, mas não é uma loteria. É preciso enfrentar esse risco não com a sorte, mas com competência. Para isso são necessários profissionais extremamente qualificados e comprometidos com a missão da empresa e foi isso que fizemos. Foram brasileiros, de uma empresa brasileira, com uma competência diferenciada. A Petrobras está, seguramente, entre as mais competentes e não a mais competente e o pré-sal é produto disso. De uma decisão política do governo brasileiro associada à competência de um quadro de técnicos e administradores muito bem treinados que nos propiciaram correr esse risco de uma maneira responsável.

/.../

Um ponto importante que é da competência geocientífica das empresas: a Shell não avaliou, com a devida competência, o prêmio que ela teria se ela investisse mais US\$ 100 milhões naquele poço. Por que não avaliou? Porque não teve competência. (ESTRELLA, 2019)

O poço citado por Estrella no depoimento foi considerado à época o poço mais caro da indústria do petróleo até então, com o custo total de 240 milhões de dólares. A descoberta e exploração do Pré-Sal demandou a intensa atividade de pesquisa em

73 Guilherme Estrella, geólogo e funcionário de carreira da Petrobras, esteve à frente de importantes momentos da empresa como, por exemplo, a já citada exploração no Iraque que descobriu o poço gigante de Majnoon. Estrella aposentou-se na década de 1990, com mais de 40 anos de serviços prestados à indústria petrolífera estatal brasileira e foi convidado pelo Governo Lula a participar da direção da empresa a partir de 2003.

conjunto com a atividade exploratória. Dada a realidade de que aquilo que se praticava era conhecimento de fronteira (não havia poços tão profundos na história da indústria petroleira), eram necessárias inovações concomitantes à descoberta dos problemas que se apresentavam em um processo de avanço tecnológico ímpar, protagonizado por uma empresa estatal. A alta complexidade do ambiente de exploração do pré-sal pode ser resumida da seguinte maneira:

reservatórios localizados em profundidades totais acima de 5.000 metros, sob camadas de sal de até 2.000 metros; alta razão de gás natural livre no escoamento gás-óleo (RGO); alta presença de gás carbônico (CO₂) e de gás sulfídrico (H₂S) nos hidrocarbonetos, além de altas pressões e baixas temperaturas no ambiente submarino. (MORAIS, 2013, p.242)

Esse conjunto de desafios teve que ser vencido com os esforços da empresa, que recebeu diversos prêmios oriundos das inovações tecnológicas produzidas no pré-sal⁷⁴. O investimento em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia saiu de 201 milhões de dólares em 2003, em crescimento sucessivo no decorrer dos anos, até chegar ao patamar de 1 bi US\$ entre 2011 e 2014 (AUGUSTO JR E NOBRE, 2021, p79). Esse investimento em pesquisa se desenvolvia juntamente com o investimento na formação dos fornecedores nacionais.

Em estudo sobre o endividamento da estatal, Pinto Jr (2021, p. 28) aponta o crescimento de 12,3% do valor adicionado (VA) da empresa destinado aos fornecedores no período de 2007-2015, quase três vezes o crescimento do VA destinado aos funcionários (4,2%) e mais de dez vezes o crescimento do VA destinado

74 Entre eles destaca-se o prêmio “*Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations, and Institutions*” da Offshore Technology Conference em 2015, maior evento de negócios do mundo da área de produção offshore. Uma das marcas que garantiram a premiação foi a reinjeção nos poços de todo CO₂ produzido na exploração do pré-sal, evitando a emissão de 1 milhão de toneladas do gás na atmosfera e aumentando a produtividade dos mesmos (PETROBRAS, Fatos e Dados, 04/ mai/ 2015, disponível em <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/recebemos-maior-premio-da-otc-e-destacamos-importancia-das-nossas-parcerias-no-pre-sal.htm>>).

ao Estado na forma de impostos (1%)⁷⁵. Como esperado, tal indicador apresenta queda no período pós operação Lava Jato.

Em uma análise a respeito do caráter das políticas do setor, Eduardo Costa Pinto (2020, p.143, grifos nossos) faz apontamentos importantes sobre a descoberta do pré-sal e a indústria petroleira e para-petroleira:

Essa descoberta, atrelada às políticas governamentais dos governos do PT para o setor de petróleo e gás, impulsionaram a **retomada do nacionalismo energético brasileiro** que: i) ampliou a capacidade do controle estatal sobre a indústria de petróleo e gás, possibilitando uma maior apropriação de excedente econômico pelo Estado brasileiro; e ii) configurou políticas industriais voltadas à expansão nacional de bens e serviços destinados ao processo de exploração e produção do petróleo, ao aumento dos *spillovers* e do encadeamento produtivo na cadeia de fornecimento.

Schutte indica que “A palavra-chave para a utilização do Pré-Sal como alavanca para o desenvolvimento industrial é o *conteúdo local*” (SCHUTTE, 2013, p.5). A conjunção dessas políticas teve efeitos práticos na cadeia para-petroleira nacional, em especial na indústria naval, que possui relevância em um contexto em que 90% da extração vem de alto mar, segundo Dores, Lage e Processi (2013, p.297) em estudo para o BNDES:

As perspectivas de demanda e de aumento de capacidade da indústria naval nacional nos próximos anos são bastante positivas. A demanda criada pelas atividades de exploração e produção de petróleo e gás *offshore* tem se mostrado robusta e perene, requerendo investimentos relevantes em aumento de capacidade produtiva. As encomendas de sondas de perfuração, de plataformas de produção e de embarcações de apoio marítimo deverão sustentar, no longo prazo, a carteira dos estaleiros.

As previsões para a indústria naval feitas pelo estudo do banco estatal em 2013 acabaram por se colocar distantes da realidade diante da instabilidade política que se

75 O trabalho de Pinto Jr apresenta outro aspecto extremamente relevante no que toca ao tema em tela: o VA destinado ao setor financeiro cresceu 33 % no período 2007-2017, apresentando somente pequena queda em 2016-2017. Ainda assim, a participação no total do VA do setor financeiro saltou de 4% entre 2007-2011 para 19% em 2017. Tal constatação é ainda mais alarmante diante da composição da dívida da empresa, em que 70% dos credores são internacionais. Ou seja, quase 1/5 do VA da petroleira estatal era destinado ao pagamento ao setor financeiro, sendo que deste valor a cada 100 dólares 70 eram devidos a atores externos. A estratificação da origem desses credores em futuros estudos pode ser um elemento importante para compreender o quanto que a intervenção via Lava Jato beneficiou interesses americanos em múltiplas vias por meio do desmonte do setor de P&G nacional e as mudanças de gestão advindas desse processo.

precipitou sobre o país a partir daquele ano. Das 28 sondas encomendadas pela estatal, o contexto gerado pela operação Lava Jato fez-se reduzir a apenas 4. Ao comentar o grande impacto da Operação Lava Jato (coadunado com a queda no preço do petróleo e a própria crise econômica no país) sobre a política de conteúdo local, Schutte (2021, p.135-136), indica:

Esses aspectos reforçam a noção de que os atores contrários ao CL aproveitaram a crise política e econômica que se instalou no Brasil, e no setor de P&G em específico, para avançar com sua agenda de liberalização e flexibilização. As alterações efetuadas no governo Temer não eram fruto de uma avaliação da política visando o seu aperfeiçoamento, mas refletiam uma visão que apostava na abertura do Pré-Sal para as empresas internacionais, em articulação com os interesses nacionais e internacionais das mesmas. (SCHUTTE, 2021, P.135-136)

Uma mensuração clara do impacto das iniciativas de conteúdo local é possível analisando os dados de emprego, como aponta Schutte(2021) conforme os dados do quadro 9:

Quadro 9 - Evolução empregos geral na indústria e das empresas fornecedoras da Petrobras

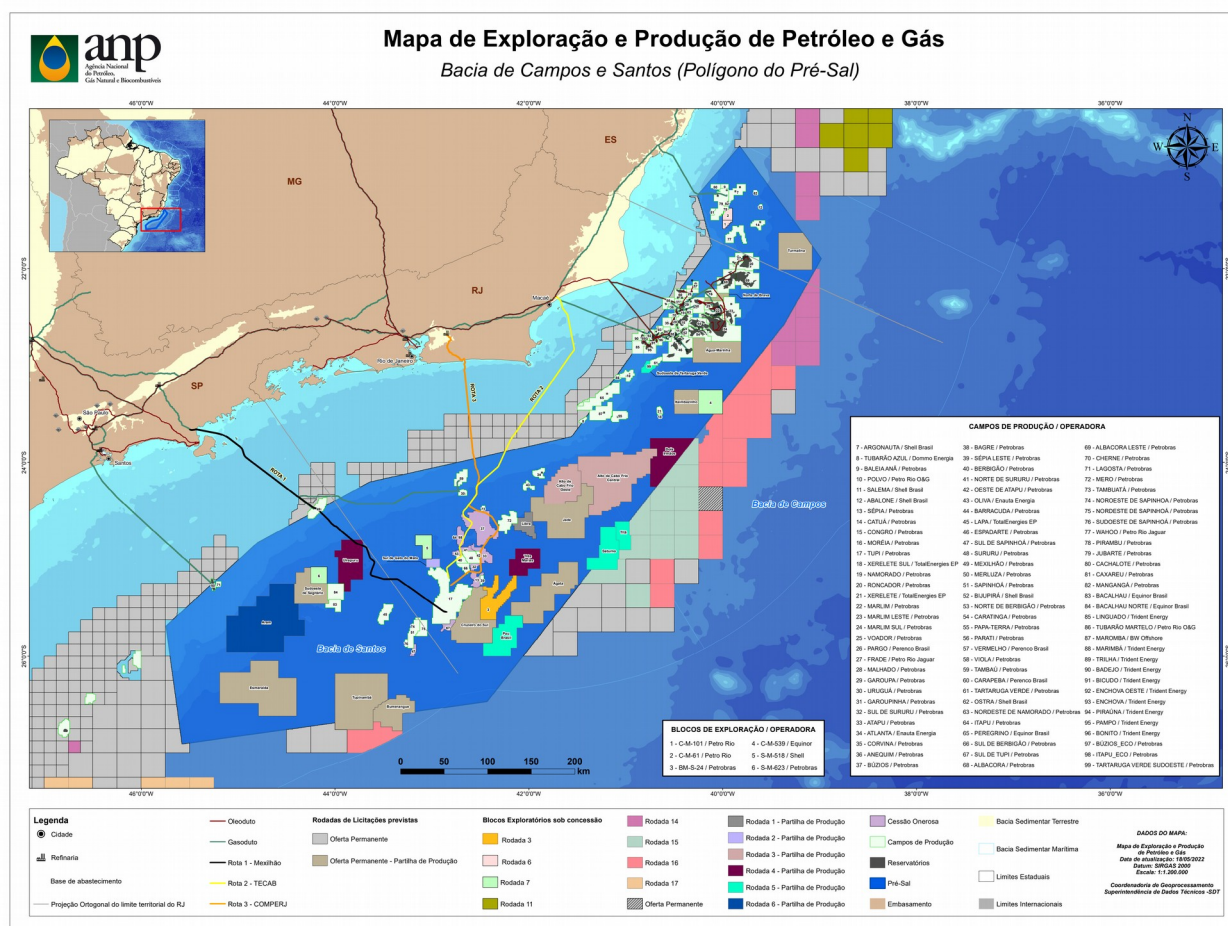
Referência	2007-2013	2014-2016	Variação %
Média anual dos trabalhadores nas empresas fornecedoras	923.516	794.606	-31%
Média geral dos trabalhadores da indústria	5.350.307	4.945.090	-10%

Fonte e Elaboração: Schutte (2021)

O impacto específico e geral da drástica redução do investimento da Petrobras, concomitante ao cenário de fragilização da cadeia de fornecedores pela Lava Jato é nítido nos dados de emprego, com a perda de 1 em cada 10 empregos na indústria

nacional, 3 em cada empregos dentre empresas fornecedoras. Essa situação se intensifica com o golpe de 2016.

Mapa 3 – Exploração e Produção – Polígono do Pré-Sal



Mapa 3: Fonte: ANP, 2022.

Como expresso no mapa acima, até maio de 2022 a região do polígono do pré-sal já contava com 99 campos de produção. A Petrobras demorou 45 anos, desde sua fundação, para chegar à produção de 1 milhão de barris de petróleo por dia. O pré-sal, em apenas 10 anos após a sua descoberta alcançou a marca de 1 milhão de barris por dia no mês de junho de 2016, com 52 poços produzindo sob responsabilidade da

Petrobras, às vésperas da consolidação do golpe contra Dilma Rousseff (Fatos e Dados, 03/ jun/2016).

4.5 O Desmonte do conteúdo local, privatização e desinvestimento

Com o sucesso do golpe parlamentar de 2016, as iniciativas do governo Michel Temer de alterar as regras de conteúdo local de forma substantiva foram implementadas já na 14ª Rodada do pós-sal e nas 2ª e 3ª Rodadas do Pré-Sal , em 2017, conforme quadro 10. A redução é mais significativa nas fases de exploração, construção de poços e plataformas.

Quadro 10 - Comparação índices de CL para exploração, desenvolvimento e produção no mar entre o governo Dilma e o governo Temer (abril 2017)

Conteúdo Local	Governo Dilma	Governo Temer
Fase de Exploração	37%-55%	18%
Fase de Desenvolvimento: Sistemas de coleta e escoamento	55%-65%	40%
Fase de Desenvolvimento: Construção Poços	55%-65%	25%
Plataformas	55%-65%	25%

Fonte: ANP e Resolução 7º do CNPE de 11 de abril de 2017 Elaboração: Schutte, 2021.

O governo Temer respondia a interesses objetivos que se movimentavam para garantir que o governo recém-empossado atendesse às demandas que motivaram sua ascensão:

Um levantamento das manifestações públicas organizadas a respeito do CL aponta o surgimento de um núcleo duro em torno do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) , que, com apoio dos lobbies de governos dos países de origem das principais multinacionais interessadas no Pré-Sal e das correntes mais liberais do pensamento econômico brasileiro, defendia uma mudança radical de política, com índices de CL o mais baixos possíveis, desmonte da fiscalização

(considerada burocrática, ineficiente e custosa) e defesa da retroatividade. Dentro do governo federal, essa posição encontrou simpatia na Fazenda, na Casa Civil e no próprio MME. (SCHUTTE, 2021, p131)

A resolução 7/2017 no CNPE por fim ganhou força retroativa, possibilitando contratos anteriores, firmados com nível de CL superior, serem isentos da obrigação ou terem a mesma reduzida com a resolução de nº726 da ANP de 11 de abril de 2018. Essa resolução veio a atender os interesses da ABESPETRO, associação que reúne as principais multinacionais do setor para-petroleiro no Brasil e que desde 2018 criou uma superintendência de conteúdo local com intenção explícita de influenciar na normatização do setor com o intuito de objetivar a “atualização da Política Regulatória de conteúdo Local” (Abespetro, 2022). Fazem parte dessa associação a Halliburton, Baker Hughes, Schlumberger e diversas outras Multinacionais para-petroleiras. Essa política implementada a partir do golpe de 2016 teve resultados substantivos no volume das contratações dessas grandes multinacionais americanas no Brasil, como veremos adiante.

A política de atuação da Petrobras foi completamente subvertida após o golpe de 2016, já sofrendo impactos desde o início da operação Lava Jato, premida pela pressão da mídia e da opinião pública. A exemplo do ocorrido com a política de conteúdo local, o polo político, desde sempre existente (conforme capítulo 3), dentro das elites locais que promulga o ideário da privatização e internacionalização do setor do petróleo como melhor opção para o país ganhou grande força no debate público nacional.

A consequência objetiva foi o avanço da desnacionalização do setor. As concessões realizadas a partir da mudança da regra de partilha do pré-sal por Temer tiveram como principais atores empresas europeias e asiáticas. A baixa presença de norte-americanos no contexto de privatização deve ser ponderada em uma perspectiva mais ampla. Um campo em concessão sem a presença formal de empresas americanas na partilha pode ser fonte de lucros a partir de outras esferas como o fornecimento de equipamentos e serviços. Para além disso, o desmonte do setor de refino nacional, bem como a política mais ampla implementada pelos governos de Temer e Bolsonaro de desnacionalização do setor energético levaram a um contexto em que 500 mil barris/dia de derivados eram importados em 2019, em sua grande maioria do Parque de Refino

Americano: “De janeiro a julho de 2019, 82% do diesel importado pelo Brasil foi produzido nos Estados Unidos. Da gasolina 71% e do etanol -- que ocupa o mercado da gasolina – 94%” (Coutinho, 2019). Ao contrário da estatal brasileira no último período, as IOCs americanas mantiveram em sua maioria o perfil integrado, conseqüentemente possuindo amplas bases de refino em solo americano, sendo beneficiadas assim pelas importações brasileiras.

É esse o contexto de desnacionalização do parque de refino. Após a derrota por parte da estatal em processo do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) onde se questionou o monopólio de refino da Petrobras, foi orientada, em postura inédita por parte do CADE, à privatização de refinarias pela empresa.

A derrota da empresa foi colhida de bom grado pelo Governo e a então diretoria da Empresa, posto que a política implementada antes mesmo da decisão do CADE, em tudo indicava essa direção. A maior das refinarias vendidas foi a RLAM – Refinaria Landulpho Alves, localizada em São Francisco do Conde-BA, adquirida pelo Fundo Mubadala, fundo soberano dos Emirados Árabes, que já vinha investindo no Brasil - no setor de mineração, portos, imóveis, concessões de rodovias, aeroportos, entre outros-- adquiriu a refinaria por 1,8 bilhões de dólar A REMAN – Refinaria Isaac Sabbá, no Amazonas, foi adquirida por 189,5 milhões de dólares pelo Grupo Atem, um grupo de capital nacional local que atua no setor de transporte e venda de combustíveis no varejo.

Já a UM-SIX – Unidade de Industrialização do Xisto, em São Mateus no Paraná, foi vendida para a Forbes & Manhattan por 41,6 milhões de dólares, pouco superior ao lucro registrado pela SIX em 2021. O grupo canadense atua em vários setores como energia, mineração, engenharia, tecnologia, entre outros⁷⁶.

A venda de ativos não foi a única etapa do desmonte da empresa levado à cabo pela mudança de política no governo federal e conseqüentemente na direção da Petrobras:

76 As denúncias de venda de segredos tecnológicos da SIX por parentes de integrantes da Lava Jato e a completa inobservância dessas denúncias por esta operação em benefício da Forbes & Manhattan tornam o contexto da privatização da unidade ainda mais escandaloso do ponto de vista do interesse nacional (Carta Capital “ Câmara aprova convite a Gabriela Hardt e pai para explicarem suposta pirataria envolvendo a Petrobras”, 25/ mai /2023 disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/justica/camara-aprova-convite-a-gabriela-hardt-e-pai-para-explicarem-suposta-pirataria-industrial-envolvendo-a-petrobras>> . Ver também Paes (2022).

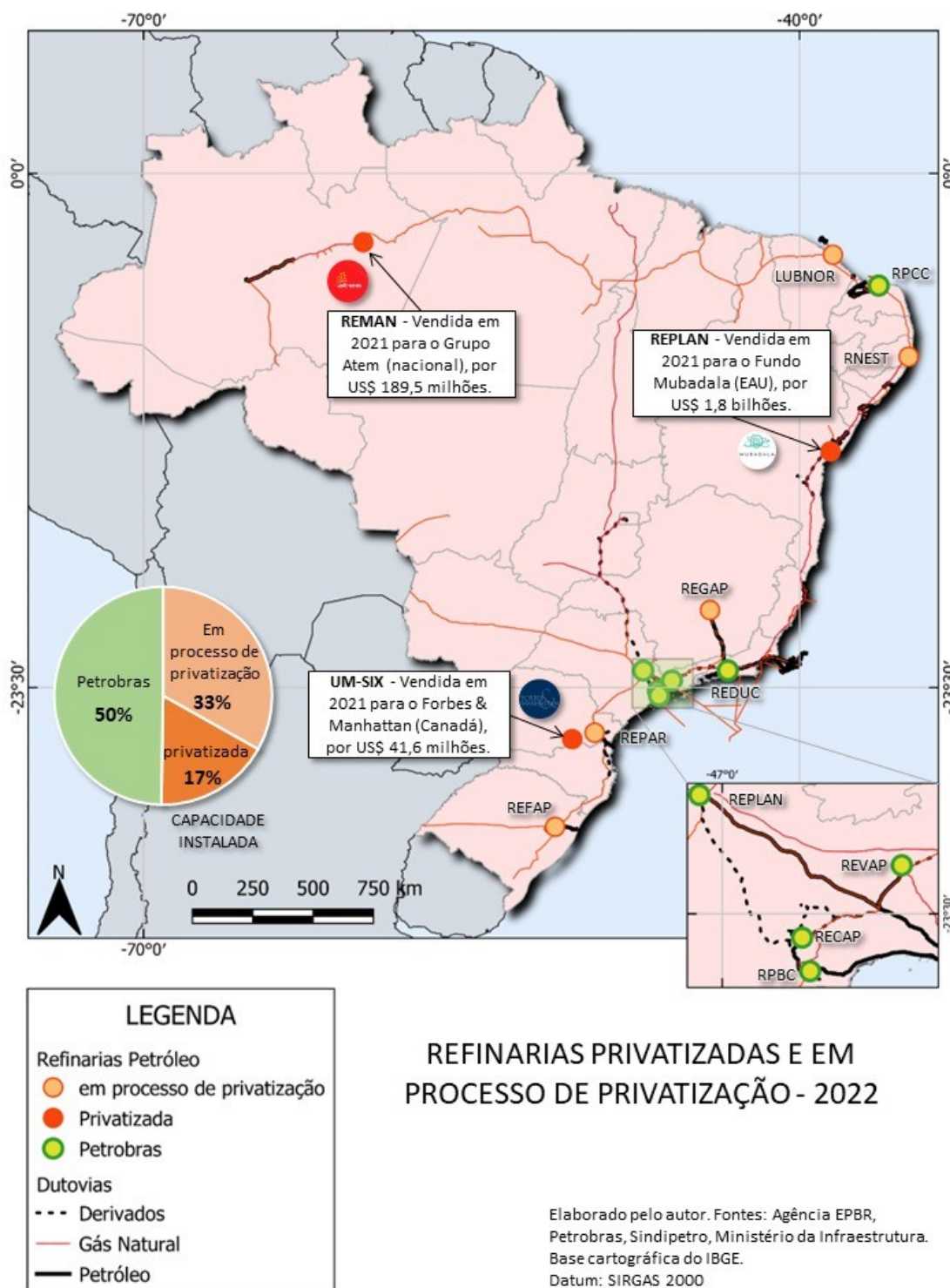
Além da venda de ativos, a atual gestão de portfólio provocou a redução dos investimentos, que nos últimos anos não estão cobrindo nem mesmo desgastes das máquinas, equipamentos e reservas (valor da depreciação, depleção e amortização). Entre 2019 e 1T2022, a Petrobras desembolsou (caixa) nas aquisições de ativos imobilizados e intangíveis cerca de R\$ 110,5 bilhões ao passo que a depreciação, depleção e amortização foi de cerca de R\$ 196,5 bilhões. Ou seja, a Petrobras somente repôs 56% dos desgastes das máquinas, equipamentos e reservas, porcentagem bem abaixo da média das dez maiores petroleiras integradas (BP, Chevron, China Petroleum & Chemical, Eni, Equinor, Exxon Mobil, PetroChina, Shell, Suncor Energy, TotalEnergies), excluindo a Saudi Aramco, que foi de 76% (PINTO, 2022)

A situação descrita por Pinto é facilmente verificada ao se observar os valores de investimentos da companhia no período estudado. A redução drástica dos investimentos após o início da operação Lava Jato fez com que, em 2020, a Petrobras voltasse aos patamares de 2006.

Como é possível observar no gráfico 11 a formação bruta de capital fixo no Brasil sofreu forte impacto da redução de investimentos da Petrobras, acompanhando o seu período de descenso.

Como indicado por Pinto, a Petrobras, iniciou um processo de exaurimento de seu capital constante em detrimento da reposição do desgaste e da reposição de máquinas e equipamentos, em tudo contradizendo as políticas adotadas pelas *IOCs* e grandes operadoras do setor. Esse rebaixamento na reposição de material torna ainda mais alarmante o crescimento exponencial do poder das Para-Petroleiras americanas dentro do orçamento da empresa no período em tela, conforme analisaremos no próximo tópico.

Mapa 4 – Refinarias privatizadas e em processo de privatização - 2022



Histórico do Investimento Nominal em E&P (US\$ MM)

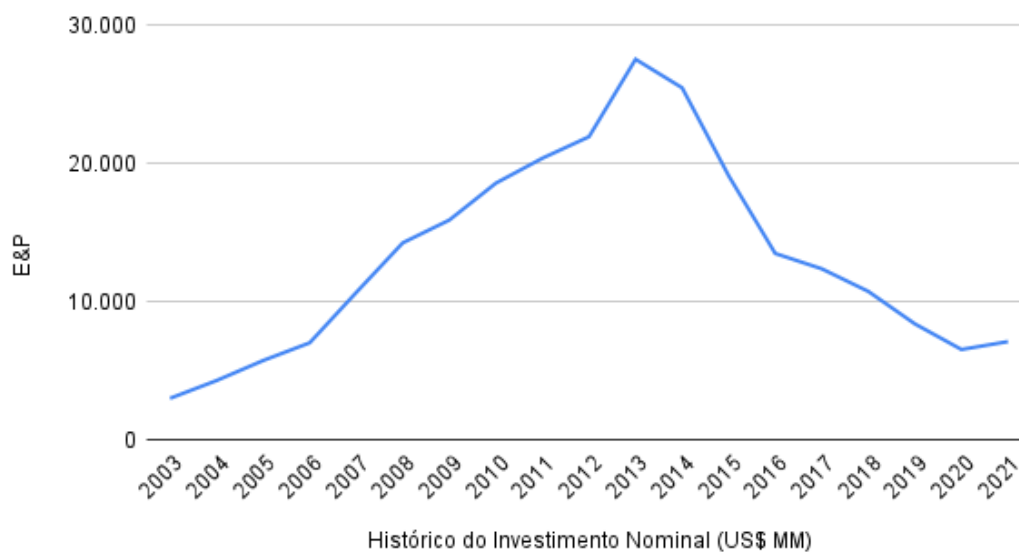


Gráfico 11: FONTE: Petrobras Elaboração: Própria

Gráfico 11 - Histórico de investimento em Exploração e Produção – Petrobras 2003/2021

Gráfico 12 – Indicador IPEA – Formação Bruta de Capital Fixo

Indicador Ipea mensal de FBCF – índices dessazonalizados
(Base: média de 1995 = 100)



Fonte: Ipea.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

|Gráfico 12: Fonte: IPEA Elaboração: DIMAC/IPEA

4.6 A internalização das cadeias produtivas do petróleo e os interesses externos

De certo os efeitos da reativação do nacionalismo energético não passaram despercebidos diante da potência imperialista americana que, como vimos nos tópicos anteriores, possui especial interesse em desarticular possíveis oponentes que atrapalhem ou compitam com seus interesses econômicos e energéticos. Os impactos da operação Lava Jato para o PROMINP foram extremamente expressivos. Conforme Ordoñez (2017), o programa entrou em estado de hibernação a partir de 2014 devido aos desdobramentos da operação e a fragilização do conjunto do setor de P&G.

É coerente a afirmação de Penido e Stédile (2021) ao apontar que no caso da Lava Jato e do processo do golpe de 2016⁷⁷ no Brasil, a guerra híbrida se utilizou de outros instrumentos não comumente associados a mesma, como é o caso de estruturas de Estado (Judiciário e Ministério Público) que serviram de porta-vozes dos interesses externos. Tais instituições agiram em última instância como “procuradores” das grandes empresas petroleiras e parapetroleiras americanas ao operacionalizar o desmonte e a fragilização das cadeias produtivas do petróleo e gás nacionais gestadas durante os governos Lula e Dilma.

Colombini (2020) atenta para o fato de que empresas como a Halliburton tiveram vários contratos cancelados no processo de (re)internalização da indústria parapetroleira até 2014. Além disso, no início do processo a empresa teve problemas para entregar dentro do prazo unidades encomendadas, como veremos adiante.

Em um processo que se retroalimentou, a crise do setor petroleiro brasileiro precipitada pela Lava jato e a queda do preço do petróleo foi coadunado com uma política agressiva por parte destas grandes multinacionais para ocupar o mercado perdido anteriormente para o setor nacional, segundo Colombini:

...as grandes para-petroleiras internacionais iniciaram **uma política extremamente agressiva**, a qual poderia ser descrita, dentro dos manuais de

77 Apesar do termo golpe não ser consensual, a base teórica e a análise dos fatos não deixam dúvidas sobre o caráter de golpe parlamentar aplicado contra a presidenta Dilma Roussef em 2016. Para maiores detalhes ver Singer et al (2016).

economia, como **dumping**, juntamente com forte processo de fusão e aquisição. No meio do cenário de forte crise do setor do petróleo no Brasil, as grandes para-petroleiras (principalmente Halliburton, Baker Hughes e Schlumberger) passaram a **praticar preços nas licitações de contrato muito inferiores ao padrão do mercado**, mesmo tendo como implicação prejuízos no curto prazo que **obrigaram as matrizes a realizar aportes financeiros**. (COLOMBINI, 2021, p.135, grifos nossos)

O processo de *dumping*⁷⁸, como indicado por Colombini, é facilmente caracterizado. Observa-se então que a ação da Lava Jato, ao destruir a capacidade da indústria nacional de fornecedores de P&G e fragilizar pesadamente a principal fonte de demanda do setor, abriu caminho para que empresas como a Halliburton e outras grandes norte-americanas do setor para-petroleiro retomassem um território econômico perdido para as empresas nacionais beneficiadas pelo PROMINP e pela política de conteúdo local. Schulemberger e Baker Hughes são também ambas gigantes no setor, ambas com sede em Houston, Texas.

A seguinte constatação de Nozaki (2020, p. 9) é muito relevante para o tema em tela:

Cabendo lembrar aqui que o início da complexa negociação entre a Halliburton e a Petrobras, em torno da compra e entrega das plataformas P-43 e P-48, envolvendo US\$ 2,5 bilhões, começou na gestão de Dick Cheney e se estendeu até o biênio 2003 e 2004, com a participação do Gerente de Serviços da Petrobras, na época, Pedro José Barusco, que depois se transformaria no primeiro delator conhecido da Operação Lava Jato.

A negociação citada foi de extrema delicadeza para a Halliburton, premida pelo mercado financeiro, que chegou a aventar a sua quebra diante de uma postura mais incisiva da estatal brasileira na cobrança do cumprimento dos termos do contrato em um momento em que Guilherme Estrella, dirigente da estatal com vínculos com o movimento sindical e de “postura nacionalista demais” para representantes do mercado, está à frente da negociação⁷⁹. O fato de Barusco ser o primeiro delator de uma

78 Segundo o Dicionário de Economia (SANDRONI, 1985, p.124), o processo de *dumping* pode ser caracterizado pela “venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e conquistar fatias maiores de mercado”.

79 Em reportagem da Isto É Dinheiro de 25 de Fevereiro de 2004 a respeito do tema: “há uma tormenta se formando no caminho da Halliburton, a maior empresa de serviços em campos de petróleo do mundo. E uma das nuvens negras chama-se Brasil. Na primeira semana de fevereiro, investidores e analistas de Wall Street tiveram acesso a um alarmante relatório da empreiteira texana que o vice-presidente

operação de guerra jurídica, nos termos de Proner (2021), que posteriormente beneficiou a empresa com quem deveria negociar à época em que era funcionário da estatal não é um mero detalhe na composição de um quadro em que se delineia claramente uma investida contra toda uma cadeia produtiva nacional em benefício de interesses externos.

Os resultados dessa devassa no setor petrolífero e para-petrolífero nacional foram de grande monta. Augusto Jr. e Nobre (2021, p88) apontam em projeção que o total de empregos perdidos somente na construção civil foi de 1,5 mi. O conteúdo local médio dos blocos de exploração caiu em 2017 para 39% na exploração e 43% no desenvolvimento, patamares iguais ou inferiores aos de 2002, antes do início do processo de internalização (Pinto, 2020). Como veremos, essa redução do conteúdo local teve como contrapartida crescimento expressivo das contratações de empresas estrangeiras, com a Halliburton e outras para-petrolíferas estadunidenses tendo papel central no processo.

A título de exemplo, em licitações recentes da petrolífera estatal brasileira (Click Petróleo e Gás, 2020) a Halliburton e a Baker foram as únicas empresas a apresentarem propostas com conteúdo nacional exigido de 40% nos serviços de estimulação de poços e 20% para os produtos químicos e afretamento sem requisito de nacionalização, em um contrato de três anos e meio.

A elevação do número total de contratos após o golpe de 2016 é visível nas três companhias para-petrolíferas citadas por Colombini. Os valores dos contratos pós-2019

americano, Dick Cheney, presidiu até as vésperas do governo Bush. O documento apresenta, em 26 páginas, uma lista de fatores de risco aos quais a empreiteira está sujeita/.../ (um deles), é o que se pode chamar de “risco Petrobras”. Desde junho passado, a estatal vem cobrando da Halliburton cerca de US\$ 380 milhões em multas pelo atraso na entrega de dois navios-plataforma encomendados para a exploração de petróleo na Bacia de Campos, cada um deles com capacidade para produzir 180 mil barris de petróleo/dia. Os contratos, avaliados em mais de US\$ 2,5 bilhões, previam a entrega da primeira plataforma em novembro de 2003 e da segunda em meados de 2004. Mas as obras atrasaram, não há expectativa de entrega antes do segundo semestre de 2005 e a Petrobras decidiu que não arcará sozinha com o prejuízo. A Halliburton, por sua vez, culpa a Petrobras por ter alterado normas técnicas para as plataformas, provocando o atraso. Sem acordo negociado, o contencioso foi parar na Comissão das Nações Unidas para Leis de Comércio Internacional, um tribunal de arbitragem em Nova York. Na única declaração que fez sobre o assunto, o diretor de Exploração e Produção da estatal, Guilherme Estrella, disse que as negociações evoluíram e podem levar a um acordo entre as partes a curto prazo. Sem detalhes sobre o acordo, a informação despertou ceticismo. Na Petrobras, Estrella é o diretor menos simpático a empresas privadas, diz Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. Indicado por sindicalistas para o cargo, Estrella seria “demasiadamente nacionalista” para negociar com a multinacional.”

também contemplam uma alta sobressalente. Conforme dados do portal da transparência da Petrobras, o crescimento do número de contratos com a Halliburton ou suas subsidiárias foi exponencial. Na base de dados disponível, do total de 212 contratos diretos da empresa com a estatal, 161 foram realizados após o golpe de 2016. Um único contrato com a Halliburton Produtos Ltda, com vigência a partir de 26 de dezembro de 2016, alcançou a soma de R\$ 762.235.844,31, sob a discriminação de serviços com unidades de flexitubo, unidades de nitrogênio, unidades geradoras de nitrogênio, unidades de bombeio etc (PETROBRAS, 2022).

O sistema objeto do contrato é oriundo de contribuições da própria Petrobras ao avanço tecnológico do setor petrolífero por meio do CENPES, conforme indica Moraes:

O Sistema Gerador de Nitrogênio foi uma inovação da PETROBRAS, em 1992-1993, para resolver o problema da formação de parafina no interior dos dutos flexíveis, como decorrência da baixa temperatura no fundo do mar; o processo SGN gera uma reação química exotérmica baseada no nitrogênio, com o objetivo de gerar calor suficiente para derreter depósitos de parafina no interior do duto, sem que o calor exceda a temperatura limite suportada pelo duto flexível. (MORAIS, 2013, p.207)

O quadro abaixo sumariza a relação entre números de contratos e redução de valores no caso da Halliburton:

Quadro 11 – Contratos Halliburton e subsidiárias 2003-2022⁸⁰

	Quantidade	Total	Valor médio
Contratos pré golpe	51	R\$ 5.4 Bilhões	R\$106 Milhões
Contratos pós golpe	161	R\$ 7.5 Bilhões	R\$46 Milhões
Variação (%)	+215%	+39%	-56%

Fonte: Petrobras. Elaboração: própria.

Em 13 anos (2003-2016) foram assinados apenas 51 contratos com a Halliburton. O número de contrato mais do que triplica em apenas 6 anos (2017-2022). O poder das

80 Considerou-se para esta e os próximos quadros os contratos pré golpe até o mês de novembro de 2016, quando foi confirmado o “impeachment” de Dilma Roussef. Os contratos pós golpe foram coletados até o dia 22/06/2022 para este trabalho. Os contratos com valores efetivados originalmente em moeda estrangeira foram convertidos pelo autor em Real (U\$ 1,00 x R\$ 5,24 – cotação 22/06/2022), (EUR 1,00 x R\$ 5,44 – cotação 22/06/2022).

para-petroleiras americanas fica explícito, para além da sua relação como fornecedoras das IOCs de origem estadunidense. Datado de 01 de dezembro de 2016, um contrato destinado à “Integração de serviços de construção e avaliação de poços marítimos para Libra”, com vistas à construção e equipagem dos poços do Campo de Libra foi realizado no valor de R\$ 340.650.680,97 (PETROBRAS, 2022). A exploração do Campo de Libra não possui nenhuma corporação americana do ramo petrolífero atuando nesta diretamente, sendo o mesmo operado então pelo consórcio Shell (Anglo-Holandesa), Petrobras, Total (Francesa), CNPC e CNOOC(Chinesas) (Shell, 2022). A Halliburton, no entanto, mantém forte presença no processo ao fornecer equipamentos e serviços para os poços do campo.

Quadro 12 – Contratos Baker e Hughes e subsidiárias 2003-2022

	Quantidade	Total	Valor médio
Contratos pré golpe	43	R\$ 9.5 Bilhões	R\$220 Milhões
Contratos pós golpe	173	R\$ 15.6 Bilhões	R\$90 Milhões
Variação (%)	+302%	+64%	-59%

Fonte: Petrobras. Elaboração: própria.

No caso da Baker Hughes, dos 216 contratos disponíveis no Portal da Transparência da Estatal, 173 tiveram vigência após o golpe de 2016. No ano de 2021, por exemplo, foram efetivados relevantes contratos nos valores de: 2 bilhões de reais (R\$ 2.003.261.707,63), R\$ 818.078.917,19, R\$ 979.656.411,83 e R\$ 593.381.673,05 para construção de tubos flexíveis; US\$ 305.574.328,13 (R\$ 1.602.278.989,55) e R\$ 914.019.654,92 para construção de poços; R\$ 665.254.306,68 para entrega de “até 2 Manifolds Submarinos de Produção (MSP) e até três de Injeção de Água (MSIAG)”. Somente os contratos apontados acima, da Baker Hughes e subsidiárias com a estatal brasileira, somam R\$ 7,5 Bilhões. Somam-se a esses contratos, dezenas de contratos de valor muito abaixo da média anterior ao golpe. A quantidade de contratos no período de 7 anos após o golpe de 2016 é muito relevante. Quando comparados os 2 períodos, foram assinados 130 contratos a mais em 6 anos pós golpe em comparação aos 13 anos em que vigoraram as políticas de conteúdo local, um acréscimo de 302%. A

redução do valor médio dos contratos foi de 59% e o valor total em reais dos contratos da firma texana cresceu 64%.

A Schlumberger, do total de 201 contratos disponíveis para consulta, 169 são de vigência posterior ao golpe de 2016. A mesma lógica é verificada nas outras 2 para-petroleiras, com exceção do fato de que o valor total dos contratos após o golpe não apresentou até o momento uma variação altista tão expressiva quanto apresentado nas outras 2 companhias. O valor médio dos contratos, no entanto, foi ainda mais expressivamente reduzido no caso da firma Franco-Americana.

Quadro 13 – Contratos Schlumberger 2003-2022

	Quantidade	Total	Valor médio
Contratos pré golpe	32	R\$ 7.5 Bilhões	R\$235 Milhões
Contratos pós golpe	169	R\$ 7.8 Bilhões	R\$46 Milhões
Variação (%)	+428%	+4%	-80%

Fonte: Petrobras, Elaboração: Própria.

Como pode se observar (quadros 13, 14 e 15), a redução generalizada da média do valor dos contratos realizados entre as multinacionais para-petroleiras com a Petrobras foi acompanhada de uma expressiva variação altista no número de contratos, multiplicando várias vezes o número de contratos realizados em um espectro de tempo muito inferior. O valor total dos contratos também variou positivamente em benefício das para-petroleiras, sendo a Halliburton e a Baker Hughes as mais beneficiadas neste quesito.

Importante observar, conforme apontado em tópicos anteriores, no mesmo período verificou-se uma redução do valor total repassado a fornecedores e uma redução dos valores destinados à reposição de máquinas e equipamentos (Pinto, 2022) bem como do investimento total da Petrobras (ver 4.6). Em consequência, as para-petroleiras internacionais se apoderaram, após o golpe de 2016, de uma parcela maior de um montante de recursos cujo crescimento foi revertido drasticamente pelas políticas em curso.

A análise dos dados apresentados aponta para um forte benefício das multinacionais americanas do setor para-petroleiro após o golpe de 2016, em linha com a série de medidas implementadas via governo federal após o golpe para facilitar a

atuação de empresas estrangeiras no fornecimento de serviços e equipamentos no ramo petrolífero.

Gráfico 13 – Contratos das Multinacionais para-petroleiras Pré e Pós golpe de 2016

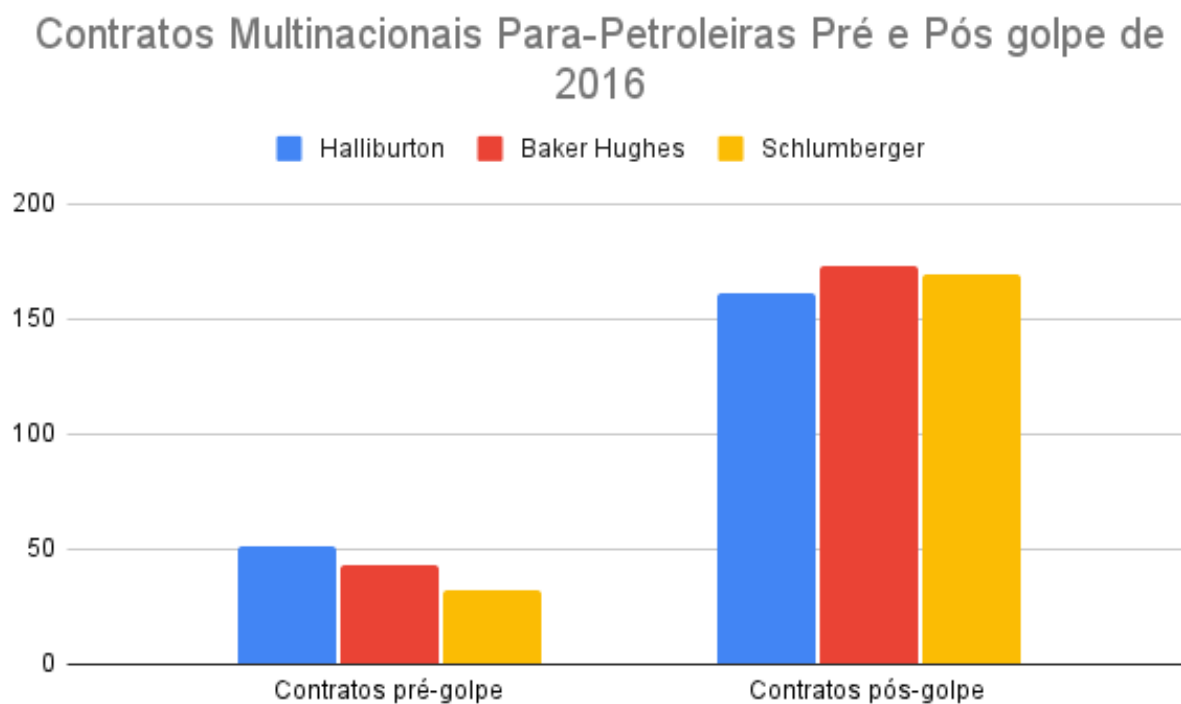


Gráfico 13: Fonte: Petrobras, Elaboração: Própria.

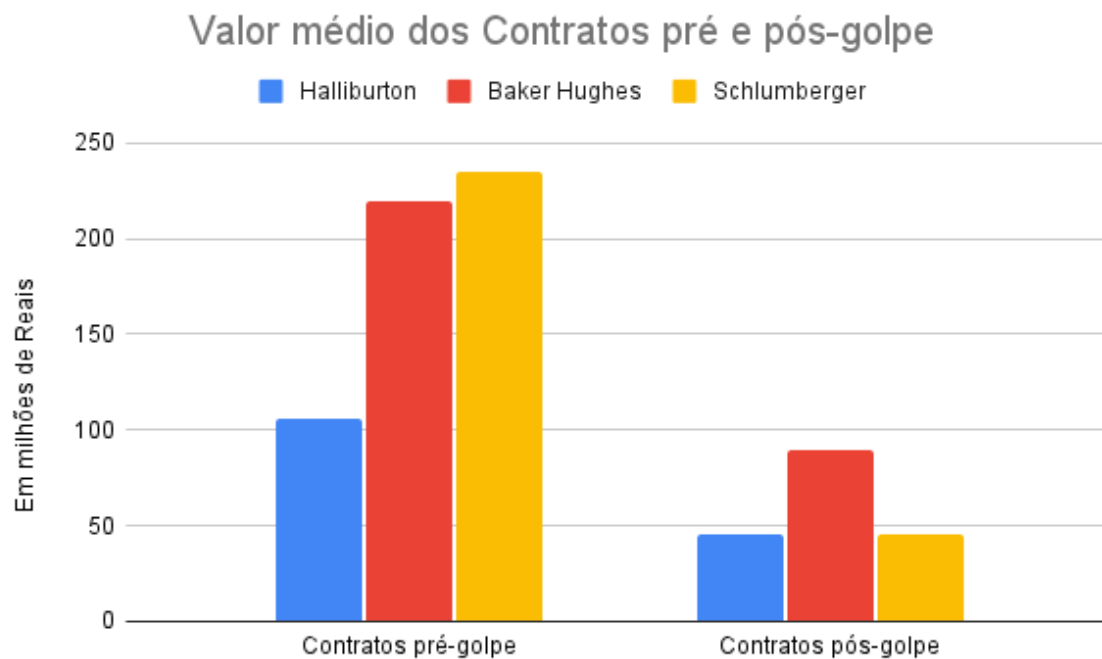
Gráfico 14 – Valor médio dos contratos pré e pós golpe

Gráfico 14: Fonte: Petrobras, Elaboração: Própria.

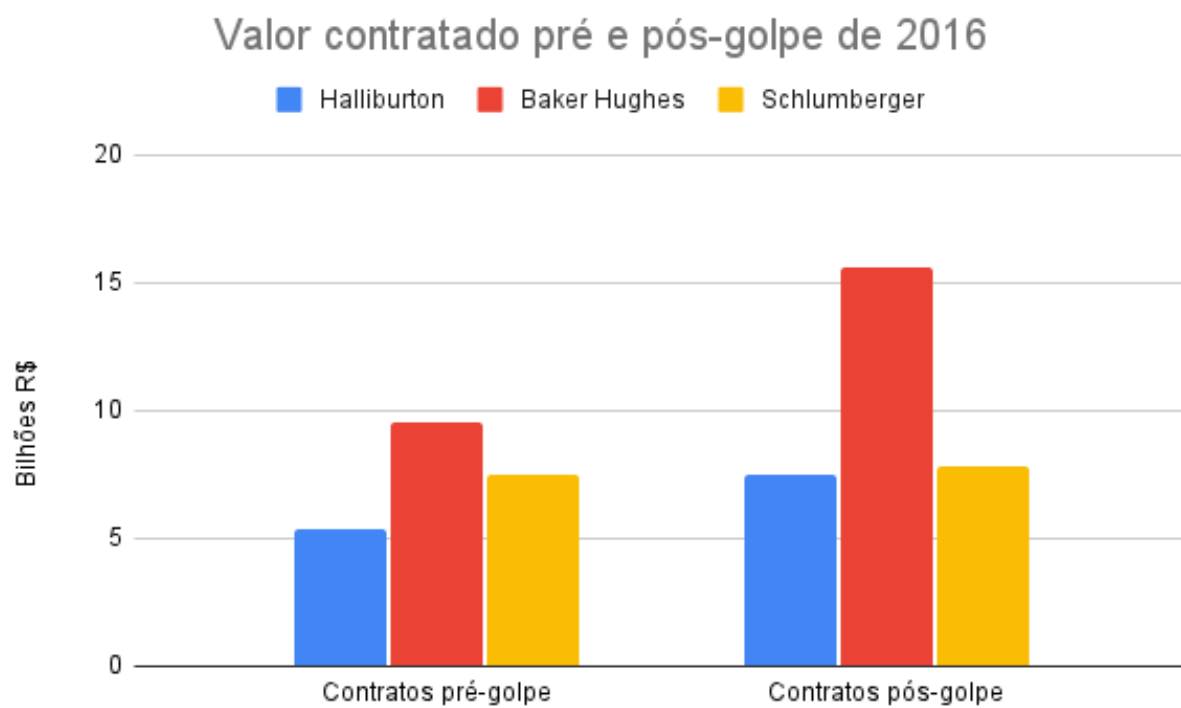
Gráfico 15 – Valores contratados pré e pós golpe de 2016

Gráfico 15: Fonte: Petrobras, Elaboração: Própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O petróleo é uma mercadoria que possui inestimável valor político e contrapôs na história recente do capitalismo as nações ricas às pobres, centro à periferia. Essa oposição tem em sua essência uma determinação espacial. As maiores reservas provadas do mundo se encontraram na maior parte das vezes em países fora dos centros de comando do capitalismo mundial. O desenvolvimento do capitalismo em direção a sua época imperialista trouxe um peso ainda mais importante à disputa por esses territórios.

Por meio do desenvolvimento da indústria petroleira, e com a mercadoria petróleo ganhando cada vez mais relevância para a sociedade moderna, duas tendências relacionadas se desenvolveram. Se, por um lado, os países centrais, em especial os EUA, se utilizaram cada vez mais do poder de estado para garantir seus interesses no que diz respeito ao petróleo, por outro, os países periféricos e subordinados no sistema de poder mundial passaram por um processo de aprendizado profundo sobre a importância do petróleo e do aproveitamento das suas riquezas para superação da sua condição subalterna enquanto nação.

Se do ponto de vista das nações desenvolvidas a dependência em relação ao petróleo como fonte de energia determinou a administração constante de remédios amargos aos países pobres, como golpes de estado e intervenções militares, do ponto de vista das nações oprimidas essa dependência dos países desenvolvidos serviu como porta de entrada para uma nova realidade onde a noção de nacionalismo se confundia com a soberania sobre suas reservas petrolíferas.

O momento vivido no pós-guerra foi precípuo nesse sentido e observou dezenas de países conclamando seus direitos sobre as próprias riquezas minerais e energéticas. Foi nesse contexto que a Petrobras foi fundada, em uma enorme batalha das forças sociais comprometidas com um projeto nacional e soberano no Brasil. A fundação da Petrobras, bem como toda a sua história desde então, foi marcada por um grave debate nacional.

De certa maneira, esse debate no Brasil sobre a Petrobras reproduzia internamente as duas tendências gestadas pela ascensão do Petróleo como determinante na arena geopolítica mundial. Os defensores do liberalismo e da subordinação aos interesses externos defendiam os interesses estrangeiros (americanos, em verdade) ao obstaculizar qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional a partir da indústria do Petróleo, sendo sempre mais vantajoso, na opinião destes atores, relegar a exploração e qualquer atividade relacionada a agentes estrangeiros.

Do outro lado, as mesmas forças sociais que batalharam pela fundação da Petrobras, batalharam pela utilização da empresa como ferramenta para o desenvolvimento nacional e da melhoria das condições de vida da população brasileira. De fato, como procuramos demonstrar, a existência da Petrobras foi definidora no sentido do soerguimento de uma indústria nacional de máquinas e equipamentos sob encomenda e para o conjunto das indústrias fornecedoras para o ramo de petróleo e gás, com efeitos importantes para o conjunto da indústria nacional.

A forma como ambas correntes se objetivaram no decorrer do tempo apenas confirma o peso dos interesses externos. Cada medida tomada por um governo de orientação nacionalista foi (e ainda é) contestada pelo conjunto de atores que defende que a realização dos interesses externos na indústria do petróleo nacional é a melhor maneira de realizar os interesses nacionais.

Os avanços expressivos da Petrobras realizados sob o governo militar de Geisel se efetivaram em um momento de maior autonomia em relação aos interesses americanos. Os grandes avanços da Petrobras realizados sob os governos Lula e Dilma também. A quebra do monopólio nacional se deu sob a égide do governo FHC, símbolo da agenda neoliberal que expressou a hegemonia americana após a guerra fria.

Não raro, esse conjunto de ideias alheio ao interesse nacional necessitou de rupturas institucionais com auxílio externo para fazer lograr seus objetivos. Após o golpe militar de 1964, realizado com apoio e sob influência de interesses americanos, nacionalizações das refinarias privadas realizadas por Jango foram revertidas. Após o início do processo de desestabilização que culminou com o golpe de 2016,

desestabilização que se dá sob apoio e influência de interesses americanos, a política de conteúdo local foi desmontada, a soberania sobre as reservas do pré-sal foi fustigada e ativos estratégicos da Petrobras foram vendidos à iniciativa privada.

O conjunto de empresas beneficiadas pelas políticas de conteúdo local implementadas pelos governos Lula e Dilma foram em grande medida o pivô da ofensiva judicial que dinamitou o projeto de nacionalismo energético inaugurado a partir de 2003. Os diversos ganhos para a sociedade brasileira oriundos dessas políticas foram ignorados e, ao contrário do que ocorreu em situações similares com empresas para-petroleiras americanas, toda uma cadeia de fornecedores nacional foi levada à bancarrota, gerando milhões de desempregados e um impacto econômico de dimensões traumáticas para o país.

As empresas para-petroleiras americanas e suas subsidiárias historicamente sempre souberam agir de forma coordenada aos interesses estratégicos americanos. A extensa lista de contribuições dessas empresas para a máquina de guerra e controle do império ultrapassa muito o mero escopo da exploração de reservas petrolíferas mas está, é claro, intimamente ligado a ela. Como observamos, no caso brasileiro não foi diferente.

Para além do resultado óbvio em benefício dos interesses hegemônicos americanos na política nacional, ao efetivar a desregulamentação das regras trabalhistas, desmonte de direitos, reforma previdenciária e incontáveis medidas que agradavam ao arcabouço neoliberal oriundo do consenso de Washington, o resultado do golpe para a própria indústria para-petroleira americana no Brasil foi muito importante. A expansão do número de contratos e valor total contratado em oposição ao valor médio dos contratos é um claro apontamento de que a ação das empresas foi articulada de forma a se beneficiar do momento gerado pela ação, em última instância, produto dos processos gestados no departamento de justiça americano.

O fato da indústria para-petroleira nacional – objeto de uma das poucas espécies de política industrial passíveis de serem utilizadas dentro da ordem neoliberal, as políticas de conteúdo local – ser a primeira e principal vítima de uma guerra não-convencional travada contra o Brasil, coloca em relevo a importância do tema para a

soberania nacional e a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre essa questão. Essa necessidade se mostra ainda mais premente diante da manutenção do contexto de graves mudanças geopolíticas. Nesse cenário, a possibilidade de novas investidas similares é extremamente real. Acreditamos que a compreensão desses processos pelos quais se efetivam as disputas por território por meio da pesquisa pode contribuir para a objetivação de caminhos e soluções para a superação da grande divergência entre nações ricas e pobres, divergência que se expressa na geografia das nações mas é sentida de forma bruta pelos milhões e milhões de condenados pelo imperialismo no sul global.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PETROBRAS. **Prominp completa sete anos de avanços**. Disponível em <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=9385> Acesso em 27 de ago. 2021.

ANP. **Visão, Perspectivas e Desafios do setor, Apresentação MME**, 2022, disponível em <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/iniciativa-mercado-minas-e-energia-apresenta-desafios-e-propostas-de-desenvolvimento-para-setores-do-mme/ApresentaoANP.pdf>>, Acesso em 21/ Mar/ 2023.

AUGUSTO JR.,F. e NOBRE, S. Lava Jato e implicações econômicas intersetoriais. In: AUGUSTO JR., GABRIELLI e ALONSO JR. (Org) **Operação Lava Jato – Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política**. São Paulo: Expressão Popular. 2021.

BAKER HUGHES, Baker Hughes – 100 years of Service, **Baker Hughes In depth**, Vol. 13, No.2, Baker Hughes Incorporated, Houston, Texas, 2007.

BATISTA, 2009 Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão Neoliberal dos problemas Latino-Americanos, em : BATISTA JR. Paulo Nogueira (Org): **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil – Ensaios e Palestras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BAUTISTA VIDAL, JW e VASCONCELLOS, G.F. **Petrobras: Um clarão na História**. Brasília: Editora Sol Brasil, 2001.

BERCOVICI, Gilberto. **Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018

BP. **Statistical Review of World Energy - 2021: 70th Edition**, Londres: BP p.l.c., 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Álcool**. 1975. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/499233/publicacao/15706117>> Acesso em 13 de Jan de 2023.

Brasilwire. **White House admits CIA involvement in “War on Corruption” which jailed Lula and elected Bolsonaro**. 03 de Jun de 2021. Disponível <<https://www.brasilwire.com/white-house-admits-cia-involvement-in-latin-americas-war-on-corruption/>> Acesso em 12 de Set de 2021.

BRANNEN, Kate. **Cashing In on the Decision to Keep U.S. Troops in Afghanistan**, Foreign Policy. 30 / Out / 2015, Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2015/10/30/cashing-in-on-the-decision-to-keep-u-s-troops-in-afghanistan/>> acessado em 12/ fev/ 2023.

BRYODI, Dan. **The Halliburton Agenda – The Politics of Oil and Money**. John Wiley & Sons, Inc. Hoboken, New Jersey, 2004.

BUSINESSWIRE. **“Halliburton assina contrato de serviços de construção e completção de poços para o desenvolvimento de Libra no Brasil”** . Houston. 31 de jul de 2019. Disponível em: <<https://www.businesswire.com/news/home/20190731005610/pt/>> Acesso em 12/set/2021.

CALMON, S., **Os Estados Desunidos da América**, em Correio Braziliense, 15/ Nov/ 2020, disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2020/11/4888938-os-estados-desunidos—da-america.html>>, acesso em 23/ jun/2023.

CARVALHO JR, Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005, 180 f. : il.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo, Todavia, 2018

CASTRO, Antônio B; SOUZA, Francisco E.P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CHATERJEE, Pratap, **Halliburton's Army**, Nation Books, New York, New York, 2009.

CITTADINO, G. **Operação Lava Jato, Lawfare e Poder Judiciário**. In: AUGUSTO JR., GABRIELLI e ALONSO JR. (Org) **Operação Lava Jato – Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política**. São Paulo: Expressão Popular. 2021.

COLOMBINI, I. Golpe quebrou 40% das para-petroleiras nacionais e aumentou em 72% contratos da Halliburton com a Petrobras. **Revista Fórum**, 23/jan/2021. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/politica/golpe-quebrou-40-das-para-petroleiras-nacionais-e-aumentou-em-72-contratos-da-halliburton-com-a-petrobras/>> Acesso em 02/Out/2021.

_____. Crise da geopolítica do petróleo no Brasil e o 'mundo invisível' das para-petroleiras, **OIKOS**, Rio de Janeiro, v.19 n.1, p. 122-141. 2020.

COLBY, G. e DENNETT, C. **Thy Will Be Done: The Conquest of Amazon – Nelson Rockefeller and Evangelism in The Age of Oil**. Nova York: HarperPerennial. 1996.

COLUSSI, Marcelo. **América para os americanos?** , Prensa Latina, 18/Mar/2023. Disponível em <<https://www.prensalatina.com.br/2023/03/18/america-para-os-americanos/>> Acesso em 21/Jun/2023

COUTINHO, Felipe. Enquanto a Petrobras perde mercado, Brasil importa mais combustível dos EUA, **Brasil de Fato**, 16 de dezembro de 2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/16/video-or-enquanto-a-petrobras-perde-mercado-brasil-importa-mais-combustivel-dos-eua>> acesso em 18 de Maio de 2022.

DEPARTMENT OF JUSTICE. **Baker Hughes Incorporated Enters Into a Deferred Prosecution Agreement Following Cooperation with Justice Department**, 26 /abr / 2007, disponível em <https://www.justice.gov/archive/opa/pr/2007/April/07_crm_296.html>, acessado em 11 / Jan / 2023.

DORES, LAGE & PROCESSI. **A retomada da indústria naval brasileira**. Brasília: BNDES. 2012. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/962/1/A%20retomada%20da%20ind%C3%BAstria%20naval%20brasileira_final_P.pdf> Acesso em 12/Mar/2022.

EIA, Open Data Base, 2022. Disponível em <<https://www.eia.gov/opensdata/>> Acesso em 15/Mar/2023.

ELKIND, Peter. THE TRUTH ABOUT HALLIBURTON - No-bid contracts, cronyism, profiteering--scandal clings to this company like lint on a \$100 bag of laundry. But the really ugly tale about Halliburton? Its business. **CNN Money**. 18 /Abr /2015 disponível em <https://money.cnn.com/magazines/fortune/fortune_archive/2005/04/18/8257012/index.htm> acessado 13/ fev/ 2023.

EPE, **Balço Energético Interativo**, 2022. Disponível em <https://dashboard.epe.gov.br/apps/ben/>. Acesso em 02/Mar/2023

ESTRELLA, Guilherme. “**Guilherme Estrella e o pré-sal: ‘O povo brasileiro está sendo saqueado’**”, Entrevista à Davi Macedo e Gilbran Mendes. 03 de setembro de 2019. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/09/guilherme-estrella-petrobras-saque-povo/>.

_____. “Petrobrás virou um fundo de investimento no cassino financeiro internacional”, Entrevista à Gabriel Deslandes, **Revista Opera**, 26 de outubro de 2020. Disponível em <https://revistaopera.com.br/2020/10/26/guilherme-estrella-petrobras-virou-um-fundo-de-investimento-no-cassino-financeiro-internacional/> > acesso em 10 de dez de 2020.

FINNEMORE, Martha. **The purpose of intervention: changing beliefs about the use of force**, Cornell University, EUA, 2003.

FIORI, José Luis. **Petróleo: Uma decisão urgente**, em: LEÃO, R. e NOZAKI, W. (Orgs.) “Geopolítica, estratégia e petróleo: transformações internacionais e nacionais”, INEEP / FLACSO, Rio de Janeiro, 2019.

FSP, PETROBRAS TENTA SE EQUILIBRAR ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 out. 2003. **Petrobras: 1953-2003**, Caderno especial sobre os 50 anos da Petrobras, p. 1

FUP (Federação Única dos Petroleiros), **Marco na luta dos petroleiros, greve de 1995 completa 27 anos neste mês de maio**. 03 mai 2022. Disponível em: <https://fup.org.br/marco-na-luta-dos-petroleiros-greve-de-1995-completa-27-anos-neste-mes-de-maio/>.

FURNO, Juliane. **Limites e Possibilidades do desenvolvimento econômico na Periferia Capitalista: a política de conteúdo local no setor de petróleo e gás**, 303p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2020.

GERMER, Claus. **O método materialista dialético da economia política. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, Niterói, 12 a 15 de junho de 2018, ISSN 2177-8345. 28 p. Disponível em <<http://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%201/12.pdf>> acesso em 13 de dez 2020.

HARVEY, David. **The limits to capital**, Nova Iorque – Londres, Verso, 2006.

_____. **O novo imperialismo**, Edições Loyola, São Paulo, 2009.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**, Abril Cultural, São Paulo, 1985 [1910].

Isto É Dinheiro. **Os laços Petrobras Halliburton**. 25 fev 2004. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/os-lacos-petrobras-halliburton>> Acesso em 10/ Out/2021.

IEA, **World Energy Outlook 2022**, IEA Publications, 2022. Disponível em <<https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2022>> Acesso em 10/jan/2023.

_____, Data and Statistics, 2023. Disponível em <<https://www.iea.org/data-and-statistics>>. Acesso em 14/jun/2023

LEÃO, R; VILAIN, C. A substituição da política de conteúdo local pelo conteúdo internacional, in: LEÃO, R. e NOZAKI, W (Orgs): **Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais**, INEEP-Flacso, Rio de Janeiro, 2019.

LEÃO, R. **O abandono do Prominp e o retrocesso da política de qualificação profissional.** Inep. 07 de Jun de 2017. Disponível em <<https://ineep.org.br/o-abandono-do-prominp-e-o-retrocesso-da-politica-de-qualificacao-profissional/>> Acesso em 12 de Nov de 2021.

LÊNIN, Vladimir. O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: LENIN, Vladimir **Obras Escolhidas em Três Tomos - 3**, Lisboa/Moscú: Edições Avante!, Edições Progresso, 1977[1917].

_____. **O capitalismo e a agricultura nos Estados Unidos – Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.** - São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

LOPES, Emiliano (org). **As veias do sul continuam abertas:** Debates sobre o Imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOSURDO, Domenico. **Stalin, História Crítica de uma Lenda Negra.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

_____. **A luta de classes:** Uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo Editorial. 2015

_____. **O marxismo ocidental:** como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018

KATZ, Cláudio. **A teoria da dependência 50 anos depois.** São Paulo : Expressão Popular, 2020.

Kobrin, S.J. The Nationalisation of Oil Production, 1918–80. In: Pearce, D.W., Siebert, H., Walter, I. (eds) **Risk and the Political Economy of Resource Development**. Palgrave Macmillan, London, 1984.

Kobrin, S. J. . Diffusion as an Explanation of Oil Nationalization: Or the Domino Effect Rides Again. **Journal of Conflict Resolution**, 29(1), 3–32, 1985

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: Das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo : Expressão Popular, 2018.

MAMIGONIAN, Armen, Teorias Sobre a Industrialização Brasileira, em : **Cadernos Geográficos**, Ano II, N.2, GCN/CFH/UFSC, Florianópolis : Imprensa Universitária, Maio de 2000.

Mangabeira, 1964 Francisco. **Imperialismo, Petróleo e Petrobras**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1964.

MARINHO, F. Petroleiras Halliburton e Baker Hughes foram as únicas empresas a apresentar propostas em uma licitação da Petrobras para contratar serviços de estimulação de poços. **Click Petróleo e Gás**. 18 de ago de 2020. Disponível em <<https://clickpetroleoegas.com.br/petroleiras-halliburton-e-baker-hughes-foram-as-unicas-empresas-a-apresentar-propostas-em-uma-licitacao-da-petrobras-para-contratar-servicos-de-estimulacao-de-pocos/> > Acesso em 02/ set/ 2021.

MONCADA, Jose Maria. **Imperialism and the Monroe Doctrine. : Their Influence in Central America**, Tradução de Aloysius C. Gahan. Nova York, 1911. Disponível em <https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/s3-euw1-ap-pe-ws4-cws-documents.ri-prod/9781138824287/ch3/10._Jos%C3%A9_Mar%C3%ADa_Moncada,_Imperialism_and_the_Monroe_Doctrine,_1911.pdf>, Acesso em 10 de Jul de 2022.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **As relações perigosas: Brasil – Estados Unidos (De Collor a Lula, 1990-2004)**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A Desordem Mundial – O espectro da dominação total: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MENDES, Felipe. “Vamos dar golpe em quem quisermos”, diz Elon Musk no Twitter, **Veja**, São Paulo, 25 jul 2020, Disponível em : <<https://veja.abril.com.br/economia/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-diz-elon-musk-no-twitter/>> Acesso em 01 jun 2022.

MORAIS, José Mauro. **Petróleo em Águas Profundas. Uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: IPEA, 2013.

NEGRI, João Alberto De (Coord.). **Poder de compra da Petrobras: impactos econômicos nos seus fornecedores**. Brasília: IPEA, 2010 <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3045>> , acesso 13/dez/2022.

NORRIS, Floyd, **Baker Hughes Admits Overseas Bribery**, The New York Times, 27/Abr/2007, disponível em <<https://www.nytimes.com/2007/04/27/business/worldbusiness/27settle.html>>, acessado em 11/ Jan/ 2023.

NOZAKI, William. **Capitalismo e Corrupção**: A Petrobras e a Operação Lava Jato. Texto para Discussão. Inep, ano 3, n. 16, abr. 2020.

OPEC, **Opec Statute**, 2021. Opec Secretariat, Viena. Disponível em <https://www.opec.org/opec_web/flipbook/OPEC-Statute/files/assets/common/downloads/OPEC%20Statute.pdf?uni=9669a76237c48a532cff005ecd09b069>. Acesso 10/Mar/2023

ORDOÑEZ, R. Após gastos de R\$ 292 milhões, programa de qualificação para. **O Globo**, 05 de junho de 2017. Disponível em <<http://sinaval.org.br/2017/06/apos-gastos-de-r-292-milhoes-programa-de-qualificacao-para/>> acesso em 02/out/2021.

PADMORE, George. **Pan-Africanism or Communism?** The coming struggle for Africa Nova York, Roy Publishers, 1956

PAES, C. F., **Petrobras ignora suspeitas e vende refinaria a grupo por trás de Belo Sun**, A pública, 21/ fev/ 2022, Disponível em <<https://apublica.org/2022/02/petrobras-ignora-suspeitas-e-vende-refinaria-a-banco-canadense-que-opera-a-mineradora-belo-sun/>> acesso 13/ mar/ 2023.

PENIDO, A. e STÉDILE M.E. **Ninguém regula a América**: Guerras Híbridas e intervenções estadunidenses na América Lática. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

PETROBRAS, **Comunicado ao mercado**, 2007 disponível em <<https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado/>> acesso em 27 de ago. 2021.

_____ **Contratos, Portal da Transparência Petrobras**, 2022, disponível em <<https://transparencia.petrobras.com.br/licitacoes-contratos/contratos>> acesso em 02 de jun de 2022.

_____, **Fatos e Dados, Nossa produção de petróleo no pré-sal ultrapassa 1 milhão de barris por dia**, 03.jun.2016 disponível em <[PINTO, E.; GUEDES PINTO, J. P.; BARUCO, G.; SALUDJIAN, A.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C. & NOGUEIRA, I. **“A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise”** In: XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016.](https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/nossa-producao-de-petroleo-no-pre-sal-ultrapassa-1-milhao-de-barris-por-dia.htm#:~:text=home-,Nossa%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20petr%C3%B3leo%20no%20pr%C3%A9%20sal%20ultrapassa,milh%C3%A3o%20de%20barris%20por%20dia&text=A%20nossa%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20petr%C3%B3leo,de%2070%25%20do%20volume%20produzido.>>, acesso em 22/mar/2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

PINTO, E. C., PINTO, J. P. G., SALUDJIAN, A., NOGUEIRA, I., BALANCO, P., SCHONERWALD, C. & BARUCO, G. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, Rio de Janeiro, n.54, p. 107-147. 2019.

PINTO, E.C. & PEREIRA, C. **Financeirização e desintegração vertical da Petrobras: quem ganha com isso?**, Inep. 2018, disponível em <<https://inep.org.br/financeirizacao-e-desintegracao-vertical-da-petrobras-quem-ganha-com-isso/>> acesso em 01/02/2023.

PINTO, E.C. Nacionalismo energético, Petrobras e desenvolvimento brasileiro: a retomada interdita. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v.19 n.1, p. 142-163. 2020.

_____, **Economia Política do endividamento da Petrobras: evolução e determinantes (2006-2017)** Texto para Discussão. Inep, ano 4, n. 23, jan. 2021.

_____, **A gestão de portfólio da Petrobras: “Querida, encolhi a empresa”**, Artigos INEEP, 2022, disponível em <<https://ineep.org.br/a-gestao-de-portfolio-da-petrobras-querida-encolhi-a-empresa/>> acesso em 01/ mar / 2023.

PRASHAD, Vijay. **As balas de Washington: Uma história da CIA, Golpes e Assassinatos**. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

_____. Internationalist Lenin. Self-Determination and Anti-Colonialism, em: **Monthly Review Online**, Monthly Review Foundation, Nova York, 10 de Ago de 2020b. Disponível em <https://mronline.org/2020/08/10/the-internationalist-lenin-self-determination-and-anti-colonialism/#_edn1>. Acesso em 11 de Set de 2021.

PRATES J.P., LEÃO, R.; NOZACKI, W., **A necessidade de rever o futuro da indústria de óleo e gás e da Petrobras**, INEEP, 2022, disponível em <<https://ineep.org.br/a-necessidade-de-rever-o-futuro-da-industria-de-oleo-e-gas-e-da-petrobras/>> acesso em 01/ mar /2023.

PRONER, C. Operação Lava Jato e Relações Externas. In: AUGUSTO JR., GABRIELLI e ALONSO JR. (Org) **Operação Lava Jato – Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política**. São Paulo: Expressão Popular. 2021.

RANGEL, Ignácio. **O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil**, em: Ensaio FEE, Porto Alegre, 3(2):31-42, 1983.

_____. **O desenvolvimento econômico no Brasil**, em: Obras reunidas em 2 volumes, volume 1 São Paulo: Editora contraponto, [1954]2012.

_____. **A dualidade básica da economia brasileira**, em: Obras reunidas em 2 volumes, volume 1 São Paulo: Editora contraponto, [1957]2012.

RIBEIRO, Cássio G.; FURTADO, André T. A política de compras da Petrobras: o caso da P-51. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015.

ROSDOLSKI, Roman. **Gênese e Estrutura de O capital de Karl Marx**. São Paulo: Contraponto, 2001.

Sá, N. de. Crescem pressões por intervenção no 'quintal da América'. **Folha de SP**. São Paulo, Ano 101, n.33.712, 21 Jul 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2021/07/crescem-pessoes-por-intervencao-no-quintal-da-america.shtml>> Acesso em 01/Out/2021.

Sampaio, F. S. ,Medeiros, M. C. . (2022). A GEOECONOMIA DA CRISE PÓS 2008: FINANCEIRIZAÇÃO, TECNOLOGIA E GEOPOLÍTICA. **Revista Ciência Geográfica**, 26(2), 793–815.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SANTOS, Ricardo J. dos; AVELLAR, Ana Paul M. **Políticas de apoio à indústria de petróleo e gás no Brasil: um estudo das ações públicas para o desenvolvimento da cadeia de valor**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 3 (61), dez. 2017.

SILVA, C. G. S.; FURTADO, A. T. Uma análise da nova política de compras da Petrobras para seus empreendimentos offshore. **Revista Gestão Industrial**, v. 02, n.3: p. 103-122, 2006.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **A Petrobras em Marcha Forçada**. Textos para Discussão 001/Abril de 2016. Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade / UFABC. 2016. Disponível em :

<<https://silo.tips/download/petrobras-em-marcha-forada>> Acesso em 12 de Dez de 2021.

_____. (2021). **A economia política do conteúdo local no setor petrolífero de Lula a Temer**. Economia E Sociedade, 30(Econ. Soc., 2021 30(1)), 115–140, 2021, UNICAMP, Campinas.

SINDMAR. PROMEF – **Do futuro promissor à promessa não cumprida**, 14/dez/2015, Disponível em <<https://www.sindmar.org.br/promef-do-futuro-promissor-a-promessa-nao-cumprida/>>, Acesso em 01/nov/2021.

SINGER, A. et al. **Por Que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Companhia das Letras, São Paulo, 2018

THE INTERCEPT, **As Mensagens Secretas da Lava Jato**, 20/jan/2020. Disponível em <<https://www.intercept.com.br/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>. Acesso em 22/jul/2022.

US ARMY, **Army Special Operations Forces Unconventional Warfare**, 30/ Set/2008, Disponível em <<https://irp.fas.org/doddir/army/fm3-05-130.pdf>> Acesso em 21/Out/2022.

ZAMITH, Maria Regina Macchione de Arruda; **A indústria para-petroleira nacional e o seu papel na competitividade do "diamante petroleiro" brasileiro**.(Dissertação de Mestrado no Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

White House, **Background Press Call by Senior Administration Officials on the Fight Against Corruption**, Washington, 03 jun. 2021, Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/press-briefings/2021/06/03/background-press-call-by-senior-administration-officials-on-the-fight-against-corruption/>> Acesso em 12 de Set de 2021.

YERGIN, Daniel. **La Historia Del Petroleo**. Barcelona: Plaza&Janes Editores/Cambio, 1228 p. Traducción de Maria Elena Aparicio Aldabazal, 1992.